

HISTÓRIA, FONTES E ANÁLISES



cancioneiro



PPGHB



FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO
JOÃO PAULO CHARRONE
MÁRCIO DOUGLAS DE CARVALHO E SILVA
(ORGANIZADORES)

COLEÇÃO - ANAIS DO IV SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL -
ESCRITA DA HISTÓRIA: CULTURA E PODER - VOL. 02

História, fontes e análises

*Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil –
Escrita da História: cultura e poder, v. 2*

Francisco Gleison da Costa Monteiro
João Paulo Charrone
Márcio Douglas de Carvalho e Silva
(Organizadores)

História, fontes e análises

*Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil –
Escrita da História: cultura e poder, v. 2*

cançioneiro

V Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: cultura e poder

Coordenação Geral do Evento

Francisco Gleison da Costa Monteiro
João Paulo Charrone

Comissão Científica

Antonio Alexandre Isidio Cardoso - UFMA
Antonio José de Oliveira - UFRN
Cícero Joaquim dos Santos - URCA
Cláudia Cristina da Silva Fontineles - UFPI
Cristiana Costa da Rocha - UESPI
Cristiano Luís Christillino - UEPB
Edwar de Alencar Castelo Branco - UFPI
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Johny Santana de Araújo – UFPI
Márcio Douglas de Carvalho e Silva – SEDUC-MA/UFPI
Valério Rosa de Negreiros - UESPI

Copyright © 2024 by Francisco Gleison da Costa Monteiro, João Paulo Charrone, Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Organizadores)

Todos os direitos reservados.

Projeto gráfico e diagramação
Ronyere Ferreira

Capa
Mário Sergio Olivindo

CANCIONEIRO

Editora chefe
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Antonio Ozaí da Silva (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)
Diego Buffa (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

História, fontes e análises / Francisco Gleison da Costa Monteiro, João Paulo Charrone,
Márcio Douglas de Carvalho e Silva (Organizadores). 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2024.

170 p.: il.

(Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da
História: cultura e poder, 2)

ISBN: 978-65-5380-209-4 (digital)

1. Brasil – História 2. Fonte histórica I. Título II. Coleção

CDD 981

EDITORA CANCIONEIRO
Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
As margens do subúrbio: homens pobres e livres e as relações de trabalho no Brasil do século XIX.....	11
<i>Pedro Lucas Lira Pereira</i>	
<i>Francisco Gleison da Costa Monteiro</i>	
Reforma Sanitária Brasileira (RSB): um projeto social para ampliação da cidadania (1986-2020).....	24
<i>Ana Clara Brito de Abreu</i>	
<i>Antonia Valtéria Melo Alvarenga</i>	
Uniformes dos militares brasileiros ao final do século XIX e início do XX: uma análise histórica e estética.....	34
<i>Larissa Maciel Silva</i>	
<i>Jobny Santana de Araújo</i>	
Entre o colonial, o nacional e o ultranacional: o Oriente Médio na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) no jornal Correio da Manhã (RJ).....	50
<i>Luiz Sérgio Silveira Marinho</i>	
“Educai as Mulheres”: o brado de Nísia Floresta em defesa da educação feminina nos Oitocentos.....	67
<i>Luma Pinheiro Dias</i>	

O jornalismo Contracultural de Luiz Carlos Maciel e a questão da canabis: um estudo histórico sobre as décadas de 1960 e 1970.....	79
<i>Natanael da Silva Cardoso</i>	
<i>Edwar Alencar Castelo Branco</i>	
O jornal como fonte para a escrita de uma <i>cidade sensível</i>: reflexões teóricas.....	94
<i>Ana Ester de Matos Silva</i>	
<i>Raimundo Nonato Lima dos Santos</i>	
Juventude, história e música: um estudo a partir da letra de música “The man who sold the world” de David Bowie (1970) e interpretação do Nirvana (1993).....	109
<i>Emília Saraiva Nery</i>	
<i>Edwar de Alencar Castelo Branco</i>	
As concepções de “tempo histórico” em Reinhart Koselleck e em François Hartog e seus impactos na Historiografia Brasileira (2019-2022).....	123
<i>Mateus Bevilaqua Barros</i>	
<i>José Petrócio de Farias Júnior</i>	
Hagiografia em perspectiva: a fonte e o literário que rondam a <i>Legenda Aurea</i>.....	139
<i>Ana Letícia Bacelar Costa</i>	
<i>João Paulo Charrone</i>	
O Bispo de Roma na Alta Idade Média: a construção dos conceitos de <i>Principatus</i> e a de <i>Apostolica Sedes</i>.....	149
<i>João Paulo Charrone</i>	

**Estado segmentário na sociedade visigoda (séc. V-VIII):
uma análise da história dos Godos de Isidoro de Sevilha..... 159**

Giovanna Lavigne Alves Brito

João Paulo Charrone

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que publicamos esta coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: Cultura e Poder, fruto principalmente do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil – Escrita da História: Cultura e poder e, concomitantemente, do I Encontro de Discentes e Egressos do PPGHB. Evento científico e cultural que congregou pesquisadores das Linhas de Pesquisa de História, Cultura e Arte e História, Cidades, Memória e Trabalho do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI), objetivando conectar pesquisas em andamento, discussões bibliográficas e a ampliação dos debates teórico-metodológicos na História e áreas afins.

O evento se configurou como um momento de fortalecimento desta área no eixo Norte-Nordeste no país, incentivando a criação de grupos de pesquisa, o intercâmbio entre universidades, a troca de experiências entre profissionais de diversos ramos do conhecimento e o diálogo com pesquisadores de áreas como Letras, Arqueologia, Educação, Comunicação Social, Antropologia, Filosofia, entre outras. Além disso, muito nos orgulha de que nosso evento tenha também a participação de professores da Educação Básica, que vêm tanto a contribuir com o debate historiográfico, ampliando seu conhecimento sobre as condições, as perspectivas, as práticas e os sentidos do estudo e da docência de nossas “fatias de duração do tempo” em todos os níveis do ensino no Brasil.

Está presente neste Volume 2 uma apresentação de textos que vêm sendo desenvolvidos em pesquisas sobre “História, fontes e análises”, especialmente no que tange ao recorte cronológico dos séculos XIX, XX e XXI. Mas, não só, uma vez que, nesse volume, há trabalhos que manuseiam com fontes e análises de pretéritos mais longínquos, convencional-

mente chamados de História Antiga e Medieval. Tratam-se de trabalhos que contemplam, em sua autoria, docentes, doutorandos, mestrands e jovens pesquisadores da graduação, todos apaixonadamente vinculados às investigações nestes recortes geográficos e temporais tão amplos.

Acreditamos que pensar História é, antes de mais nada, um exercício de se debruçar sobre o outro, mas também é tentar compreender como estas sociedades resolveram problemas que, muitas vezes, ainda nos atordoam. Os questionamentos dos passados estão com seus pés sempre no presente. Dessa forma, fazer história não é olhar para o passado, mas, sobretudo, olhar para o lado. Como se constatará, a leitura do material possibilita a ampliação das discussões dos novos saberes no campo da escrita da História e proporciona a interlocução com as múltiplas formas de apropriação/construção do conhecimento historiográfico.

O Seminário e sua materialização, no conjunto dos volumes dos Anais do Evento, constituem-se, portanto, como um espaço singular de intercâmbio de experiências de pesquisa, socialização de conhecimento e conexão com outros espaços, aprendizagem mútua e de enriquecimento cultural.

Francisco Gleison da Costa Monteiro
João Paulo Charrone
Márcio Douglas de Carvalho e Silva

ÀS MARGENS DO SUBÚRBIO: HOMENS POBRES E LIVRES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

*Pedro Lucas Lira Pereira*¹
*Francisco Gleison da Costa Monteiro*²

Introdução

O homem livre e pobre no século XIX vem ganhando ampla investigação por historiadores e demais cientistas sociais espalhados em diversos grupos de pesquisa e filiados a diversas universidades do Brasil. Da parte da História, acena as análises para a historiografia social inglesa que vem fomentando debates interessantes acerca da temática³, cujo escopo das pesquisas procura centrar ênfase da história do trabalho, dos trabalhadores e das relações entre o campo e a cidade.

1. Graduando do 8º período do curso em licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (UFPI/CSHNB); bolsista CNPq do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

2. Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Associação Nacional de História (ANPUH), da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDO-CH). É colíder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq.

3. Sobre essa discussão teórica, ver: FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 73-90, dezembro de 1993; THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

Inclusive, essa pobreza tem uma dimensão social e espacial que se consolidou nas principais capitais das províncias do Brasil do século XIX, quando lhe atribuíram a pecha de classes ignóbil, pois viviam na sujeira e desordenadamente criavam uma imagem negativa das cidades, pois o que se via era “gente morando em precárias condições” e a ampliação dessa população “não só agredia a vista, o olfato, a saúde, quem sabe a vida das elites dirigentes. Era uma chaga exposta, um problema a ser resolvido” (Pesavento, 1994, p. 104).

Diante do debate profícuo no campo e na cidade sobre pobreza, faz jus alertarmos que essa discussão conceitual ainda é principiante e urge pesquisas pelo Brasil. Assim, advertimos para os que iniciam suas pesquisas sobre a pobreza a necessidade de registrar na parte introdutória e durante o desenvolvimento da pesquisa o perfil dessa classe. Como um conceito complexo e ambíguo, é preciso historicizar e qualificar. Por exemplo, quem o pesquisador chama de pobre? Qual o lugar social e o recorte temporal em que estes sujeitos se encontram?

Na documentação oficial, na literatura e nos dicionários de época, se opõe a pobreza à classe rica. De fato, uma narrativa foi cristalizada, forjando a condição da cor como distinção majoritária. Desta feita, “a discriminação social a partir da cor é evidenciada quando se examina os ‘brancos’ e a ‘gente de cor’” (Aras, 1995, p. 170).

Por exemplo, conforme aduz Ilmar de Mattos, uma sociedade marcada pela estratificação, a classe abastada é evidenciada por: “[...] aqueles que eram livres, proprietários de escravos e representados como brancos” (Mattos, 2010, p. 117).

Logo, a narrativa elitista e da classe dirigente destinou que os pobres estão relacionados à “gente de cor”, aos negros, que podemos identificar como os “africanos chegados diretamente da África, e seus descendentes já nascidos no Brasil” (Aras, 1995, p. 170). Assim, nos idos da segunda metade do século XIX a sociedade começa a miscigenar e o pardo aparece nesse cenário como uma camada social ampliada e diversa. Assim, segundo Aras:

A categoria parda é bastante elástica pois nela estão incluídos os mulatos das várias nuances de cor da pele como também os considerados “brancos sujos”. A maior parte dos rebeldes é de cor parda, isto é, mulatos claros. Os pardos eram homens livres, mas trazendo seus vínculos fami-

liares com a escravidão eram também marcados pela cor da pele (Aras, 1995, p. 170).

Pela exposição acima, a autora se refere à Província da Bahia, mas esse contexto se assemelha com as demais províncias do Brasil. Assim, os “pardos eram homens livres”, com suas raízes presas à escravidão e por isso ocuparam um papel de representação de marginalização diante do contexto histórico e político do Império do Brasil. A grande massa de homens cativos espalhados pelas regiões do Brasil fomentou discursos como a vadiagem e a ociosidade (Reis Júnior, 2019), em que órgãos como a imprensa utilizaram-se de fomentar argumentos para estabelecer a feição de que a verossimilhança das classes pobres com as classes perigosas foi uma narrativa fundada no Oitocentos como forma de delimitar hierarquicamente as classes sociais (Chalhoub, 1996, p. 22).

Para tanto, deve-se considerar a categoria de “pobreza” como um fenômeno que abrange todos esses indivíduos considerados nas margens; sua ocupação tanto econômica, quanto social, sendo instrumentos de análise por Christillino (2015) e Reis Júnior (2019), trazendo luz à temática dos homens pobres para a historiografia do século XIX. Christillino (2015) utiliza como instrumento de análise a ocupação econômica desses habitantes, concentrado nas grandes fazendas, sob a ótica de um Brasil predominantemente rural e agrário, o trabalho escravo ainda se constituía como modelo econômico durante o século XIX.

Os olhares de tais sujeitos, ambientados no século XIX, nos permite ampliar a categoria da pobreza, reverberando uma análise econômica e social presente no Brasil Oitocentista. Dessa forma, os autores citados neste texto destacam e observam a pobreza e sua relação com o trabalho, a modernização e as deliberações da classe dirigente no sentido de criar estratégias para arregimentar e disciplinar essa classe pobre ao trabalho regular. Dessa forma, a proposta deste capítulo visa discutir e analisar a abordagem da pobreza no século XIX no Brasil, identificando, assim, a configuração do homem pobre e livre nesse recorte e sua ocupação no mundo do trabalho que, por vezes, pode ser um marcador social de identificação desses sujeitos.

Homens livres e pobres: economia e trabalho no Brasil oitocentista

Sob a égide de uma historiografia crítica, o enfoque aos homens pobres⁴ e livres como abordagem para a pesquisa requer uma problematização densa sobre as experiências desses sujeitos no século XIX; acerca disso, a imagem do Brasil no século XIX torna-se um meio importante para contextualizar e compreender os elementos que reverberam luz para os estudos acerca dessa temática nos âmbitos econômicos e políticos da sociedade brasileira.

Portanto, sem procurar definir, mas fomentar detalhes filigranados ao tema. Assim, os homens livres e pobres podem ser identificados como uma classe intermediária, pois não eram nem proprietários, nem escravos. Para Maria Sylvania C. Franco, na obra *Homens livres na ordem escravocrata*, um clássico da historiografia brasileira do ano de 1969, resultado de sua tese de doutorado, cuja ambiência foi o contexto da produção cafeeira do Vale do Paraíba do século XIX, o homem livre “cresceu e vagou ao longo de quatro séculos”, tornou-se “expropriados” e “desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (Franco, 1997, p. 14). Isto é, sem posses, viveram à margem da vida social e “apartados da produção para o mercado” (Franco, 1997, 15). Segundo a mesma autora, sempre dependiam das relações que estabeleciam entre os proprietários, sendo que tais relações eram mediadas pela “proteção e benevolência [...] em troca de fidelidade e serviços reflexos” (Franco, 1997, p. 95).

Assim, as províncias no Império brasileiro começaram a identificar essa massa populacional que se tornou sujeita à exclusão do processo de formação do Estado nacional: o homem pobre e livre. Sob a pecha de “desclassificados” (Souza, 1982, p. 14), esta população se ampliou e espalhou vertiginosamente, viveram de forma flutuante, “tanto no campo como nas cidades, a pobreza foi se adensando como consequência de uma sociedade desigual” (Braga, 1994, p. 9). Essa dispersão dificultou as ações engendradas pelos proprietários, cuja intenção era a de cooptá-los como agregados para o trabalho regular.

No entanto, analisando o homem livre na Bahia, Walter Braga observa que:

4. Para compreender essa categorização no seu contexto histórico, econômico e social, sugerimos a leitura de: LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Ed. UNICAMP/São Paulo: Ed. USP, 2008.

A escassez de empregos obrigava a maioria deste contingente livre a viver de ocupações passageiras e instáveis. Além do mais, havia da parte dos homens livres pobres uma atitude de permanente desconfiança e, em certos casos, até de recusa em vender sua força de trabalho. Para muitos homens livres era preferível viver na mendicância a se sujeitarem a relações de trabalho que os equiparasse à condição de escravos. Contrariadas, as elites veriam nisso a expressão da vadiagem e da preguiça (Braga, 1994, p. 16).

Como se vê, essa população não rejeitava o trabalho regular, mas evitava ser agregado, preferia empreitar serviços sazonais que “relações de trabalho que os equiparasse à condição de escravos”.

As pesquisas de Braga têm nos ajudado na interpretação dessa pobreza flutuante que nos últimos anos se ampliou. Embora timidamente, podemos dar alguns destaques. Assim, neste rol encontram-se Denise Moura (1998) e Mônica Dantas (2003, 2011), ambas marcam um viés importantíssimo para o debate, ao trazerem à baila as experiências da população livre e pobre nas questões relacionadas às formas de viver e resistir, à participação em revoltas e motins e, sobretudo, à desconstrução do olhar da classe senhorial para com este segmento da sociedade.

Sandra Pesavento (1994), na obra *Os pobres da Cidade*, descreve o século XIX como um elemento onde o fato social reconheceu um problema e o tornou um campo de saber científico. A “descoberta” sobre a pobreza e os homens pobres tornou-se material de pesquisa, sendo possível a ligação entre as ideias teóricas e os “fatos sociais” (Pesavento, 1994, p. 08). Dessa forma, Pesavento demonstra o “outro lado”, a ocupação dos pobres, da classe do proletariado diante da cidade europeia: “[...] nas cidades, o contraponto da riqueza, do luxo, da ostentação burguesa dá-se pela emergência dos pobres, dos populares, dos subalternos, dos proletários... Enfim, dos protagonistas da ‘questão social’” (Pesavento, 1994, p. 08). A imagem abordada por Pesavento estrutura-se em uma configuração onde os sujeitos pobres “surgem” como forma de contraposição a realidade burguesa, causando um fenômeno de “descoberta”, sendo estimulado pelos “fatos sociais” em matéria de pesquisa.

Sandra Pesavento retrata que os pobres se encontram nas ruas, em fábricas, observando as exposições industriais, contemplando as vitrines e lembrando da dura realidade que os acometia: a pobreza (Pesavento,

1994, p. 08). Tal realidade é reforçada por Pesavento, que descreve a dura realidade econômica entre burgueses e proletários, sendo: “os ventos do progresso embalam a crença nas virtudes redentoras do trabalho, mas a vida demonstra que há um abismo entre a labuta de um banqueiro e a de um operário na forja” (Pesavento, 1994, p. 08).

Esse debate, circunscrito na abordagem sobre a pobreza e os homens pobres no século XIX, deve ser observado tanto sobre o prisma da descrição a partir da imprensa e da utilização das leis para retratar e “lidar” com esses indivíduos, tendo como agente de atuação a economia agrária, assim como a abordagem da literatura e teorias raciais no século XIX na Europa para descrever o papel de atuação da classe operária. Parafraseando Pesavento (1994, p. 09), a mesma retrata quais personagens são descritos e elaborados nessa trama:

[...] Zé Povinho, o operário, o vagabundo, a prostituta, o trapeiro. Há entre elas a presença dos conteúdos morais e das etnias e raças envolvidas no processo de trabalho em formação, assim, negros serão os criminosos, os ladrões, os vagabundos; mestiço ou mulato é o Zé Povinho, e de aparência imigrante europeia, o trabalhador.

Tal descrição reflete em quais pessoas ocupavam essa definição, compondo seu papel social e político no espaço urbano. As definições de pobreza, nos dois contextos (Brasil e Europa), existem certos aspectos e elementos que tocam a atuação e o papel dos homens pobres na sociedade do século XIX. A abordagem feita no recorte da Europa centra-se nas definições das cidades urbanas e do próprio modernismo, diferente do Brasil, em que a análise possui em sua estrutura, a condição agrária e até mesmo histórica.

Em *Ao Sul da História*, Hebe Castro (1997) também nos estimulou para atentarmos as estratégias que os lavradores pobres moveram para sobreviver em uma região cuja exploração capitalista era marcada pelas relações entre fazendeiros e lavradores. Na obra foi possível analisarmos as formas de apossamentos, as contendas pelo uso da terra e dos negócios que praticavam. Pelo viés metodológico diferente, está o trabalho singular de Márcia Motta (1988) que também nos auxilia na discussão sobre a apropriação da terra e seu uso a partir das contendas geradas das relações entre fazendeiros e agregados.

Podemos destacar a análise do historiador Christillino (2015, p. 57), ao utilizar os censos populacionais como forma de levantar dados quantitativos sobre a população no Brasil no século XIX, faz a seguinte construção:

Em 1822, o Brasil tinha uma população entre 4,5 e 4,8 milhões, e cerca de um terço seria escrava. Em 1850, teria chegado a, aproximadamente, 7,5 milhões, com os escravos, o que respondia por algo em torno de 30% do total. O censo de 1872 revelaria 10,1 milhões de habitantes, com a população escrava na casa de 1,5 milhão. Em 1886/87, às vésperas da abolição da escravidão, ainda havia pouco mais de 700 mil escravos.

Nesse panorama, Christillino (2015, p. 57) descreve que o Nordeste se torna a região mais populosa, com 47% da população total; o Sudeste, aproximadamente 40%, enquanto o Sul teria por volta de 5%, o Norte, 4% e o Centro-oeste, 3%. A crescente população nessas regiões durante o Império nos configura uma imagem inicial acerca dos homens pobres e livres. Algumas leis durante esse contexto, como a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 e a Lei do Ventre Livre de 1871 frearam o crescimento exorbitante da população cativa, contudo, teremos um elemento importante que se caracteriza pela “[...] transição da mão de obra escrava para a livre, e a expansão do grupo de trabalhadores aqui chamados de *homens livres e pobres*” (Christillino, 2015, p. 58). A estrutura econômica do Brasil no século XIX aponta para uma diversidade agrícola, que não se baseava unicamente na mão de obra escrava ou na *plantation*⁵. Mendonça (2013) também amplia essa análise ao delimitar acerca da economia agroindustrial no Brasil, tendo como ponto de partida o Ministério da Agricultura e os movimentos agrários durante o século XX, discutindo sobre a economia agrícola e os conflitos políticos acerca da posse de terra.

Para Mendonça (2013, p. 78-79), o Ministério da Agricultura consolidava uma “[...] materialização institucional/estatal dos interesses de um movimento político organizado por ‘frações dominadas da classe dominante’ agrária brasileira”. Junto com a SNA – Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1897, o Ministério da Agricultura e o SNA, ambos “[...] lutaram por aparelhar-se junto ao Estado de modo a imprimir-lhe a diretriz de uma política agrícola diversificadora, bem antes do movi-

5. Sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.

mento de 1930” (Mendonça, 2013, p. 79). A transição do trabalho escravo para o livre se deu, de acordo com João Antônio de Paula (2012, p. 179) a partir do Código Comercial de 1850, onde possibilitou a consolidação de condições vigentes ao trabalho livre.

Dessa forma, uma economia agrícola voltada para o abastecimento interno garantiria o ingresso dos fazendeiros na agricultura exportadora. Apesar da utilização de mão de obra escrava nesse sistema econômico, a realização das atividades se dava pelos lavradores livres (Christillino, 2015, p. 60). Com isso, a importância dessa atividade é descrita pela sua “[...] capacidade de gerar riquezas tanto quanto ou, até mesmo, mais do que as produções agroexportadoras, os lavradores livres se integravam ao ‘mercado colonial’, como refere Fragoso” (Christillino, 2015, p. 60). De alguma forma, o papel de sujeitos livres para a economia agrícola trouxe certos embates durante o século XIX, fortalecendo um discurso de resistência diante de uma economia de posse de terras. Sobre a configuração dos homens pobres e livres, o estudo feito por Christillino (2015) na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, traz um marcador de trabalho desses sujeitos, a erva-mate.

Os erveiros, nas palavras de Christillino (2015, p. 66) “são marcados pela diversidade étnica. Popularmente conhecido como caboclo, esse grupo é marcado pelo encontro entre o negro e o branco com o indígena”, tornaram símbolos de resistência diante de uma economia que visava parar o comércio agrícola ocupado por homens livres. Dessa forma, foi por meio dessa rede comercial (erva-mate) que possibilitou uma ligação desses sujeitos.

Essa análise é similar com a definição de “negócios da pobreza” desenvolvido por Maria Aparecida Papali (2012) na cidade de Jacareí (SP) durante o século XIX, onde a historiadora trabalha com processos-crimes de 1872 dos cativos José, Luiz e Valério. No estudo feito por Papali (2012), a autora percebeu ao analisar as fontes que os roubos realizados nas fazendas de seus donos tinham como proposta a venda/troca de objetos valiosos pela liberdade; a transitoriedade nos espaços da fazenda contribuiu para o roubo de objetos ou dinheiro. O elemento mais importante desenvolvido por Papali (2012) foi a interação entre o universo do homem escravo e do homem livre. Os processos-crimes estudados por Papali demonstrou uma ampla rede comercial e social entre homens pobres, livres e ex-escravizados e como essa rede de sociabilidade permitiu o contato entre

essas esferas sociais.

Acerca dessa identificação do homem pobre e livre e sua relação de trabalho no século XIX, Darlan de Oliveira Reis Júnior (2019) aborda os trabalhadores no século XIX na região do Cariri, Província do Ceará e seu processo de desclassificação social. De forma delimitada, Reis Júnior descreve o discurso de desclassificação como forma de marginalização dos trabalhadores no século XIX, utilizando como fonte de pesquisa o jornal *O Araripe*, em que circulava notícias e leis acerca dos trabalhadores caririenses pobres. Um desses modelos seria a dita vadiagem sendo um rótulo destinado a esses sujeitos (Reis Júnior, 2019, p. 247). Esse rótulo ganhou força, pois, de acordo com Reis Júnior (2019, p. 247): “No Ceará, os camponeses tinham sua própria identificação com o trabalho, realizavam suas tarefas, tinham seus momentos de descanso, de oração, de festividades”. Como forma de correção e disciplinarização, sugeriu-se que, de acordo com Reis Júnior (2019, p. 247):

O *Araripe* apresentava uma “solução”: as penas da lei. O editorial citava o artigo 295 do código criminal de 1831, que cominava penas aos vadios e aos que “não tivessem uma ocupação honesta e útil, que lhes proveja as necessidades de subsistência” (*O Araripe*, 02/04/1859, p. 02).

O discurso que circulava pelo jornal *O Araripe* seria, então, uma forma de evitar as pessoas que representasse a vadiagem, criando uma legislação que tentasse “abafar” a circulação e participação desses sujeitos na sociedade da Província do Ceará. A representação de sujeitos pobres, escravizados e trabalhadores na imprensa de cunho liberal e conservador, abria margens para os processos de marginalização e dominação desses sujeitos.

Na retórica da segunda metade dos oitocentos, no discurso dos salões, na fala dos políticos do Império, nos jornais conservadores e liberais, justificava-se a utilização do trabalhador escravizado e também da população livre e empobrecida como elementos de garantia da paz social e de disciplinarização (Reis Júnior, 2019, p. 244).

Reis Júnior (2019, p. 242), ao relacionar o processo de exploração de mão de obra com o processo de desclassificação social, descreve que “[...] o trabalho considerado manual era destinado às classes subalternas, mediante violência física como no caso dos escravizados ou através de

relações que, se não eram escravistas, incluíam formas compulsórias de trabalho”. Essa definição tanto de trabalho destinado a uma classe social específica, que viria a ser denominada de pobreza e homens pobres e livres. Christillino (2015) utiliza o termo *homem pobre e livre* por designar uma classificação social, política e econômica mais específica do que os termos *caipira e caboclo*.

Dessa forma, a pobreza apresentada no Brasil no século XIX, abarca uma noção tanto econômica, quanto política e social, sendo seu papel designado para as relações de trabalho de mão de obra escravizada e do momento da transição para o trabalho livre. Fato é que a historiografia brasileira ainda é incipiente e que é importante ampliarmos essa análise. Para uma contraposição dessa discussão, será feita uma apresentação teórica sobre a pobreza e esses indivíduos no século XIX.

Considerações finais

A partir do debate proposto, considera-se as discussões acerca da pobreza e dos homens pobres e livres uma temática ainda pouco explorada, considerando a existência de múltiplas fontes que abordam a temática nos diversos Arquivos Públicos do Brasil. Dessa forma, a discussão realizada a partir do referencial bibliográfico, permite identificar a atuação da temática em um contexto para além do Brasil, observando como a temática influenciou e adaptou a definição de pobreza para o contexto local.

Os autores citados neste texto não têm a intenção de exaurir os demais autores que abordam o tema. Nem tão pouco, de negar que essa temática se amplia na historiografia brasileira a partir de uma gama de pesquisas da Europa⁶.

Assim, identificar os homens pobres e livres no século XIX, sua relação com o trabalho e perceber que a pobreza estava sendo retratada no contexto social e histórico. Na Europa, sob a influência da Revolução Industrial e Francesa, muitas representações do espaço urbano e industrial configurou-se para a representação imagética sobre tais sujeitos; a delimitação do espaço urbano passou a ser vista como algo a ser evitado e temido, sendo um pedaço do Inferno na Europa. Discursos como o processo

6. Para não se estender, citamos apenas: GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

de higienização social influenciaram para “varrer” as pessoas cada vez mais de certos espaços urbanos, o mesmo ocorrido no Rio de Janeiro no século XIX, criando os famigerados cortiços. Independentemente do contexto social e histórico em que se encontrem os sujeitos pobres e da classe trabalhadora, a disseminação desses discursos estará presente.

Por fim, a proposta deste capítulo visou discutir e trabalhar sobre o elemento da pobreza e dos homens pobres e livres no século XIX no Brasil, utilizando como metodologia as discussões bibliográficas que auxiliassem na temática.

Referências

ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial Bahia. 1831-1833.** São Paulo. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 22-77.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo.** São Paulo. Brasiliense, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Orgs.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.** Campina Grande: EDUEPB, 2015. p. 57-84.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX.** São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

DANTAS, Monica Duarte; OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Bra-**

va gente brasileira: homens livres pobres, libertos e escravos no Brasil do século XIX. São Paulo: Escolas Associadas, 2003.

EZEQUIEL, Márcio. Pobreza como objeto histórico: problemas empíricos e teóricos. **Diálogos**, v. 2, n. 1, p. 95-111, jun. 2017.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim:** vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930).** Campinas: Ed. UNICAMP/São Paulo: Ed. USP, 2008.

MATTOS, Ilmar Rollhof de. Transmigrar: nove notas a propósito do império do Brasil. In: PAMPLONA, Marco Antonio; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 97-115.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). **História Econômica & História de Empresas**, v. 16, n. 1, p. 73-100, 2013.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Saindo das sombras:** homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU, 1998.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

PAPALI, Maria Aparecida. Cotidiano compartilhado: homens pobres livres, cativos e “negócios da pobreza” na cidade de Jacareí/SP no século XIX. **Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH – SP** – Campinas, setembro, p. 01-12, 2012.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A construção nacional 1830-1889**. Madri: Rio de Janeiro: MAPFRE/OBJETIVA, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade – vida e trabalho 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

REIS JÚNIOR, Darlan de Oliveira. Usos e abusos no mundo do trabalho: a desclassificação social dos trabalhadores no século XIX, na região do Cariri, Província do Ceará. **História Unisinos**, v. 23. n. 2, p. 242-254, 2019.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. Vidas secas: subalternidade, palavra e poder. **Remate de Males**, v. 36, n. 2, p. 343-356, 2016.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA (RSB): UM PROJETO SOCIAL PARA A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA (1986-2020)

Ana Clara Brito de Abreu¹
Antonia Valtéria Melo Alvarenga²

Introdução

Durante grande parte das décadas de 1960 e 1970 o Brasil viveu um período político de governo civil-militar, cuja principal característica foi a mitigação de um pilar essencial para a vida em sociedade, a democracia. A carência desse elemento tão importante foi sentida em todos os segmentos da sociedade brasileira, sendo a saúde o principal deles, pois tanto o acesso quanto o entendimento da área eram limitados. No entanto, esse quadro começou a mudar na segunda metade da década de 1970, a partir das discussões promovidas nas academias de Medicina, quando o chamado Movimento Preventivista passou a defender a possibilidade de se prevenir doenças na fase pré-patogênica, principalmente por meio de medidas sanitárias, de higiene e informação. Desse modo, começou-se a buscar uma teoria voltada para as questões sociais no campo da saúde e das doenças, por meio do entendimento de que a saúde não é algo isolado, mas que está condicionada a diversos outros fatores inerentes à vida do cidadão. É o que se observa a seguir:

1. Graduanda em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), bolsista PIBIC\CNPq 2023-2024.

2. Professora Adjunto dos cursos de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

A constituição da Saúde Coletiva, como campo do saber e espaço da prática social, foi demarcada pela construção de uma problemática teórica fundada nas relações de determinação da saúde pela estrutura social, tendo como conceito articulador entre teoria e prática social, a organização da prática médica, capaz de orientar a análise conjuntural e a definição das estratégias setoriais de luta (Fleury,2009, p. 747).

Aliando-se ao momento histórico de lutas pela defesa das instituições democráticas, foram iniciados os debates por uma Reforma Sanitária Brasileira (RSB), principalmente divulgados por meio das publicações da revista *Saúde em Debate*, do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES). A recepção desse movimento por diversos setores da sociedade mostrou a urgência em se discutir as condições de saúde pública nacional, bem como um projeto para o país. Resultando na convocação da 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, um evento que firmou a RSB enquanto projeto político-institucional, o qual influenciou diversas políticas públicas nos anos seguintes. Será sobre essa Reforma que passaremos a tratar a seguir.

O marco inicial do processo

O pesquisador Jairnilson Silva Paim, em seu livro *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para compreensão e crítica* (2008), analisa a RSB como um ciclo formado por *ideia-proposta-projeto-movimento-processo*, mostrando-nos que a RSB começou apenas como uma ideia ou alternativa de enfrentamento aos problemas denunciados pelo Movimento Preventivista. Porém, posteriormente, com a fundação do CEBES, transforma-se em uma proposta melhor sistematizada, pois passou a reunir um conjunto de princípios e proposições melhor elaborados a respeito da saúde pública brasileira. Desse modo, a RSB foi ganhando corpo como um conjunto de políticas organizadas, decorrentes da tomada de uma consciência sanitária em vinculação com políticas sociais mais amplas, evoluindo enfim para o “movimento sanitário”.

O autor elenca a RSB enquanto processo, porque a mesma não se reteve apenas às discussões e elaborações teóricas. Tornou-se objeto de luta por meio de práticas político-culturais fixadas na 8ª Conferência Nacional

de Saúde, que objetivou reunir não só acadêmicos e profissionais da área, mas também órgãos representantes da sociedade civil e representantes políticos para debater a sociedade. O relatório final, importante documento elaborado na conferência, assim como as discussões do evento, voltaram-se mais profundamente para três eixos temáticos: Saúde como Direito, Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento Setorial.

O primeiro tópico discutido na referida 8ª Conferência Nacional de Saúde tocou diretamente em diversos problemas sociais, pois compreendeu a saúde como direito inerente à cidadania, reconhecendo o papel do Estado em promover boas condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, lazer e, é claro, o acesso democrático a um atendimento de saúde de qualidade. De acordo com a comissão relatora da 8ª CNS, a aquisição desse bem, a saúde, seria “o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida” (Relatório final da 8ª CNS, 1986, p.4).

Assim, um dos primeiros feitos do movimento sanitário foi ampliar a compreensão das causas dos problemas de saúde no Brasil para incluir aspectos histórico-culturais, promovendo, dessa forma, uma conscientização essencial para estabelecer um espaço de luta compartilhado por todos os cidadãos. Até então, o que deveria ser um bem comum era tratado como um produto cuja comercialização beneficiava os interesses dos empresários da área médico-hospitalar em detrimento das necessidades da população. Nesse sentido, até o momento da escrita desse texto, a proposta de intervenção elaborada e aprovada pelos representantes da dita conferência que foi mais bem explorada, está relacionada com o segundo tema discutido, a saber: a reestruturação do Sistema Nacional de Saúde, considerada uma das conquistas mais importantes do árduo processo da RSB.

O Sistema Único de Saúde (SUS), pensado na 8ª CNS, possui princípios revolucionários em seus aspectos de criação e funcionamento, que são responsáveis por garantir seu caráter de acesso universal, gratuito e igualitário, que vai de serviços básicos na Atenção Primária, a tratamentos mais complexos. Logo, o SUS também se destaca por ter um modelo de gestão da saúde pública mais descentralizada da história nacional, com responsabilidades direcionadas às esferas de governo federal, estadual e municipal.

A “municipalização” foi algo bastante discutido pela RSB, com destaque ao Editorial do *Saúde em Debate* de 1988 denominado *Municipalização da Saúde*, o qual, além de expor seus avanços em diversas cidades brasileiras, apresentou a mesma como uma das principais medidas de efetivação da Reforma Sanitária. Segundo o Editorial, “por ser o município a unidade político-administrativa responsável pelo equacionamento dos problemas locais, e por se constituir no poder mais próximo à população e, portanto, sujeito a interferência mais direta” (Editorial, 1988,p. 32).

Outra particularidade pensada para esse novo sistema de saúde foi o incentivo da participação popular, por meio das entidades representativas, nas etapas de planejamento, execução e avaliação dos serviços de saúde ofertados, fazendo com que as medidas de saúde estivessem voltadas para as necessidades de cada comunidade. Dentre os vários outros tópicos pensados para o SUS, destaca-se também o compromisso do Estado em promover e regimentar pesquisas científicas estratégicas para o desenvolvimento das técnicas de saúde, incluindo o campo farmacêutico. Deste modo, após a 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Reforma Sanitária Brasileira adquiriu um caráter transformador, que parte do setor saúde para a democratização do Estado brasileiro.

Um processo em andamento

Apesar de os participantes da 8ª Conferência Nacional de Saúde não terem elaborado diretamente um texto para a Constituinte de 1988, as conclusões promovidas no evento serviram de material base para o que foi debatido e elaborado no I Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva em setembro de 1986, em que foi aprovado um texto que juntamente com outros documentos contribuíram com a Constituinte.

Entretanto, mesmo a Reforma Sanitária evoluindo de um discurso para um movimento com objetivos claros presentes na Constituição Federal e em leis orgânicas estaduais e municipais, era ainda um lento e complicado processo em andamento. Sobre isso, destaca-se a fala de Sérgio Arouca no *Jornal da Reforma Sanitária*, edição de outubro de 1988, mês em que a Constituinte foi promulgada:

A Reforma Sanitária escrita na Constituinte não representará nada se não produzir um impacto concreto sobre a saúde do cidadão. Ela tem

que ganhar o espaço da comunidade, do lar, da fábrica, das escolas e ali efetivamente produzir transformações que contribuam para o bem-estar da população e para a construção de uma sociedade democrática, justa e independente (Arouca, 1988, p. 8).

O movimento da Reforma Sanitária buscava reunir o apoio de vários grupos para garantir que seus efeitos fossem além de mudanças institucionais. Neste aspecto, o papel de instituições, principalmente do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), por meio das publicações da revista *Saúde em Debate* e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), foram essenciais na promoção de eventos, publicações de artigos e estudos periódicos. O que permitiu que o movimento permanecesse coeso em relação às demandas que surgiram ao longo do processo.

Entretanto, houve inúmeros obstáculos à execução da Reforma Sanitária, pois a efetivação tanto do novo sistema de saúde, quanto das medidas mais gerais, necessitava de investimentos que fossem proporcionais às dificuldades existentes. Assim, o autor e militante da RSB, Jairnilson Paim, considera que “compõe a radicalidade do *projeto* a consciência de que o mesmo integra uma totalidade de mudanças, inclusive de ordem ética e cultural” (1997, p. 15) evidenciando que grandes eram os esforços necessários para a superação de anos de direitos negados e problemas sociais enraizados nas estruturas de organização da sociedade brasileira, que o movimento da Reforma Sanitária precisava enfrentar.

Portanto, a Reforma Sanitária Brasileira precisava de representantes ativos nas instituições políticas, a fim de garantir o cumprimento e a implementação dos ideais reformistas. Além de que a atuação exclusiva do Estado minava o caráter de luta popular tão essencial a RSB, pois a afastava dos que mais deveriam ser beneficiados por ela. Desta forma, a partir da década de 1990, a Reforma Sanitária buscou a ampliação da base do movimento, a fim de fazê-lo avançar e preencher os espaços vazios que foram surgindo ao longo do processo. Porém, isso não aconteceu de maneira homogênea, pois sendo um movimento de pretensões nacionais, muitos municípios ou “distritos sanitários” adotaram medidas personalizadas, dessa forma a autora Sônia Fleury pondera em seu artigo “A questão democrática na área da Saúde”, que:

Ao traduzir a noção de equidade como o acesso universal e igualitário ao sistema de saúde, abolindo qualquer tipo de discriminação positiva ou negativa, a Reforma Sanitária assume a igualdade como valor e princípio normativo, formulando um modelo de ética e de justiça social fundado na solidariedade, em uma comunidade politicamente inclusiva (Fleury, 1997, p. 33).

As questões ocasionadas por uma lenta e complicada implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), as constantes discussões em volta do financiamento do setor e outras problemáticas de natureza financeira, política e cultural foram diminuindo as forças da Reforma Sanitária. Isso levantou questionamentos dentro e fora do movimento, especialmente que a RSB, nas suas pretensões iniciais, seria uma utopia. A realidade era que a mesma se fixaria como uma reforma passiva ou apenas setorial.

Entretanto, os debates acerca da vivacidade e da relevância da RSB mantiveram-se presentes no tempo, como pôde ser constatado nas reflexões produzidas na 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília no ano de 2003. Nesse evento, foram apresentados diversos documentos com resultados de outros eventos de menor alcance, organizados por grupos como o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) em que foram abordados temas contemplados no movimento reformista. Outro aspecto que retoma as metas do movimento da Reforma Sanitária é a *Carta à sociedade brasileira em defesa da saúde dos brasileiros*, lançada pelo CEBES e pela ABRASCO na ocasião da conferência, na qual são elucidados alguns pontos relevantes para a compreensão do momento de retomada que a RSB vivia:

A Reforma Sanitária engloba uma multiplicidade de objetos e concepções que ultrapassam as tarefas de organização do Sistema Único de saúde (SUS) [...]. É chegado o momento de recuperar a reforma sanitária em sua plenitude, com as propostas de relações sociais e humanas contidas no projeto original [...]. A reforma sanitária Brasileira tem como princípio orientador a promoção da justiça social, obrigando a redução das assombrosas iniquidades econômicas, sociais e sanitárias (ABRASCO; CEBES, 2003).

Por meio do fragmento de texto acima, é possível perceber que a Reforma não se reduzia à criação do SUS, mas desde o início objetivava focar

no projeto de sociedade voltado para a igualdade de direitos, com a superação dos complexos problemas sociais que afetam direta e indiretamente a saúde da população, especialmente de setores sociais vulneráveis como: violência urbana, desemprego, subnutrição, preconceito entre vários outros fatores. Assim, pode-se compreender que muitas diretrizes e objetivos da Reforma Sanitária foram lembrados aos militantes presentes na 12ª CNS, o que pôde ser observado no Relatório Final da mesma, onde a expressão “Reforma Sanitária” apareceu, estando relacionada a discussão sobre a intersetorialidade na promoção de saúde e na organização dos serviços, uma vez que para a RSB a saúde é um fenômeno sociocultural. Foi mencionada também no eixo temático do controle social e a gestão participativa do SUS, sobre isso é posto no relatório que:

O controle social da Política de saúde do SUS é um dos princípios fundamentais da reforma sanitária Brasileira e uma importante inovação garantida pela Constituição. O controle social e a gestão participativa no SUS contribuem para a ampliação da cidadania, identificando o usuário como membro de uma comunidade organizada com direitos e deveres, diferente de uma mera visão de consumidor de bens e serviços (Relatório final, 2003, p. 74).

À vista de tudo disso, compreende-se que havia o esforço cada vez mais emergente de se retomar muitas proposições do projeto original da RSB, que foram esquecidos ou ignorados ao longo dos anos. Apesar das grandes melhorias implementadas na saúde, ainda havia muito a ser solucionado e alcançado em termos sociais.

Seria a RSB uma revolução passiva?

Ao considerar a trajetória do Movimento Sanitário na conjuntura pós-constituente, Jairnilson Paim, no seu já citado livro sobre a Reforma Sanitária Brasileira, utiliza o conceito de *revolução passiva* desenvolvido pelo cientista social e político comunista italiano Antonio Gramsci. De maneira simplificada, esse termo pode ser usado para denotar um processo em que determinado grupo ou movimento se efetivaria por meio de mudanças e adaptações lentas e graduais, o que se conectaria facilmente com a tendência transformista que permeia toda a história da sociedade brasileira, ele diz:

O refluxo dos movimentos sociais e a diminuição do Cebes na cena política durante a década de noventa reduziram a força da antítese, mas não impediram o aparecimento de certos elementos de mudança até mesmo pela produção de fatos e de acumulações, independentemente da sua vontade. Contudo, o movimento sanitário restringiu-se a “ações esporádicas e inorgânicas” durante a revolução passiva efetuada nessa conjuntura (Paim, 2008, p. 324).

Dessa forma, pode-se afirmar que apesar de suas contribuições, as pretensões revolucionárias do *projeto* da Reforma Sanitária não foram completamente eficazes em subverter as barreiras existentes, principalmente na política federal, campo onde se localizam as maiores possibilidades de mudança. Ademais, um projeto de aspirações tão abrangentes quanto a RSB, necessita de forte apoio da sociedade civil, o que não aconteceu de maneira eficiente:

A visão da saúde da população como resultante das formas de organização social da produção, tal como concebia a teoria da determinação social do processo saúde/doença elaborada pela Medicina Social e Saúde Coletiva, foi assimilada pelo arcabouço legal no Brasil. Não tem sido, contudo, objeto de lutas populares cotidianas, nem valorizada pela sociedade e Estado para o desenvolvimento da consciência sanitária, nem reconhecida como indutora de luta política (Paim, 2008, p. 329).

Tendo isso em vista, podemos compreender que analisar o processo da Reforma Sanitária Brasileira é utilizar um recorte da história do Brasil para melhor entender o todo. Os problemas evidenciados pelos indicadores negativos da saúde pública refletem a necessidade de repensar a estrutura social, política e cultural brasileira não apenas nas academias, mas também nos espaços de coletividade em geral. As críticas e sugestões contidas no projeto da RSB ainda são parte do cotidiano nacional e são extremamente necessárias para superar os problemas que afetam principalmente grupos minoritários específicos.

Conclusão

Diante do exposto, das implicações históricas do movimento da Reforma Sanitária, das discussões e transformações que foram promovidas

visando alcançar os objetivos nele estabelecidos, é possível concluir que a RSB buscou em toda a sua trajetória resgatar um valor social que por vezes foi perdido de vista: a efetivação da cidadania. Afinal, cidadania define-se não só como participação política, ou com conquistas legais, mas, principalmente, com a plenitude de fato de direitos e deveres a todos os sujeitos de uma sociedade, destacando-se dentre a efetivação dos valores instituídos no artigo 1º da Constituição brasileira de 1988.

Assim, é inegável que as implementações decorrentes da RSB foram importantes nas lutas pela ampliação da cidadania no Brasil. O estudo e a pesquisa sobre essa temática são importantes para avaliar o impacto desse movimento, especialmente suas influências na construção de uma cultura democrática no Brasil. Relevante, ainda, a produção de análises que procurem avaliar como esse movimento se encontra atualmente, quais os desafios que persistem e os esforços que estão sendo empregados para superá-los.

A fim de que a Reforma Sanitária permaneça como uma ferramenta de entendimento e transformação social, destaca-se o que foi reforçado no Manifesto da Reforma Sanitária Brasileira divulgado em 2005, em Brasília, as seguintes palavras de ordem que diz: “O processo da reforma sanitária brasileira é um projeto civilizatório, ou seja, pretende produzir mudanças dos valores prevalentes na sociedade brasileira, tendo a saúde como eixo de transformação e a solidariedade como valor estruturante”. Assim, pode-se concluir que a Reforma Sanitária é um tema atual, relevante e complexo, pois denuncia padrões socialmente calcificados, que necessitam de um olhar social atento. Nesse sentido, esse movimento ainda tem muito a oferecer a todos(as) que se interessam pelas questões sociais e pela saúde pública da população brasileira.

Referências

EDITORIAL. **Saúde em Debate**, n. 21, junho, São Paulo, 1988.

FLEURY, Sônia. Reforma Sanitária Brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p. 743-752, junho, 2009.

PAIM, Jairnilson. Bases conceituais da Reforma Sanitária Brasileira. In: FLEURY, Sonia (Org.). **Saúde e democracia**: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p.11-23.

FLEURY, Sônia. A questão democrática na área da saúde. In: FLEURY, Sonia (Org.). **Saúde e democracia**: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 25-41.

PAIM, Jairnilson. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para compreensão e crítica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

RELATÓRIO Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília. 1986.

RELATÓRIO Final da 12ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília. 2003.

UNIFORMES DOS MILITARES BRASILEIROS AO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ESTÉTICA

Larissa Maciel Silva¹
Johny Santana de Araújo²

Introdução

Os uniformes dos militares são parte integrante da cultura militar e possuem uma longa história no Brasil. Ao final do século XIX e início do século XX, houve várias mudanças nos uniformes dos militares brasileiros, em relação aos materiais utilizados e aos designs e padrões de cores. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo analisar os elementos simbólicos presentes nos uniformes militares, incluindo postos e condecorações, a fim de compreender como esses signos contribuem para a construção da identidade institucional e a representação marcial das Forças Armadas no contexto brasileiro no período do recorte temporal estabelecido.

Além disso, visa-se investigar como os uniformes e símbolos adotados pelas Forças Armadas, especificamente o Exército, influenciam na construção de costumes, valores e padrões simbólicos da cultura social da instituição. Este trabalho propõe identificar as modificações e a estética dos uniformes do Exército Brasileiro a partir das missões que o Brasil recebeu entre o final do século XIX e a metade do século XX, tomando como referência questões que envolve a adequação dos uniformes e dos hábitos dos militares.

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Assim, a problemática da pesquisa gira em torno de questionamentos como: quais adequações foram realizadas nos uniformes dos militares, nas três missões militares distintas que o Brasil participou, do início do século XX até a segunda metade do século? Que padrões estéticos e funcionais os uniformes estiveram sujeitos, frente aos diferentes tipos de missões militares que o Brasil sofreu, (alemão, francês e norte-americano), levando-se em conta, as diferentes doutrinas, e sua aplicação no campo de batalha? Uma das principais fontes da pesquisa foi a obra *Uniformes do Exército Brasileiro:1730-1922*, organizada pelo Gustavo Barros, com aquarelas e documentação de José Wasth Rodrigues.

A metodologia empregada para informações historiográficas apresenta processos de escolha, organização, análise e síntese, bem como leituras recorrentes em busca de novas informações sobre a temática. Portanto, opera-se transformando os fatos encontrados em dados, por meio da análise de fontes primárias como documentos históricos, boletins, regulamentos, revistas.

A moda como percurso para os uniformes dos militares

Um dos componentes do universo das indumentárias, que está presente em determinadas categorias de indivíduos e teve seu auge em tempos de guerra, foram os uniformes. Com o poder de caracterizar a figura de quem está usando, o uniforme funciona como objeto disciplinador, uma vez que padroniza as atitudes e comportamentos de quem o veste, seja uniforme militar, religioso, profissional ou escolar.

Segundo Diana Crane (2006), as roupas poderiam ser usadas para hastear o capital social de uma pessoa, em contrapartida, os uniformes e outros tipos de roupa padronizadas, além de códigos de vestuário do ambiente de trabalho, eram usados em grandes corporações, representando um instrumento de controle social.

Os uniformes serviam como lembretes úteis de que o conteúdo da comunicação interpessoal nos locais em que eram usados deveriam limitar-se a informações sobre a tarefa desempenhada, reforçando, portanto, a separação entre classes sociais e mesmo entre empregador e empregado em uma mesma casa. Os códigos de vestuário constituíam um meio mais sutil de recordar aos empregados de maior status a necessidade de se

conformar às normas e aos valores das culturas organizacionais (Crane, 2006, p. 194).

Os uniformes do Exército Brasileiro têm o poder de representar a figura de quem está vestindo. Os detalhes, condecorações, botas, capacetes, capas, calças, jaquetas e outros diversos elementos que o compõem, marcam a posição social, caracterizam a hierarquia e o respeito, podendo ser feita uma leitura dessa indumentária decifrando seus códigos de comportamento e postura. Eles comunicam a posição social e valores culturais que caracterizavam os homens que assim se vestiam de tal forma.

As vestimentas militares estão repletas de significados, repleto de valores simbólicos e estéticos que compõem um quadro na construção da identidade na sociedade em que se está inserido. São nesses pontos de identidade e estilos de vida que se percebe as transformações, as comunicações e a linguagem que as indumentárias expressam. As condecorações, faixas, medalhas e ornamentos comunicam signos, criam referências visuais que contribuem para diferenciar as posições sociais as funções de cada membro do exército e destacam seu lugar no mundo.

O vestuário militar é questão importantíssima da arte militar: problema cuja resolução já um pouco adiantada, ainda oferece muitos pontos obscuros. Acabrunhado por não pequeno peso, embaraçado com o vestuário; o soldado deve ser superior às intempéries, ao rigor do clima, das estações; deve lutar contra o frio, a humidade, o calor; contra a fome, a sede, o cansaço, agentes tanto ou mais temíveis que os canhões do inimigo e que, na guerra mais vidas sacrificam ganhando vantagem aos projeteis, como prova a cifra mortuária em campanha onde as moléstias levam imensa vantagem aos ferimentos. Tratado da atualidade, esqueceremos o que foi suprimido ou modificado pela experiência, e aceitando, a tendência louvável em fundir os diversos tipos de fardamento em um só, criticaremos o que for mão e as superfluidades, que ainda se conservam por mero respeito à tradição, as vezes ridícula e que nenhuma utilidade tem a não ser o aparato: ridícula e anacrônica prova de mão gosto (Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 2, 1883, p. 348-349).

Em outras palavras, as vestimentas diferenciam os uniformes militares, marcam a posição do homem que o veste, comunicam signos comuns ou homem do período: força, virilidade, coragem e trabalho, mas os diferenciam também, marcam seu espaço dentro da esfera glo-

bal. Além disso, soma-se ao objetivo principal da higiene militar que é aumentar a resistência e a força da tropa, seguindo as recomendações regulamentares ou razoáveis, exceto em casos de necessidade imperiosa, mas benéfica de higiene, baseadas na experiência.

As vestimentas são pontes que ligam a todas as dimensões da vida humana, social, cultural, política, econômica, entre outras. Enquanto, a moda implica em uma mudança constante das vestimentas. Seguindo essa linha, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre moda e indumentária. Elas estão inseridas na dinâmica do sistema da moda e do costume. Na verdade, tudo pode ser perpassado pela moda e pelo costume, que indica uma relativa permanência, não somente as vestimentas e adornos. Os fenômenos não se excluem no tempo, em alguns objetos a moda se impõe e em outros o costume.

As representações perpassam tanto os objetos de moda quanto da indumentária mais ampla. As representações do mundo, as formas como vemos, percebemos e agimos no mundo (agimos a partir dessas percepções) permeiam a forma como nos vestimos e nos adornamos, em cerimônias, no cotidiano. As cores, formas, adornos, tecidos, até penteados falam alguma coisa, emitem discursos, produzindo práticas ou ações no mundo. A vestimenta afirma algo e ao afirmar torna algo no mundo, algo visível, engendrando reações de aproximação, distanciamento, e até violência.

Assim, observa-se a relação entre moda e poder, ou seja, como a moda é usada para expressar poder e a autoridade de um indivíduo ou grupo social, bem como a moda poder ser usada como forma de resistência contra o poder estabelecido. Ao analisar a moda como um reflexo da comunicação e expressão social, percebe-se também seu papel como meio de diferenciação social e manifestação de poder.

As mudanças estruturais dos uniformes do Exército Brasileiro

Ao longo dos anos, os uniformes militares brasileiros sofreram diversas mudanças estruturais, tanto em relação ao seu design quanto aos materiais utilizados em sua confecção. Essas transformações ocorreram em função de uma série de fatores, como as novas demandas do campo de batalha, a evolução da tecnologia têxtil e até mesmo questões estéticas.

O fardamento do Exército Brasileiro, segundo a *Revista do Exército Brasileiro*, no século XIX, fazia:

O uso da roupa branca imposto pela higiene, consiste no exército brasileiro em quatro camisas de algodão, quatro calças de linho brancas, uma calça e blusa de brim pardo, sendo a duração delas de um ano, fazendo-se a distribuição das primeiras, de quatro em quatro meses, e a das segundas anualmente. Além d'isso o soldado recebe mais duas ceroulas de algodão, anuais, quatro lenços de assoar e quatro pares de meias, distribuídos semestralmente (*Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 3, 1884, p. 25).

Assim, a ideia é que deveriam usar uma camisa de flanela ou baeta com uma camisa de algodão por baixo, que o resguardaria suficientemente e evitaria que a baeta enxovalhasse rapidamente, o que significa menos lavagens e mais duração. No que diz respeito à decência, o lenço de assoar é uma necessidade, somado a higiene. A necessidade de duas toalhas de rosto não é eliminada por seu número suficiente. Basta lembrar como o soldado usa o lenço em algumas situações para justificar nosso pedido, ao menos em tempos de paz. O uniforme da artilharia montada e da cavalaria consiste em luvas feitas de algodão branco. Embora o uso das meias não seja comum nos exércitos europeus, este é necessário, pois além do agasalho ao pé, o protege contra as asperezas do calçado.

Além das peças de roupa que enumeramos e estudamos acima, o soldado era obrigado a ter, a seu custo, uma variedade de objetos conhecidos como acessórios, que variam em número, como escovas para fato e calçado, vidro de verniz, tijolo para limpar amarelos, lixa, linha, agulhas, botões, etc. Essas cargas aumentam e podem ser reduzidas sem causar inconvenientes significativos.

Nesse sentido, a revista tece críticas acerca dos métodos de melhoramentos a serem ensinados e adotados pelo exército, que naquele quadro traria grandes resultados sobre os fardamentos dos militares. Relembrando, assim, segundo o olhar da revista, a guerra circunscreve e obriga a abandonar muita coisa para mostrar a sua inutilidade na paz.

Esqueçamos, abandonemos a idolatria do passado; suprimamos tudo que não é exigido para o serviço da guerra; e embora com o desgosto da tradição, vamos avante, não trepidemos em dotar o exército com melhoramentos

reconhecidos úteis. Esses melhoramentos e inovações não farão com que o soldado deixe de ser disciplinado e sofredor; pelo contrário, ganhando a sua robustez e saúde, convencido do zelo e do amor de seus comandantes, maior estímulo e dedicação ter fio do cumprimento de seus deveres (*Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 3, 1884, p. 27).

Nessa perspectiva, a revista concluiu a respeito dos fardamentos que, por mais de uma vez, sentiu-se que a uniformidade do vestuário não excluía certas alterações no trabalho, e desse modo, declarou que embora sendo o princípio fundamental um só uniforme, quer para a paz, quer para a guerra, eram obrigados a (caso assim entenda a administração) tolerar o grande uniforme pedindo apenas a sua modificação afim de menos pesar e constranger o soldado (*Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 3, 1884, p. 27).

Então, nota-se que dentro do próprio enquadramento do exército já se faziam críticas e comentários no tocante a modificações nos uniformes dos militares do exército, alterações essas que trariam melhorias para os soldados, ajudariam com a questão da guerra, higiene e conforto deles.

Uma reforma fundamental no plano de uniformes que Exército Brasileiro usou esteve presente no Decreto n.º 7.201, de 1908:

É curioso notar na nossa tropa duas evoluções de fardamento inteiramente distintas. A histórica, coerente, lógica, inconfundivelmente nacional, tradicionalista, nascida no reinado de D. João VI e morta pelo reinado positivode das calças encarnadas francesas. A outra, moderna, absolutamente sem base no espírito nacional, mais ou menos esdrúxula, feita de retalhos de cópias do estrangeiro: calças da França, laços das mangas húngaros de origem e italianos de estilização, boné russo ou americano, capacetes prussianos ou coloniais ingleses, dólmãs de alamares de cadarço portugueses, etc., que veio à luz depois de 1896. Da invenção estapafúrdia de 1894, de tão mau gosto como o globo azul estrelado com legenda que estragou a bandeira, somente se conservou a pior por muito tempo: a calça garance. Da velha tradição luso-brasileira muito pouca coisa escapou aos vandalismos: o penacho negro da artilharia, os vivos brancos da cavalaria, as dragonas de escamas em relevo, as borlas dos fiadores de grande gala, os bordados de folhas de carvalho dos generais, alguns distintivos de metal como o castelo e a esfera armilar. Quase nada! (Barroso, 2019, p. 71).

Durante as guerras ocorridas em território europeu, os oficiais em comissão no estrangeiro usaram calções e blusas de flanela cáqui, tendo estas a gola deitada, à inglesa. Dessas modificações decorreram a adoção do novo uniforme para aviadores e o talabarte, bem como o corte atual das fardas da oficialidade. Após essa mudança, veio a do Decreto n.º 15.235, de 31 de dezembro de 1921.

Nos uniformes, houve as seguintes alterações: uniforme branco com divisas douradas para sargentos em passeio; equipamentos especiais para os oficiais, a cavalaria e a artilharia; substituição do 1o uniforme dos generais pelo 2o; fim da sobrecasaca e do chapéu armado nas formaturas; capacete alemão na grande gala da Escola Militar, envernizado de branco, com um ferro de machado dourado na cimeira para os infantas e penacho caído, de crinas, branco, para os cavaleiros; emblemas especiais para os aviadores; capacete protetor, puttees indianas nas pernas para os soldados da companhia de carros de assalto; chapéus de campanha, de feltro; capacetes de pano cáqui para campanha; pelerines azuis escuras; a folha prateada de acanto para os intendentas (Barroso, 2019, p. 74.).

É importante destacar ainda uma das primeiras mudanças significativas que ocorreu na década de 1930, quando o Exército Brasileiro passou a adotar um uniforme inspirado nos modelos utilizados pelas tropas americanas durante a Primeira Guerra Mundial. Esse uniforme, conhecido como “verde-oliva”, era composto por uma camisa e calça de algodão pesado, além de uma boina e coturnos de couro. Com o passar do tempo, o uniforme foi se modernizando e ganhando novos acessórios, como as fitas de medalhas e os distintivos de patente.

Foi introduzido na indumentária o cáqui e o brim oliva. Os soldados agora usavam fardas com gola dupla e canhões de cor mais escura. Os oficiais tinham calças mais claras e uma gola aberta com gravata com os distintivos. Acima dos bonés, foram colocados pequenos topes de esmalte com as cores distintivas das armas (por exemplo, vermelho para a infantaria, amarelo para os serviços, etc.). Os galões desapareceram e foram substituídos por estrelas simples, uma, duas e três para os segundos tenentes. Primeiro tenente e capitão, com estrelas em raios de ouro; segundo tenente, segundo tenente-coronel e terceiro tenente-coronel, cada um nas passadeiras.

Apesar de tais inovações, começou a voltar lentamente o Exército ao culto de suas tradições gloriosas. Essa reação foi iniciada em 1916 pelo então deputado Gustavo Barroso com seu projeto de restabelecimento, no 1º de cavalaria, do uniforme dos antigos Guardas de Honra de D. Pedro I, sob o nome de Dragões da Independência. Essa ideia, muito combatida, vingou em 1926 e foi realizada. Depois, a Escola Militar adotou em grande gala a farda das infantarias imperiais, criou-se o Batalhão de Guardas como uniforme tradicional dos antigos Henriques e o Colégio Militar recebeu barretinas copiadas das do Segundo Reinado (Barroso, 2019, p. 76.).

Já nas décadas de 1970 e 1980, os uniformes militares brasileiros passaram por uma grande transformação em relação ao seu design. Nessa época, foram adotados modelos mais leves e confortáveis, feitos com tecidos sintéticos que permitiam a transpiração da pele e o desempenho de atividades físicas mais intensas. Além disso, a padronagem dos uniformes também foi modificada, com a adoção de novas cores e estampas camufladas que ajudavam a camuflar os soldados em diferentes tipos de ambiente.

Em suma, percebe-se que as mudanças estruturais nos uniformes militares brasileiros não refletiram apenas as transformações na tecnologia e na estratégia militar, mas também as mudanças culturais e sociais que ocorrem ao longo do tempo nessa instituição. Em outras palavras, a evolução constante desses uniformes que representa uma peça fundamental para garantir a segurança e o desempenho das tropas em situações de risco e adversidade.

Os simbolismos e as operacionalidades dos uniformes do Exército Brasileiro

Os simbolismos e as operacionalidades dos uniformes militares são representados como um elemento de identificação e distinção dos militares em relação à sociedade civil e até mesmo entre os membros das Forças Armadas, uma vez que, eles possuem uma grande carga simbólica e histórica.

A maioria das pessoas não sabe que, no que é conhecido como “Militar do Exército Brasileiro”, existe uma ampla gama de especializações que cada soldado desempenha, abrangendo uma variedade de campos de atividades e que, na maioria das vezes, define toda a carreira militar

desses soldados. A maioria dessas especializações é definida pela Arma, Quadro ou Serviço a que um soldado pertence no Exército. Por fim, há os serviços, como o nome sugere, que têm uma função de apoio específica, geralmente logística.

As Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e as Armas de Apoio ao Combate (Engenharia, Comunicações e Artilharia) são os dois grupos das Armas. O termo “infantaria” refere-se a um soldado a pé, capaz de viajar por qualquer área e capaz de conquistar, ocupar e manter o terreno durante operações ofensivas e defensivas. O infante também tem especializações em uma variedade de missões, como selva, blindado, montanha, paraquedista, Polícia do Exército e muitas outras, que são mostradas neste site. A Cavalaria é reconhecida, fornece segurança às demais formações militares e luta por sua própria sorte; ao mesmo tempo em que seus veículos são blindados e mecanizados, eles continuam a ter os mesmos recursos que os veículos hipomóveis tradicionais.

Os uniformes militares são projetados para transmitir uma sensação de poder e autoridade, além de representar a identidade de uma nação. Eles são geralmente compostos por cores e emblemas que remetem às tradições e valores militares, como a honra, a coragem e a disciplina seguindo as hierarquias impostas pela instituição.

Além da simbologia, os uniformes também possuem uma importante função operacional. Eles são projetados para atender às necessidades específicas das atividades militares, fornecendo proteção contra as condições climáticas e os perigos do campo de batalha, além de permitir uma mobilidade adequada e facilitar o reconhecimento dos membros de uma equipe. Os uniformes militares também podem refletir a hierarquia e o posto de um militar. Os oficiais, por exemplo, costumam ter uniformes mais elaborados e decorados, enquanto os soldados rasos possuem uniformes mais simples e sem muitos adornos.

Os uniformes militares são muito mais do que apenas uma vestimenta, eles possuem uma grande carga simbólica e histórica, além de terem funções operacionais específicas. Eles são uma representação visual do compromisso e da dedicação dos militares em relação ao serviço ao país. A moda não é apenas um ato de significação pessoal, mas também uma manifestação de poder e identidade. Em muitas sociedades, o que uma pessoa veste pode indicar seu status social, sua profissão, sua filiação

religiosa e outras características identitárias. Além disso, a moda pode ser usada como uma forma de resistência ou de conformidade com as normas sociais estabelecidas.

Em *Uniformes do Exército Brasileiro (1730 a 1922)*, Gustavo Barroso descreveu as cores e adornos dos uniformes militares modernos. Os uniformes serviam para mostrar hierarquia, identificação de unidades e ostentação, em vez de camuflagem, como acontece com os uniformes militares hoje.

Durante esse período, os uniformes militares eram frequentemente elaborados e decorativos, usando cores vibrantes, enfeites, bordados e elementos ornamentais. Isso era feito para mostrar a posição de um soldado na hierarquia militar, além de ser elegante. Os uniformes eram uma maneira de um oficial ou soldado mostrar seu status e importância.

Os uniformes do Exército Brasileiro foram amplamente influenciados pelos uniformes europeus, como os franceses, germânicos, ingleses, espanhóis e, essencialmente, portugueses. Essas adequações demonstram a influência das potências europeias na formação e organização das Forças Armadas Brasileira. Como o Brasil era uma colônia de Portugal durante a era colonial, a influência portuguesa teve um grande impacto na construção do Exército Brasileiro. Os uniformes e práticas militares do exército colonial brasileiro eram semelhantes aos de Portugal.

Em outros termos, o Exército Brasileiro foi afetado por outras potências europeias, além da Portugal. Isso é principalmente resultado de alianças, guerras e trocas culturais que ocorreram no Brasil ao longo da história. Ao longo dos anos, os soldados brasileiros adotaram uniformes, táticas militares e equipamentos de várias nações europeias.

Durante sua participação na Primeira Guerra Mundial (1917-1918), o Brasil enviou uma divisão naval e uma divisão de infantaria para a Europa para lutar com as forças dos Aliados durante a Primeira Guerra Mundial. Nessa época, os uniformes do Brasil provavelmente seguiram as diretrizes e especificações estabelecidas pelos aliados na época, que incluíam canhões perfurantes, uniformes de campo e equipamentos de proteção. Além disso, a incorporação de insígnias brasileiras e de características distintivas nos uniformes, bem como os ajustes no vestuário para melhor se adaptar às condições climáticas e operacionais europeias, podem ser considerados apropriados.

Nesse período, o Brasil pode ter adotado influências alemãs em termos de estilo e tecnologia em seus uniformes durante a Primeira Guerra Mundial, quando se juntou às forças aliadas. Dado que, era um momento em que a Alemanha tinha a reputação de produzir uniformes de alta qualidade e tecnologicamente avançados e é possível que essas influências possam ser vistas nos uniformes brasileiros apropriados para a época.

Em relação à Participação na Segunda Guerra Mundial (1942-1945), o Brasil enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Os uniformes da FEB eram semelhantes aos usados pelas Forças Armadas dos aliados, que incluíam os Estados Unidos. Incluía armas de tiro em alumínio com temática brasileira, uniformes de campo, botas, equipamentos de combate, etc. A adaptação dos uniformes às condições da campanha italiana, que inclui terreno montanhoso e variações climáticas, pode ter tido ajustes particulares, como roupas mais quentes para o inverno.

À vista disso, os uniformes usados pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), que foi enviada para lutar na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, eram semelhantes aos usados pelos exércitos dos aliados, que também incluíam os Estados Unidos e a França. Logo, os uniformes da FEB provavelmente seguiam padrões funcionais e estéticos semelhantes aos das forças aliadas da época, essencialmente, francesa e norte-americana.

Relativamente à Participação em Missões de Paz da ONU (a partir da década de 1950), o Exército Brasileiro participa de missões de paz das Nações Unidas em diversas regiões do mundo desde a década de 1950. Destarte, os uniformes usados nessas missões são muitas vezes endossados pelas Nações Unidas e apresentam distintivos azuis da ONU para identificação. Nesse caso, observa-se que a adequação pode envolver a personalização dos uniformes de acordo com os requisitos operacionais do local da missão e a inclusão de elementos distintivos de identificação das missões.

Devido às tensas relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria e durante as missões de paz das Nações Unidas, é possível que os uniformes militares brasileiros tenham sido influenciados pela estética e funcionalidade dos uniformes militares norte-americanos. Principalmente no que se refere a equipamentos e tecnologia, os uniformes podem

ter adotado desenhos e diretrizes estilísticas semelhantes aos das Forças Armadas americanas.

Assim sendo, ao longo do século XX, os uniformes militares do Brasil foram influenciados por diversos princípios estéticos e funcionais, dependendo das alianças e das circunstâncias das missões em que o país participou. Cada época histórica e aliança trouxeram influências distintas para os uniformes, tanto estética quanto funcionalmente.

Os uniformes militares são normalmente adaptados de forma funcional aos requisitos únicos de cada missão e ao ambiente em que as tropas serão destacadas. Isso pode envolver ajustes nas roupas para lidar com condições climáticas extremas, acomodar equipamentos especiais ou atender aos requisitos de camuflagem. Além disso, a doutrina militar brasileira também desempenha um papel significativo na determinação da aparência e da funcionalidade dos uniformes. As doutrinas militares definem como as Forças Armadas organizam e conduzem as operações, o que pode ter um impacto na escolha dos uniformes apropriados para essas operações.

Os princípios que dominam na adoção do uniforme militar são os mesmos, que a higiene reclama para qual quer indivíduo e resumem-se em duas regras: 1ª, proteção da superfície tegumentária contra a influência dos agentes exteriores; 2ª liberdade tão completa, quanto possível ao jogo das articulações, das funções internas e do tegumento externo, (Morache). A uniformidade do vestuário, aceita nos exércitos regulares, impõe-se, e a sua identidade para cada especialidade (arma), torna-se uma necessidade disciplinar e econômica. Atualmente a ideia dominante, parece com razão, exigir a diminuição da diversidade de tipos nos uniformes, procurando um tipo único, condição essencial e imperativa no orçamento da guerra sobrecarregado com as despesas de material de campanha, armamento, etc. (Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 2, 1883, p. 350).

Segundo a *Revista do Exército*, naquele momento, estava-se fazendo progresso graças ao cuidadoso e árduo trabalho da comissão de melhoramento do material de guerra. No entanto, apesar dos louváveis esforços, zelos e boa vontade da comissão, as ideias antigas ainda não foram completamente abandonadas. Assim, teceram uma crítica ao pontuarem que, para muitos, o soldado é apenas um acessório e um adorno; portanto,

eles deveriam se vestir elegantemente, embora isso implicasse sacrificar a higiene básica e, mais gravemente, a saúde e o bem-estar dos soldados. Assim, a variedade de cores, galões, cordões e penachos ainda é vista a cada passo sem uma razão válida para isso: alguns são mantidos como respeito à tradição, religião de recordação ou devoção ao passado (Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 2, 1883, p. 351).

O exército não foi feito para paradas e exibições; mas sacrifício mais sério preside a sua criação e manutenção. A sua razão de ser é a guerra e, portanto, o uniforme que lhe convém e que deve ser adotado, é o que estiver naquela condição. “Um exército moralizado, bem alimentado, embora com um uniforme simples, de cor escura, mas cujas armas são admiravelmente perfeitas, limpas, bem manejadas; será sempre belo, terá uma beleza mais severa e mais viril, inspirando tanto entusiasmo como respeito.” (Morache). Assim, o melhor uniforme será o que indicado pela higiene, proteger melhor das intempéries, for menos pesado volumoso o que menos chame a atenção do inimigo. As estações e o clima, podem modificá-lo, quer na paz, quer na guerra, e assim também as necessidades criadas pela categoria disciplinar: o que, porém, é imprescindível, é que os princípios da higiene sejam a sua base, embora subordinados as exigências da rigorosa disciplina militar. Abandonadas as velharias da tradição e as criações da fantasia, o vestuário será uniforme, invariável; acabar-se-á a moda das inovações que só trazem sacrifícios ao erário, detrimento da saúde e talvez mesmo da seriedade do soldado. Precedentemente vimos que as regras que presidem ao uniforme militar, são as mesmas que regulam o vestuário civil, subordinadas com tudo a certas condições peculiares (Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 2, 1883, p. 351).

O uniforme deve ser usado em todas as estações e lugares. Assim, como estabeleceu Conlier, havia uma classificação das cores e qualidades dos tecidos que poderiam ser usados no exército a partir das várias tentativas realizadas para avaliar as qualidades dos vários tecidos usados para fazer o uniforme. De acordo com a maioria dos higienistas militares europeus, esta classificação era considerada uma verdade científica. Entendemos que, nas estações calmas e no inverno, deveria-se usar linho ou algodão e, no inverno, pano. Isso era aceito pelos soldados e adequado ao clima, dado que eles sofreriam mais calor do que frio (Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 2, 1883, p. 352).

De acordo com os estudos fundamentais da física, a cor ideal seria a escura (azul-marinho, preto ou uma mistura escura) para permitiria que o corpo se aquecesse com o sol e para proteger o corpo da radiação (Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 2, 1883, p. 352).

Para provar que não é indiferente a cor do tecido basta lembrar que a infantaria possui hoje armas de longo alcance, que a artilheira envia com precisão os seus mortíferos projetis a 4 mil metros, para reconhecer as vantagens das cores carregadas ou escuras. Com elas no fogo de atiradores, o indivíduo de per si será menos visível e as massas de infantaria disfarçando-se com as ondulações e cor do terreno, mais facilmente escapam a artilheira inimiga, pela dificuldade da apreciação das distancias. E' corolário disto, a exclusão do branco e do encarnado, preferindo-se o azul e o mescla escuro que negam alvo certo ao inimigo em qualquer distancia ou condição. Esta é a ideia predominante nos exércitos europeus, salvo um ou outro que ainda respeita a tradição. Estabelecidas assim a cor e a qualidade do tecido que deve ser empregado no uniforme, passemos a estudar os princípios que devem reger feitto e o corte das diversas peças que compõem o uniforme (Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 2, 1883, p. 352-353).

Todavia, os uniformes militares são mais do que apenas a vestimenta que os soldados usam. Na verdade, eles são componentes essenciais para a identificação, organização e coesão das Forças Armadas. Os uniformes militares são feitos para tornar fácil distinguir os soldados dos civis. Eles ajudam na identificação rápida de soldados e demonstram afiliação à instituição militar.

A aparência, o estilo e a cor dos uniformes têm um grande impacto psicológico. Por exemplo, sentimentos de pertencimento, orgulho e confiança podem ser evocados por símbolos e cores fortes. Além disso, insígnias e decorações podem incentivar o desempenho excepcional, mostrando os sucessos e méritos de cada pessoa.

Assim, os uniformes fortalecem a unidade da força militar. Quando todos os membros vestem o mesmo padrão, as diferenças diminuem, promovendo a sensação de igualdade e mantendo a disciplina e a ordem nas fileiras, o que exige uniformes padronizados. Os uniformes ainda fortalecem as relações entre os soldados, eles aprendem a se unir e se sentirem parte de um grupo maior quando têm o mesmo visual. Nas exibições

patrióticas formais, os uniformes também são usados para as cerimônias e eventos, onde representam a força militar e o país, demonstrando a força e a proficiência das organizações militares.

Considerações finais

Portanto, além de simbólicos, os uniformes devem ser práticos e funcionais. Eles passam a ser construídos para atender às necessidades únicas dos militares de mobilidade, proteção e armazenamento de equipamentos. O conforto e a proteção do corpo são os elementos mais importantes ao projetar uniformes. Assim, os uniformes militares devem ser capazes de fornecer conforto, proteção contra os elementos e até mesmo em situações de combate, pois os militares frequentemente enfrentam ambientes difíceis e adversos.

Em síntese, pode-se inferir que os uniformes militares dos países aliados, com os quais o Brasil se associou durante várias missões militares no século XX, tiveram um impacto nas vestimentas dos soldados brasileiros. Incluindo a incorporação de elementos funcionais e estilísticos comparáveis aos países com os quais o Brasil trabalhou, como Alemanha, França e Estados Unidos.

Ao longo do século XX, os uniformes militares contribuíram significativamente para a formação da identidade brasileira e do sentimento de orgulho nacional, sendo usados para estabelecer união social e como símbolos de patriotismo. Assim, os uniformes militares brasileiros mudaram ao longo do século XX para seguir as modas e atender às necessidades operacionais e técnicas das Forças Armadas, como as mudanças na tecnologia têxtil, na proteção individual e nas condições de combate.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wash. **Uniforme do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Publicação Oficial do Ministro da Guerra, Co-

memorativa do Centenário de Independência do Brasil. Paris: A. Ferroud, F. Ferroud, 1922.

BARTHES, Roland. **Sistema da Moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTRO, Celso. **Exército e nação**: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Algs-Portugal: Difel, 1988.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo**: desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOWARD, Sir Michael. **A guerra na história**. Trad. Francisca Isabel Alves da Silva. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

KÖHLER, Carl. **História do vestuário**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ENTRE O COLONIAL, O NACIONAL E O ULTRANACIONAL: O ORIENTE MÉDIO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945) NO JORNAL *CORREIO DA MANHÃ* (RJ)

Luiz Sérgio Silveira Marinho¹

Introdução

O século XX foi palco de inúmeros conflitos bélicos ao longo de suas décadas, os quais ficaram caracterizados pelos extremos de violência, de avanço tecnológico e de complexificação das relações internacionais. Sem dúvidas, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) possui um lugar de destaque quando se pensa a historicidade deste século, por ser um evento capaz de reconfigurar a ordem mundial, dando início à chamada Guerra Fria (1946-1991).

Ao estabelecer o período formal de duração desta guerra enquanto recorte histórico de análise, no presente capítulo pretende-se fazer o movimento de deslocar os holofotes dos principais teatros de operações – isto é, a Europa e o Pacífico – para um “secundário”, o Oriente Médio. Apesar do pouco peso que a região desempenha no decorrer da guerra, ela foi palco de alguns embates emblemáticos, como os conflitos entre Egito e a colônia italiana da Líbia, a colaboração de protetorados franceses, sob o governo de Vichy, com a Alemanha hitlerista, e mesmo um golpe pró-nazista no Iraque².

1. Pós-graduando em Ensino de História do Brasil e do Mundo Contemporâneo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Não é objetivo deste capítulo discorrer, em grandes detalhes, sobre cada uma das nuances da guerra no Oriente Médio, ainda que alguns de seus acontecimentos sejam citados e brevemente desenvolvidos. Para mais informações, ver: FILIU, Jean-Pierre. **Uma História Secular do Oriente Médio**: do ano 395 aos nossos dias. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

A guerra também não seria capaz de interromper o andamento dos conflitos históricos da região, no que diz respeito às lutas nacionais por independência. Essas tensões tiveram seus momentos de altos e baixos ao longo das décadas de 1920 e 1930, com o florescimento de nacionalismos pós-fragmentação do Império Otomano, e o estabelecimento das novas mandatárias, França e Grã-Bretanha (Hourani, 2006).

Com esses processos históricos em vista, o presente capítulo tem o objetivo de compreender, de maneira introdutória, de que maneiras o jornal fluminense *Correio da Manhã* (RJ), de circulação nacional, buscou narrar os acontecimentos da referida guerra no que diz respeito ao Oriente Médio, dialogando com a construção de um enquadramento de memória³ sobre a região em meio às nuances da conjuntura internacional no referido recorte.

Por fim, cabe justificar que a escolha pelo jornal *Correio da Manhã* (RJ) se deu pelo fato de que o periódico oferece uma editoração privilegiada para o noticiário de assuntos internacionais – concentrando-o na sua capa, em detrimento do noticiário nacional brasileiro. Isso se deve ao contato frequente com agências de notícias do exterior, como as britânicas BBC e Reuters, e os jornais estadunidenses *New York Times* e *Washington Post*, além de contar com correspondentes internacionais.

O Oriente Médio e a Segunda Guerra Mundial: um breve histórico

Antes de refletir acerca da conjuntura em que o Oriente Médio se encontrava quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial, é necessário delimitar qual conjunto de territórios este capítulo busca se referir, pois se parte do princípio que a própria definição da região é um construto social e histórico, com deslocamentos e permanências ao longo do tempo. A priori, a noção aqui adotada deriva do que, à época, era considerado cons-

3. Michael Pollak, em seu artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio” (1989), ao tratar das memórias coletivas ou oficiais, apresenta a noção de “memória enquadrada”, em que se compreende a construção de uma memória – neste caso, por meio das narrativas da imprensa – a partir de um determinado trabalho de enquadramento com objetivos, limites e particulares condições de existência, como os imperativos da justificação, credibilidade e coerência. Associado a este trabalho de enquadramento, Pollak propõe a existência de um sistema (ou um quadro) de referências de memória, o qual é anterior à memória recém-construída, e no qual os acontecimentos do presente passam a se inserir, negociar e refletir as dinâmicas do grupo social em questão em um determinado suporte (no caso, o jornal *Correio da Manhã*) (Pollak, 1989).

tituinte do “Oriente Médio”, uma visão ligada à perspectiva geopolítica britânica que incluía tanto os territórios africanos do *Magreb* quanto todos os territórios asiáticos a oeste da Índia (Bilgin, 2004, p. 18).

Ao longo da pesquisa, observou-se que a definição utilizada pelo jornal *Correio da Manhã* encontrou-se em sintonia com a perspectiva britânica de Oriente Médio. Isso pode ser explicado devido às conexões existentes entre este periódico e as agências britânicas de notícia, muitas vezes referenciadas como produtoras originais de conteúdos internacionais publicados no jornal. Dentro desta definição, o presente capítulo faz referência mais específica aos territórios que acabaram por ocupar mais o noticiário do *Correio da Manhã*, como Líbia, Egito, Palestina, Síria, Iraque e Turquia⁴.

Neste sentido, a situação política geral desses territórios às vésperas da Segunda Guerra Mundial era múltipla e guardava relações íntimas com o processo de desintegração do Império Otomano – iniciado no fim da segunda metade do século XIX e catalisado pelo envolvimento na Primeira Guerra Mundial – de modo que cada um dos países supracitados encontrava-se envolto em um contexto geopolítico que evidenciava o caráter imperialista vigente no cenário europeu, em constantes tensões com os movimentos nacionalistas locais (Hourani, 2004).

A República da Turquia, principal herdeira da estrutura administrativa e militar do Império Otomano, localizada em sua maior parte na região da Anatólia, surge a partir de um projeto nacionalista excludente com relação à pluralidade étnica na região⁵. Esse projeto projetava-se a partir de um afastamento tanto em relação ao seu passado otomano e quanto aos países árabes, ao mesmo tempo que não aceitava passivamente as imposições europeias⁶. No início da década de 1930, a Turquia estava em

4. A listagem específica desses países se deu segundo o critério de frequência com que os mesmos aparecem no jornal *Correio da Manhã* entre o recorte estudado.

5. Como exemplo disso, foi durante o governo dos Jovens Turcos, grupo político nacionalista que liderou um parlamento no Império Otomano a partir de 1908 até a sua queda, que ocorreu o genocídio contra a população armênia, especialmente localizados no leste da Anatólia e que também travavam uma luta nacional visando a sua independência. Cf.: ALMEIDA, Ligia Cristina Sanchez de. **Armênios e Gregos otomanos, a polêmica de um genocídio**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

6. Sob pressão dos Aliados, o sultanato assinou o tratado de Sèvres em 1920, resultando em uma cessão de territórios favorável apenas às potências ocidentais, em especial Grã-Bretanha

franco processo de modernização kemalista⁷, ocidentalizando-se em seus costumes, e buscando consolidar-se enquanto uma nação independente dos desmandos internacionais. Foi essa situação que a levou para a neutralidade política durante quase toda a Segunda Guerra Mundial, cedendo aos aliados no último ano do conflito⁸.

Diferentemente da Turquia, os territórios do Iraque e Egito encontravam vários entraves ao exercício de uma liberdade política, cada um ao seu modo, mas em ambos os casos relacionado ao imperialismo britânico. O Egito, no ano de 1914, passara do domínio otomano para o britânico, sob o regime de um protetorado, mas mantendo a figura do Quediva⁹ como governante, agora sob o título de sultão. Em 1919, houve um levante generalizado pró-independência, com forte apoio popular que embora tenha sido sufocado, “levou à criação de um partido nacionalista, o Wafd, [...] e depois à emissão pelos britânicos, em 1922, de uma ‘declaração de independência’, que lhes reservava o controle de interesses estratégicos e econômicos [...]” (Hourani, 2006, p. 417).

O Estado que emergiu nas possibilidades delineadas pelos ingleses seguiu militarmente ocupado até meados da década seguinte e adotou um regime de monarquia constitucional¹⁰, com introdução do pluripartidarismo e apoio da elite nacional, aproximando-se dos ideais do liberalismo europeu. Somente em 1936, sob a ameaça dos avanços coloniais da Itália

e França, além de firmar o comprometimento com a formação de estados nacionais para os armênios e curdos. Todavia, a recusa desse acordo por parte dos Jovens Turcos levou a uma sequência de agitações políticas e militares: liderados por Mustafa Kemal, militar nacionalista e republicano, as tropas turcas impuseram derrotas às potências dominantes, o que abriu caminho para a proclamação da República da Turquia, e para o estabelecimento de novos termos para a paz em 1923, com o tratado de Lausanne. Cf.: BAER, Marc David. **The Ottomans: Khans, Caesars and Caliphs**. New York: Basic Books, 2021.

7. Para um aprofundamento sobre a modernização kemalista, conferir: LANDAU, Jacob M. (Org.). **Ataturk and the Modernization of Turkey**. Boulder-CO (EUA): Westview Press, 1984.

8. LIMA, Lorrán Ícaro Moreira de; BACHVAROVA, Elitza Lubenova. A política externa da Turquia na Segunda Guerra Mundial: O caso da Batalha do Cáucaso. **Cadernos do Cáucaso** – Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, v. 2, p. 122-149, 2019.

9. Quediva é o título equivalente a vice-rei conferido ao paxá do Egito pelos Otomanos, que vigorou entre 1867 e 1914. Cf.: MESTYAN, Adam. Khedive. In: FLEET, Kate; *et al* (Ed.). **Encyclopaedia of Islam**, THREE. Leiden (NL): E. J. Brill, 2020, p. 70-71.

10. Novamente, o antigo Quediva, que havia adquirido o título de Sultão em 1914, mantém sua posição política, com o título de Rei a partir de 1922. Cf.: HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

na Etiópia (conquistada em 1935), somados à crescente pressão interna do Wafd no governo egípcio, o Reino Unido propôs o Tratado Anglo-Egípcio. Nesse tratado, comprometeu-se a respeitar a soberania do território egípcio e retirar suas tropas – mantendo-as apenas na região do Canal de Suez – em uma tentativa de afastar a influência fascista do país (Botman, 1998).

No caso do Iraque, a própria gênese deste Estado virtualmente criado já carregou fortes tensões nacionalistas e religiosas¹¹ entre árabes (sunitas e xiitas) e curdos, forçados a conviver sob um mesmo domínio colonial a partir de 1920, com a instalação do mandato britânico no Oriente Médio a partir da definição feita pela Sociedade das Nações (SDN). O governo mandatário foi entregue ao Rei Faiçal I¹², que não era nativo da região, e a elite administrativa foi formada a partir de antigos oficiais otomanos (sunitas em sua maioria) subordinados à autoridade do protetorado britânico, com objetivo de resguardar seus interesses econômicos e militares (Filiu, 2023).

A partir de 1932, o âmbito de ação da monarquia fora parcialmente estendido, mas não a troco de nada, com base em um tratado anglo-iraquiano assinado dois anos antes, em 1930,

[...] pelo qual o Iraque recebia independência formal **em troca de um acordo para coordenar sua política externa com a da Grã-Bretanha, e conceder aos britânicos duas bases aéreas e o uso das comunicações em**

11. De maneira ilustrativa, cabe citar que entre 1918 e 1920 a Grã-Bretanha manteve a ocupação do Iraque com auxílio de lei marcial, visto que o aspecto da dominação ainda não estava formalmente definido pela Sociedade das Nações, e quando ocorreu a legitimação britânica sob este território, irrompeu uma tentativa de revolução anti-imperialista, iniciada em algumas das principais cidades iraquianas – como Mosul, Najaf e Bagdá – mas que se espalhou por cidades menores, capaz de associar xiitas e sunitas em oposição ao inimigo em comum. Cf.: YAPHE, Judith S. *The View from Basra: Southern Iraq's Reaction to War and Occupation, 1915–1925*. In: SIMON, Reeve Spector; TEJIRIAN, Eleanor H. (Orgs.). **The Creation of Iraq, 1914–1921**. New York (US): Columbia University Press, 2004.

12. Faiçal I era filho de Huceine Ibn Ali, xerife de Meca e líder árabe que, juntamente com seus filhos, comandou tropas apoiadas pelos britânicos na Primeira Guerra Mundial, sob a promessa de que, com a queda do Império Otomano, o nacionalismo árabe poderia dar lugar aos novos Estados. Todavia, tais promessas foram apenas parcialmente cumpridas, enquanto Huceine obtém a independência e o trono do Reino do Hejaz (atual litoral oeste da Árabia Saudita, incluindo as cidades de Meca e Medina), e seus filhos Faiçal e Abdullah, obtiveram tronos no Iraque e no emirado da Transjordânia, respectivamente, mas submetidos ao protetorado britânico. Cf.: FILIU, Jean-Pierre. **Uma História Secular do Oriente Médio**: do ano 395 aos nossos dias. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

época de necessidade; o Iraque foi aceito como membro da Liga das Nações, um símbolo de igualdade e admissão na comunidade internacional (Hourani, 2006, p. 433, grifo nosso).

Essa situação de presença britânica na vida política do país, tal como os interesses estrangeiros (franceses e americanos, por exemplo) no petróleo iraquiano, associados às tensões internas da população local, levaram posteriormente a algumas viradas políticas importantes, inclusive no decorrer da Segunda Guerra Mundial, como um golpe pró-Alemanha. Deve-se acrescentar, também, que a partir de 1939 o Iraque passou a receber forte influência do antigo Grão-Mufti¹³ de Jerusalém, Hajj Amin al-Husseini¹⁴, líder internacional do nacionalismo árabe e forte crítico da política britânica, que se encontrava refugiado em Bagdá (Filiu, 2023).

Convivendo lado a lado com países recém-independentes, os territórios de Palestina, Síria e Líbia ainda se encontravam sob os desmandos de um regime colonial: os dois primeiros, como fruto da divisão de mandatos feita ainda em 1920, pela SDN, na qual a região de Síria e Líbano ficaram sob tutela francesa, ao passo que a Palestina, juntamente com Iraque e Transjordânia, ficaram a cargo dos britânicos; e o último, como fruto do tardio expansionismo italiano, que buscou anexar em 1911 o único enclave otomano que ainda resistia no norte da África.

Tais territórios permaneceram sob domínio colonial ao longo das décadas de 1930 e 1940, aliando-se aos interesses de suas metrópoles, mesmo com as lutas independentistas em andamento, capaz de mobilizar

13. Mufti é uma palavra que designa uma função no mundo islâmico, um juriconsulto, especialista na lei islâmica e na interpretação do Alcorão, que tinha autoridade para proferir sentenças legais diante de conflitos entre duas ou mais partes. A criação do cargo de Grão-Mufti dava autoridade ao seu ocupante sobre todos os Muftis da Palestina. Cf.: HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

14. Quando do início do mandato britânico, em 1922, a população palestina boicotava as instituições administrativas britânicas enquanto forma de resistência anticolonial. Para contornar essa situação, a Grã-Bretanha buscou associar a gestão política da região com a religião islâmica, com a criação do cargo de Grão-Mufti de Jerusalém e nomeando Hajj Amin al-Husseini para assumi-lo. Al-Husseini progressivamente se projeta enquanto uma liderança política internacional, ao passo que a sua imagem foi utilizada pela Grã-Bretanha para reduzir a carga ideológica nacionalista da luta árabe e direcioná-la junto a uma islamização da pauta. Por consequência, tal contexto reposiciona disputas entre Xiitas e Sunitas, ao passo que a luta política nacionalista os unia contra as autoridades britânicas. Cf.: FILIU, Jean-Pierre. **Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

amplios setores da população local. Neste sentido, o caso da Síria durante a Segunda Guerra Mundial teve seu aspecto singular quando ocorreu a queda de Paris diante das tropas de Hitler, em 1940, e o governo colaboracionista de Vichy passou a orientar seus protetorados ao apoio nazista. Essa situação permaneceu tensa até a retomada da região pelos aliados, em 1941 (Filiu, 2023, p. 287).

Quanto à Palestina, desde o fim da Primeira Guerra Mundial a situação política da região já delimitava um cenário intensamente agitado e que se mostraria de crise permanente a partir das décadas seguintes. Desde a Declaração Balfour, em 1917, o explícito apoio britânico à formação de um lar nacional judeu no território colocou em lados opostos o nacionalismo árabe e o sionismo, o que gerou revoltas e minou a possibilidade de estabilidade local (Filiu, 2023).

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, o governo britânico publicou dois “livros brancos”, documentos com o pretense objetivo de restringir as migrações de judeus para a região, o que não se efetivou. Entretanto, foi a ascensão do nazi-fascismo na Europa que precipitou a situação para uma escalada de conflitos, visto que as perseguições sistemáticas a judeus intensificaram as migrações para a Palestina, o que potencializou as tensões e gerou grandes manifestações de árabes¹⁵ em 1936, contra britânicos e sionistas (Salem, 1982). Neste cenário, ambos os movimentos nacionalistas começaram a aderir à insurreição armada, e o contexto internacional não era favorável para a Grã-Bretanha, como apresenta Hourani (2006):

A liderança política estava com uma associação de notáveis urbanos, tendo Amin al-Husayni, mufti de Jerusalém, como figura dominante, mas começava a surgir uma liderança militar, e o movimento tinha repercussões em países árabes vizinhos, num momento em que a ameaça a interesses britânicos, pela Itália e a Alemanha, tornava desejável que a Grã-Bretanha tivesse boas relações com os estados árabes (Hourani, 2006, 436).

A partir desse momento, a mediação britânica procurou resolver a disputa nacionalista em torno da partição da região em dois países. Isso

15. Jean-Pierre Filiu é crítico da perspectiva de uma “revolta” árabe no contexto de 1936-1938 pois, para o autor, a organização política dos palestinos em torno de uma greve geral, com uma pauta nacionalista bem definida e fortes lideranças políticas, configuraria uma tentativa de Revolução. Cf.: FILIU, Jean-Pierre. **Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023. p. 287.

culminou no primeiro plano de divisão da Palestina, apresentado em 1937, sendo reforçado em 1939 pela política mandatária. Durante esse período, as autoridades mandatárias retomaram o controle militar do território e exilaram Hajj Amin al-Husseini. Nem mesmo o estopim da Segunda Guerra Mundial foi capaz de desviar o foco das hostilidades entre palestinos e judeus, a década que se sucede manteve vivos tanto o conflito entre os povos em questão, quanto o plano de partilha – que, em 1945, foi reeditado sob responsabilidade da nascente Organização das Nações Unidas, dando origem à *Nakba* (ou grande tragédia) para os palestinos e à Guerra de Independência de Israel, para os judeus (Rogan, 2021).

Enquanto essa conjuntura se desenrolou em um cenário geográfico às margens da Segunda Guerra Mundial, a história se fazia escrita por sujeitos que não estavam nem nos campos de batalha e, se sujaram suas mãos, o fizeram apenas com tinta: os trabalhadores da imprensa. Os jornalistas, redatores, editores, diretores, fotógrafos e demais sujeitos que fabricavam notícias, tinham a função de transmitir os acontecimentos mais quentes do *front* para um ávido público leitor, construindo imagens da guerra em suas mentes.

Eventualmente, a imprensa também trava suas batalhas de narrativas, reescrevendo os acontecimentos sob óticas políticas distintas, alinhando-se a interesses e contrapondo-se a autoridades, promovendo críticas internas e externas, enfim. Um novo mundo se abre em meio a essas fontes e, ao invés da busca incessante pela verdade, caberia ao historiador o papel de investigar as narrativas que se pretendiam enquanto fatídicas (sem que fossem, necessariamente, mentiras) e que, nas mãos do público, impactaria na visão política de um mundo externo, distante e conflituoso.

O Oriente Médio sob a ótica do *Correio da Manhã*: caminhos e apontamentos

Ao refletir sobre o estatuto dos jornais como fontes históricas, José D'Assunção Barros (2023) situa esse tipo de fonte no horizonte enquanto uma fonte de caráter realista, tendo em vista que

A função declarada de um jornal, evidentemente, é apresentar seus leitores cenários da realidade – da realidade que aconteceu, que está acontecendo, ou que talvez possa acontecer. [...] Portanto, o que aconteceu na

História, e o que está acontecendo na História, atravessa o jornal nas suas diversas matérias, pois os textos jornalísticos produzem incessantemente representações da realidade histórica (Barros, 2023, p. 13-14).

Neste sentido, uma forma de apreender essas representações em perspectiva histórica é por meio da análise crítica desta fonte, localizando o seu lugar social de produção, os agentes produtores, tipo de jornal veiculado (e os interesses em torno desse suporte), tal como às ideias, análises e memórias que os sujeitos envolvidos no consumo das representações poderiam construir acerca de um referido objeto e em um referido recorte (Barros, 2023).

O periódico aqui analisado, o jornal *Correio da Manhã* (RJ), foi fundado pelo jornalista Edmundo Bittencourt¹⁶ no começo do século XX, em 1901, em um contexto no qual a imprensa brasileira encontrava-se em expansão, mas ainda mantinha sua concentração física no eixo Rio-São Paulo. À época, a imprensa carioca era acusada de estar a serviço do governo, com denúncias de suborno e subvenções pagas com dinheiro público, situação que motivou Bittencourt a fundar um jornal apertado, mas não apolítico, crítico do governo e das oligarquias (Rio de Janeiro, 2001).

Essa linha editorial permaneceu ao longo das décadas, e foi diretamente afetada pelo processo de censura imposto por Getúlio Vargas entre 1937-1939, iniciado a partir da decretação de estado de sítio em razão da chamada “Intentona Comunista”, e consolidado com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). À época da Segunda Guerra Mundial, as nuances do conflito eram retratadas com viés de crítica velada juntamente da posição brasileira, fosse a neutralidade – posição que durou entre 1939 e 1942, retratada de maneira que agradava às potências do eixo –, fosse o apoio aos aliados – posição adotada a partir de 1942 até o fim da guerra, e que expunha as contradições internas da Ditadura do Estado Novo (Rio de Janeiro (RJ), 2001).

Na análise direta das fontes, no tocante ao noticiário internacional, observa-se a adoção de uma posição pró-Aliados, especialmente pró-britânica, que possivelmente dialoga com a crítica estabelecida pelo jornal

16. À época da fundação do jornal, Edmundo Bittencourt já era um jornalista conhecido, e trabalhava junto de figuras como Rui Barbosa e José Veríssimo no Jornal A Imprensa. Cf.: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Correio da Manhã – compromisso com a verdade**. Caderno de Comunicação: Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001.

à ditadura de Vargas. Esse posicionamento político de apoio às democracias se repete e ganha outros contornos ao retratar a região do Oriente Médio: sempre por uma ótica europeia e colonialista, muitas vezes tratando os acontecimentos políticos regionais enquanto uma extensão das ações imperialistas, com pouca ou nenhuma ação automotivada das populações locais e, em alguns casos, estigmatizando-os.

De maneira a organizar os caminhos e apontamentos sugeridos nesta seção, buscou-se organizar as formas de retratar o Oriente Médio de modo que apresente um quadro geral, panorâmico. Isso foi feito apresentando as discussões segundo o critério de repetição das temáticas no jornal, e mencionando notícias pontuais na tentativa de exemplificar os argumentos e conclusões obtidos no decorrer da pesquisa. Cabe elucidar, entretanto, que esses modelos não dão conta da totalidade de possibilidades representativas do Oriente Médio no recorte de 1939 a 1945, constituindo apenas um recorte.

É importante pontuar, também, que o jornalismo se comporta historicamente de uma maneira singular quando se trata de temáticas de guerra, tendo em vista que a dimensão narrativa da guerra atrai mais leitores devido ao seu potencial mobilizador de emoções – amplificado pelos recursos de fotografias, textos, títulos e histórias de civis apelativas – e, além disso, como apresenta Teixeira (2018, p. 2):

Em situações de guerra, o próprio papel do jornalista é questionado, especialmente no que se refere ao idealismo da imparcialidade jornalística. Logo, o que se pode observar é uma “parcialidade mascarada”, uma vez que serão as intencionalidades (sejam elas políticas, econômicas e/ou editoriais) que guiarão todo o contrato de informação midiática da cobertura jornalística da guerra.

Com isso em vista, a primeira forma por meio da qual o Oriente Médio é retratado no *Correio da Manhã*, no referido recorte, diz respeito a uma representação da região enquanto uma extensão da Europa e de seu conflito, o que se evidencia mais no caso dos territórios coloniais e protetorados. Líbia e Síria, por exemplo, aparecem de maneira frequente no noticiário como um braço a mais de seus mandatários para as operações no conflito, e praticamente não ocorre nenhuma menção a civis ou a características dessas localidades que não sejam associadas às suas metrópoles.

Notícias como a do dia 05 de junho de 1940 ajudam a embasar esse argumento; no texto de uma das manchetes da página inicial, o jornal anuncia que fora “Estendida à África Italiana a lei que organiza o país para a guerra”¹⁷, e que “com passos cautelosos e lentos, o sr. Mussolini vai preparando a intervenção de Roma no conflito europeu”. A notícia, que aparentemente trata da Líbia e da Etiópia, se detém em grande parte sobre a repercussão deste ato no cenário político e econômico europeu, o que já anuncia um ponto inicial a ser analisado, a questão da mundialização do conflito.

Ainda que posteriormente o conflito vá ser nomeado como uma guerra “mundial”, o processo de mundialização dessa guerra se deu processualmente, a partir da escalada das hostilidades, da entrada de nações como o Japão e os Estados Unidos, e do estabelecimento de um *front* no Oceano Pacífico, por exemplo. Enquanto se restringia apenas aos *fronts* no entorno do mar mediterrâneo – fossem europeus, africanos ou asiáticos – a guerra é tratada pelo referido periódico enquanto europeia, colocando o Oriente Médio (e, também, o continente africano) apenas como teatros de operações de agentes maiores.

Quem constrói os acontecimentos narrados pelo jornal, no âmbito macro, são as nações imperialistas: as tropas francesas¹⁸ na Síria e no Líbano, as tropas britânicas¹⁹ na Palestina, no Egito, e no Iraque, as tropas alemãs²⁰ ou italianas²¹ na Líbia. O que leva ao segundo ponto de análise, a questão do uso de imagens (mapas ou fotografias) no periódico, alocadas em conformidade a essa perspectiva.

Desde a sua invenção, no século XIX, o fotojornalismo abriu a possibilidade de apresentar um testemunho que se pretendia fiel ao acontecimento narrado, um registro supostamente imparcial e capaz de trazer vivacidade às palavras tipografadas. No século XX, esse recurso jorna-

17. ESTENDIDA à África Italiana a lei que organiza o país para a guerra. **Correio da Manhã**, Capa, p. 1, primeira seção. Rio de Janeiro - RJ, 05 jun. 1940.

18. UM ÚLTIMO apelo aos soldados franceses da Síria. **Correio da Manhã**, p. 14. Rio de Janeiro - RJ, 06 Ago. 1940.

19. AS TROPAS britânicas no Oriente Médio. **Correio da Manhã**, p. 05. Rio de Janeiro - RJ, 04 Mar. 1942.

20. A PROPÓSITO da chegada de tropas germânicas à Líbia. **Correio da Manhã**, p. 14. Rio de Janeiro - RJ, 27 Mar. 1941.

21. O PRIMEIRO encontro sério travado na fronteira líbio-egípcia. **Correio da Manhã**, p. 12. Rio de Janeiro - RJ, 20 Jun. 1941.

lístico se expandiu e popularizou cada vez mais, o que levou as nações a censurarem a imprensa em tempos de guerra devido ao potencial de denúncia que as imagens traziam em si, quando utilizadas de maneira crítica. Assim, a maioria dos periódicos utilizou a fotografia com foco especial na função propagandística, retratando “o ambiente simultaneamente “épico” e cavalheiresco” das instalações militares, ou a bravura de tropas arregimentadas (Sousa, 2008, p. 219).

Notícias como a manchete do dia 17 de fevereiro de 1940 exprimem tal ideal, e vão além, reforçando o imperialismo europeu como pacífico e bem aceito, ao retratar a lealdade de tropas coloniais. No subtítulo, em negrito, “A cooperação da Índia em apoio ao Império Britânico”, acompanhado de uma foto cuja legenda propagandística demonstra uma Índia integrada e leal à sua metrópole, enviando tropas para combater no Oriente Médio:

A ÍNDIA AO LADO DO IMPÉRIO — A Índia, a exemplo do que fez na Grande Guerra, está contribuindo com seus contingentes militares, ao lado do Império Britânico. Algumas unidades indianas já se encontram no noroeste da França, e grandes destacamentos acabam de desembarcar no Oriente próximo para uma possível defesa do Iraque, Irã e possível reforço aos turcos, caso se decidam pelo pior às ameaças de um alargamento do campo da guerra. Na gravura maior, veem-se oficiais indianos das forças regulares, e na menor um destacamento de indianos dos Serviços do Corpo de Veterinários, em atividade na França (Fotografias das agências inglesas “Planet News” e “British News”, por via aérea)²².

As poucas notícias capazes de romper com tais formas de representar povos orientais no período analisado são aquelas que dizem respeito aos reverses da guerra, como a tomada da França pelos nazistas ou o golpe militar pró-nazista dado pelo oficialato militar no Iraque. O primeiro acontecimento citado gerou o estabelecimento do governo colaboracionista sediado em Vichy, o que reverberou em uma mudança de posição dos territórios do mandato francês (Síria e Líbano) no *front* do Oriente Médio. O segundo, afastou brevemente a Grã-Bretanha do virtual controle sobre a frágil democracia iraquiana e abriu a possibilidade de acesso alemão aos oleodutos deste país, o que fortaleceria a sua máquina militar.

22. A FRENTE do Oriente próximo foi um plano do primeiro momento da guerra. **Correio da Manhã**, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 17 Fev. 1940.

Todavia, ambos esses acontecimentos são retratados de forma a eclipsar qualquer agência interna das regiões mencionadas. Não se cogita, nos textos das notícias, a possibilidade de uma colaboração entre Síria, Iraque e Alemanha possuir um componente antifrancês ou anti-inglês semelhante ao que ocorreu na Primeira Guerra Mundial, quando da cooperação entre árabes e ocidentais contra o Império Otomano. No caso do Iraque, em especial, a narrativa estabelecida é a de uma manipulação alemã por trás do golpe²³ e, no caso da Síria, repete-se a estrutura de uma colônia obediente à sua metrópole, mudando de posição na guerra conforme seus mandatários²⁴.

Por fim, somente uma única sequência de acontecimentos na região efetivamente apresenta força para romper com a opacidade da tônica da guerra sobre os orientais: a questão palestina. Diferentemente do que é dito sobre as outras localidades, as ações de judeus e árabes no território palestino, em torno da sua luta nacional, seguem sendo publicadas regularmente, extravasando a monotonicidade dos avanços ou retrocessos militares que ocupam boa parte do noticiário, ainda que de maneira conflituosa.

Palestinos e judeus figuram nas páginas do *Correio da Manhã* como agentes ativos da sua própria história, seja por meio de atos terroristas²⁵ ou da colaboração com os britânicos²⁶, sem que saia do horizonte as disputas travadas em torno de um processo de independência. De maneira singular, em algumas notícias é retratado inclusive o caminho inverso da relação de poderes, no qual os grupos em disputa conseguem impactar a política imperialista em torno dos seus interesses, como se observa em uma notícia do dia 12 de março de 1940, que apresenta em seu texto o impacto de violentas manifestações judaicas nas discussões da Câmara dos Comuns britânica²⁷.

23. CHOCARAM-SE as forças do Iraque e da Grã-Bretanha. **Correio da Manhã**, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Mai. 1941.

24. UTILIZAÇÃO das posições coloniais francesas para fins bélicos. **Correio da Manhã**, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Mai. 1941.

25. A REPRESSÃO ao terrorismo na Palestina. **Correio da Manhã**, p. 05. Rio de Janeiro - RJ, 12 Jan. 1940.

26. CONQUISTANDO a adesão dos árabes e muçumanos. **Correio da Manhã**, p. 10. Rio de Janeiro - RJ, 01 Mar. 1940.

27. OS JUDEUS na Palestina provocam sangrentas manifestações. **Correio da Manhã**, p. 12. Rio de Janeiro - RJ, 12 Mar. 1940.

Conclusão

Por fim, pode-se concluir dessa análise que o noticiário propagado pelo *Correio da Manhã* nutre-se de forte influência europeia e, no contexto da Segunda Guerra Mundial, notadamente francesa e britânica. Em decorrência disso, ocorre um processo de representação do Oriente Médio de forma a esvaziar a região de quase qualquer agência interna ou sujeito histórico com desígnios próprios – à exceção do caso Judaico-palestino, apresentado de maneira distinta, e que inspira uma reflexão mais profunda em pesquisas futuras. De toda forma, em sua maioria, o Oriente é visto como uma extensão das nações europeias e dos seus conflitos, é um cenário, um campo de batalha, um objeto de disputa, e não uma terra povoada por sujeitos com articulações, culturas e anseios próprios no referido conflito.

Cabe questionar, portanto, em que medida as representações de um Oriente fabricado no imaginário europeu repercutem em terras da periferia ocidental, como é o caso do Brasil, e em que medida não existe um forte componente de reprodução de um Orientalismo. Sobre isso, é importante lembrar as palavras de Said (2007, p. 27), nas quais o Oriente dos jornais franceses “era praticamente uma invenção européia”, de forma que “talvez parecesse irrelevante que os próprios orientais tivessem alguma coisa em jogo nesse processo”, e é possível transpor algumas de suas reflexões para problematizar as formas de representar utilizadas no *Correio da Manhã*, visto que, como discutido ao longo deste capítulo, evidencia-se, ao menos, uma mimetização dessa forma de narrar em terras brasileiras.

Referências

Bibliográficas

ALMEIDA, Ligia Cristina Sanchez de. **Armênios e Gregos otomanos, a polêmica de um genocídio**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BAER, Marc David. **The Ottomans: Khans, Caesars and Caliphs**. New

York-NY: Basic Books, 2021.

BARROS, José D'Assunção. **O Jornal como Fonte Histórica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

BILGIN, Pinar. Whose 'Middle East'? Geopolitical Inventions and Practices of Security. In: **International Relations**, SAGE Publications, Londres: Vol. 18, nº 1, 2004, p.17-33.

BOTMAN, Selma. The liberal age, 1923-1952. In: DALY, M. W. (ed.). **The Cambridge History of Egypt** (Volume 2): Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1998.

FILIU, Jean-Pierre. **Uma História Secular do Oriente Médio**: do ano 395 aos nossos dias. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

LANDAU, Jacob M. (Org.). **Ataturk and the Modernization of Turkey**. Boulder-CO (EUA): Westview Press, 1984.

LIMA, Lorrán Ícaro Moreira de; BACHVAROVA, Elitza Lubenova. A política externa da Turquia na Segunda Guerra Mundial: O caso da Batalha do Cáucaso. **Cadernos do Cáucaso** - Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, v. 2, p. 122-149, 2019.

MESTYAN, Adam. Khedive. In: FLEET, Kate *et al.* **Encyclopaedia of Islam**, THREE. Leiden (NL): E. J. Brill, 2020, p. 70-71.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Correio da Manhã – compromisso com a verdade**. Caderno de Comunicação: Série

Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001.

ROGAN, Eugene. **Os árabes, uma história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALEM, Helena. **O que é questão Palestina**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma breve história do jornalismo ocidental. **BOCC: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. 2008. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em 10 Fev. 2024.

TEIXEIRA, Gisela Cardoso. Jornalismo de guerra: história, características e a especialização jornalística no Brasil. **Academia.edu**, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/37938676/Jornalismo_de_Guerra_hist%C3%B3ria_caracter%C3%ADsticas_e_a_especializa%C3%A7%C3%A3o_jornal%C3%ADstica_no_Brasil>. Acesso em 10 de Fev. 2024.

YAPHE, Judith S. The View from Basra: Southern Iraq's Reaction to War and Occupation, 1915–1925. In: SIMON, Reeve Spector; TEJIRIAN, Eleanor H (Org.). **The Creation of Iraq, 1914–1921**. New York (US): Columbia University Press, 2004.

Hemerográficas

A FRENTE do Oriente próximo foi um plano do primeiro momento da guerra. **Correio da Manhã**, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 17 Fev. 1940.

A PROPÓSITO da chegada de tropas germânicas à Líbia. **Correio da Manhã**, p. 14. Rio de Janeiro - RJ, 27 Mar. 1941.

A REPRESSÃO ao terrorismo na Palestina. **Correio da Manhã**, p. 05.

Rio de Janeiro - RJ, 12 Jan. 1940.

AS TROPAS britânicas no Oriente Médio. **Correio da Manhã**, p. 05.
Rio de Janeiro-RJ, 04 Mar. 1942.

CHOCARAM-SE as forças do Iraque e da Grã-Bretanha. **Correio da Manhã**, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 03 Mai. 1941.

CONQUISTANDO a adesão dos árabes e mulçumanos. **Correio da Manhã**, p. 10. Rio de Janeiro - RJ, 01 Mar. 1940.

ESTENDIDA à África Italiana a lei que organiza o país para a guerra. **Correio da Manhã**, Capa, p. 1, primeira seção. Rio de Janeiro - RJ, 05 Jun. 1940.

O PRIMEIRO encontro sério travado na fronteira líbio-egípcia. **Correio da Manhã**, p. 12. Rio de Janeiro - RJ, 20 Jun. 1941.

OS JUDEUS na Palestina provocam sangrentas manifestações. **Correio da Manhã**, p. 12. Rio de Janeiro - RJ, 12 Mar. 1940.

UM ÚLTIMO apelo aos soldados franceses da Síria. **Correio da Manhã**, p. 14. Rio de Janeiro - RJ, 06 Ago. 1940.

UTILIZAÇÃO das posições coloniais francesas para fins bélicos. **Correio da Manhã**, p. 01, capa. Rio de Janeiro - RJ, 10 Mai. 1941.

“EDUCAI AS MULHERES”: O BRADO DE NÍSIA FLORESTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO FEMININA NO OITOCENTOS

Luma Pinheiro Dias¹

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a atuação de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) em defesa da educação feminina no Oitocentos. Nascida em Papari, Rio Grande do Norte, a educadora e escritora habitou em diferentes províncias do Brasil, como Pernambuco e Rio Grande do Sul, viajou e morou em outros países, como França, Alemanha e Itália.

Em 1838 fundou o Colégio Augusto no Rio de Janeiro. A instituição era destinada à educação de meninas e esteve sob sua direção por mais de dez anos. Além de sua atuação como educadora, publicou dezenas de títulos, entre livros e artigos em periódicos, versando sobre a necessidade de oferecer uma melhor educação às mulheres, considerando que o modelo vigente era excludente e reforçava a pretendida inferioridade feminina. Alguns de seus escritos foram traduzidos para o francês, italiano e inglês, denotando a sua relevância intelectual no período em que viveu.

A partir da leitura de suas obras é possível entrever a elaboração de seu projeto em defesa da valorização social das mulheres a partir do acesso à educação. A escritora expõe seus argumentos e analisa a sociedade brasileira com a finalidade de convencer e transformar consciências. Sendo assim, visando atender aos interesses desta pesquisa, dentre a sua produção escrita, três obras foram escolhidas: *Conselhos à minha filha* (1842), *Fany ou O modelo das donzelas* (1847) e *Opúsculo humanitário* (1853), conside-

1. Mestre em História do Brasil (UFPI). Doutoranda em História do Brasil (UFPI). Bolsista FAPEPI.

rando os conteúdos e o momento em que foram produzidas.

As respectivas obras discutem o estado da educação feminina e defendem a necessidade de melhorá-la, bem como formatam modelos ideais de filha, esposa e mãe de acordo com uma educação considerada adequada. Como inspirações teórico-metodológicas, recorre-se a Roger Chartier (1990) e seu conceito de representação, Teresinha Queiroz (2011) e Nicolau Sevcenko (1999).

A luta em favor da educação e instrução feminina encontrou forte oposição, especialmente masculina. Não havia o interesse de proporcionar para as mulheres poder maior que aquele que já possuíam no ambiente doméstico. Novamente a busca pela diferenciação sexual se colocou como obstáculo para aquelas que almejavam o acesso à educação. Nísia Floresta evidencia que, ao negarem o direito da mulher à educação, os homens tinham interesse em mantê-la sob seu domínio:

Quanto mais ignorante é um povo, tanto mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu ilimitado poder. É partindo deste princípio, tão contrário à marcha progressiva da civilização, que a maior parte dos homens se opõe a que se facilite à mulher os meios de cultivar o seu espírito. Porém, é este um erro que foi e sempre será funesto à prosperidade das nações, como à ventura doméstica do homem (Floresta, 1989, p. 80).

É possível identificar que a educação constituía importante instrumento de subjugação feminina, reforçando o lugar que ocupavam e dificultando seu acesso a outras esferas sociais. Aos homens estava reservado o ensino da filosofia, das ciências naturais, operações matemáticas mais complexas, enquanto que para as mulheres era fundamental o estudo da costura, da cozinha, contas rudimentares para a contabilidade doméstica.

Diante do papel de zeladoras do lar, cabia às mulheres, fosse por meio da educação, fosse por meio de brincadeiras, aprender a realizar as tarefas que lhes seriam exigidas quando casassem. Deveriam desenvolver suas virtudes ainda quando crianças para que pudessem realizar um casamento satisfatório e manter a honra da família. Assim, as mulheres de elite eram ensinadas a reproduzirem e, posteriormente, transmitirem, o modelo feminino construído pelo discurso patriarcal brasileiro.

No seu *Opúsculo*, já como diretora do Colégio Augusto, Nísia Floresta defendeu que a principal preceptora dos filhos deveria ser a mãe, uma vez

que ela seria a primeira influência imediata recebida pelas crianças. Sua preocupação residia principalmente na educação precária que vinha sendo oferecida às mães que acabavam por transmitir aos filhos conhecimentos e comportamentos inadequados. A escritora destaca que ninguém substituiria uma mãe devidamente instruída:

[...] estamos devidamente convencidos de que nenhuma diretora poderá fazer de nossa filha aquilo que nós poderíamos conseguir fazer, decidimo-nos pela educação feita sob o teto paternal, pelas mães, em condições apropriadas: para o que, desejaríamos proporcionar a todas conhecimento, aptidão e gosto a fim de preencherem elas mesmas, como deviam, a honrosa e sublime missão de preceptoras de suas filhas (Floresta, 1989, p. 91).

Assim, Nísia Floresta evidencia a necessidade de oferecer às meninas uma educação que atenda à sua função futura de mãe. Criticando a realidade observada, a diretora conclui que: “Enquanto, pois ela [a mãe] não atingir a esse estado em que esperamos vê-la um dia colocada, é de rigorosa necessidade para os pais recorrerem aos colégios cujas diretoras sejam reconhecidas por seu zelo e dedicação ao ensino” (Floresta, 1989, p. 92).

Em 1842, é publicado pela Tipografia de J. E. S. Cabral, no Rio de Janeiro, *Conselhos à minha filha*, que foi escrito como presente de aniversário de 12 anos de Lúvia, sua filha, sendo o texto de Nísia Floresta mais reeditado. Foi editada novamente no Brasil em 1845, na Itália em 1858 e na França em 1859. Em seu conteúdo, trazia recomendações para a filha, neste caso representando todas as jovens e mulheres, para que desenvolvesse as devidas virtudes e se afastasse dos possíveis desvios da vida. Adauto da Câmara ressalta que esse mesmo texto foi escolhido pelo bispo de Mondovi para ser usado em escolas, na França². Três anos depois, foi publicada uma segunda edição acrescida de 40 pensamentos em versos, no Rio de Janeiro.

Nos *Conselhos*, Nísia também dirige sua fala às mães, com um discurso carregado de traços higienistas, buscando reforçar outros discursos da época para que a maternidade fosse devidamente valorizada. A respeito do sucesso da obra, Constância Lima Duarte afirma, no livro *Nísia Floresta*, que:

2. Mondovi teria solicitado que Nísia Floresta modificasse algumas passagens no texto para que fosse adaptado aos fins episcopais, mas a escritora não cedeu. Cf.: Câmara (1941, p. 116).

Tal sucesso pode ser atribuído ao fato de aí estar representado não só o paradigma ideal da adolescente e o incentivo à prática de deveres e virtudes que se esperava de uma menina, mas também o comportamento dedicado e amoroso que se esperava que uma mãe tivesse para com sua filha (DUARTE, 2010, p. 42).

Duarte destaca a resenha feita por Dídimo Nepote a respeito dos *Conselhos* para o jornal veneziano *L'Etá Presente* em 1958, que segue:

Ora, estes conselhos foram ditados por uma nobre alma, a uma juvenzinha: e às juvenzinhas dirigem-se. A elas resultarão mais caros porque não saem do círculo daquelas virtudes mais frequentes e menos rumorosas que são necessárias na reclusa vida de uma mulher e porque de toda página sopra um sentido de convicção na fé religiosa e na atividade moral que convence e consola (Nepote apud Duarte, 2010, p. 42).

A escrita de caráter moralista e reformadora é a grande característica de Nísia Floresta. Por meio das palavras, a escritora busca formatar um modelo específico de mulher. Assim, ainda que os *Conselhos* fossem dirigidos para a sua filha, o objetivo era atingir mulheres de diferentes idades.

O principal modelo de menina apresentado pela escritora é o de Fany.³ É interessante observar que ao apresentar a personagem, a autora parece tê-la conhecido:

Fany frequentava um Colégio da Capital, cuja Diretora, fazendo justiça a seu merecimento, lhe havia conferido depois de algum tempo o título de Monitora. Nesse lugar a jovem educanda, longe de inspirar às suas companheiras um sentimento desfavorável, atraiu em pouco tempo pela doçura, amabilidade de caráter, e terna perseverança em transmitir-lhes as lições que recebia da Diretora, a geral estima mesmo das colegiais que não estavam sob sua direção. Seus progressos foram rápidos, todos que a conheciam admiravam-na, todos estavam maravilhados de suas nascentes qualidades; somente ela as ignorava porque a mais perfeita modéstia coroava todas as outras virtudes (Floresta, 2009, p. 96).

Não é possível confirmar a existência de Fany para além da escrita de Nísia Floresta, mas é provável que sua criação tenha reflexos da realidade

3. Personagem da novela escrita por Nísia Floresta intitulada *Fany ou o modelo das donzelas*, de 8 de abril de 1847, destinada à leitura das alunas do Colégio Augusto.

vivenciada pela educadora no Colégio Augusto. A imagem da diretora muito lembra os relatos autobiográficos elaborados por Nísia Floresta em outros escritos. Nísia Floresta exalta as virtudes de Fany que atraem a admiração de suas companheiras de turma, bem como da diretora, e destaca a principal delas: a modéstia. A escritora denuncia em outras obras o perigo da vaidade feminina, tal como em seu *Opúsculo* relata a morte de uma de suas alunas, “vítima da vaidade de sua mãe”. Nísia Floresta acreditava que a vaidade era outro instrumento de dominação masculina sobre as mulheres, distraíndo-as da sua verdadeira missão junto à humanidade.

Fany nascera em Porto Alegre, onde residia com seus pais e oito irmãos, sendo ela a primogênita. “Contava com apenas treze anos e as felizes propensões que ela anunciava já, prometiam aos caros autores de seus dias uma ventura que nada parecia disputar-lhes” (Floresta, 2009, p. 96). A menina era ciente de suas obrigações enquanto filha, como a obediência aos pais, tanto que não se envaidecia quando reconheciam suas virtudes. Apesar de sua beleza e dos progressos nos estudos, Fany sabia que suas qualidades eram um “favor da sábia Providência”.

Nísia Floresta apresenta Fany como uma menina a caminho de tornar-se uma boa mãe de família, auxiliando a mãe nos cuidados com os irmãos e os afazeres domésticos. Algumas das atividades desenvolvidas por Fany após completar sua educação:

Era ela quem dirigia sob as ordens de sua mãe todo o governo da casa; cosia a roupa de seus irmãos, tratava de sua mãe com uma devoção angélica; e longe de assemelhar-se a essas jovens que apenas deixam de ser colegiais, folgavam de haver recobrado uma coisa que chamam liberdade, e que lhes permitem dormirem até alto dia, passarem a maior parte deles despendeadas ou à janela, aborrecendo os livros, em que grande parte delas não pegam mais ou leem sem fruto. Fany, no meio de tantas ocupações, achava tempo de empregar-se em cultivar os estudos, que havia aprendido, e conservar uma correspondência diária com aquela que havia cuidado de sua educação (Floresta, 2009, p. 97).

Na referida citação, Nísia Floresta evidencia duas possibilidades de existência feminina, contrapondo o modelo que imprime em Fany ao comumente observado entre as moças da época. Diferentemente da maioria, quando distante do colégio, não abandona o interesse pelo conhecimento,

nem se entrega ao ócio. Permanece firme no cultivo das suas virtudes, uma filha exemplar, irmã generosa.

A escritora segue reafirmando a solidez das virtudes de Fany, que, mesmo diante das dificuldades familiares, permanece firme no que é correto. Quando a desordem chega a Porto Alegre, naquela que ficou conhecida como Revolução Farroupilha, sua família se vê envolvida por meio da participação dos seus pais no conflito, mas Fany não se desvirtua diante das turbulências:

Enquanto tinha lugar esse grande movimento, e quando mesmo entre as mulheres algumas, esquecendo as virtudes pacíficas de seu sexo, elevavam o grito amotinado de particulares vinganças, profanando o santo nome da liberdade em seu fatal entusiasmo, Fany, no recinto do seu quarto, dirigia ardentes preces ao Divino Autor da Natureza para que protegesse os dias de seu pai; de seu pai que imprudentemente comandava uma das forças rebeldes [...] (Floresta, 2009, p. 98).

Novamente, a autora coloca a atitude de Fany contrapondo-se àquela da maioria: não se junta aos revoltosos, mas permanece nas virtudes pacíficas de seu sexo, pedindo auxílio e proteção divina. A mãe da personagem se deixou levar pelas paixões do marido, especialmente quando os rebeldes têm sua primeira vitória, incentivando-o daí em diante a permanecer firme na batalha.

Nesse momento, Nísia Floresta contrapõe os exemplos de mãe e filha, exaltando novamente as virtudes de Fany:

A sensível Fany, pelo contrário, sem proferir uma palavra que ferisse o que seu pai, chamava de nobre patriotismo, com sua mãe apresentava, em sua mudez, um contraste singular com aquele entusiasmo, que tão pouco acordava com a doçura e timidez natural de seu excelente caráter. Ela implorava ao Criador pelos caros autores de seus dias e continuava com mais ardor nos seus exercícios diários, sem que aquela mudança política tão vantajosa para seu pai, tivesse em nada influído sobre seus hábitos ordinários (Floresta, 2009, p. 98-99).

Diferentemente de sua mãe e apesar de manter sua obediência ao pai, sendo incapaz de questionar suas decisões, Fany permanece executando seu papel de boa filha, pedindo pela preservação da vida de seus pais, reco-

nhecendo os males das suas atitudes. Enquanto outras mulheres abandonavam suas virtudes e suas obrigações familiares, Fany reforça ainda mais seu compromisso com as atividades domésticas, independentemente dos conflitos políticos que agitavam seu lar.

A repressão aos rebeldes levou a batalhas sangrentas, com prisões e morte dos rebeldes e daqueles que os apoiavam. Foi diante de uma batalha que a vida dos pais de Fany foi colocada em risco, situação em que agiu com “heroica coragem”, prestando socorro aos seus progenitores e a outros que necessitavam de seus cuidados:

Foi então Fany desenvolveu grandemente todas as virtudes de seu sexo: animava com suas doces carícias a mãe abatida, cuidava dos irmãos, prestava socorro aos que caíam feridos aos seus pés, rompendo suas roupas para estancar o sangue que corria de suas feridas, e impondo um religioso respeito aos soldados, que a contemplavam tão bela, e tão jovem no meio deles! (Floresta, 2009, p. 100).

Diante das dificuldades, Fany, como exemplo de filha, permanece ao lado de seus pais e dos necessitados. Logo em seguida, o seu pai morre e, órfã, Fany também encarou a pobreza com a devida resignação. Mesmo com a possibilidade de conseguir um bom casamento, a moça opta por permanecer cuidando de sua mãe e irmãos:

Em sua desgraça, desprovida daqueles meios que mais deslumbram os homens quando tratam de fazer uma união, ela teve partidos, mas querendo viver somente para a mãe e seus irmãos ao menos por alguns anos ainda, renunciou ao casamento e encarou resignada com sua mãe a pobreza, e o desdém de um povo, cuja causa seu pai não havia seguido. Sempre boa, sempre dócil aos conselhos dessa mãe que ela adorava, sempre modesta e atenciosa com toda sorte de pessoas, Fany em sua pobreza como no tempo de sua prosperidade, atraía a admiração dos que a conheciam (Floresta, 2009, p. 101).

Fany não se ressentia da perda da fortuna por si mesma, mas pela mãe e os irmãos. Altruísta, abre mão de sua mocidade e felicidade para cuidar de sua família. Não murmurava e se mostrava uma verdadeira cristã a esperar a Providência Divina. Assim foi durante oito anos, quando o Governo Imperial finalmente declarou anistia geral, devolvendo os bens de sua mãe, e a paz para Fany, que permaneceu auxiliando na

educação dos irmãos, cuidando dos afazeres domésticos e merecedora da admiração de um povo.

Por fim, Nísia Floresta deixa clara sua intenção ao escrever essa história, recomendando: “Possam todas as Donzelas e principalmente para quem escrevi esses ligeiros traços da história de Fany, imitar suas virtudes, e exercitem uma pena mais hábil do que a minha para descrevê-las” (Floresta, 2009, p. 102).

Dessa maneira, é evidente que o objetivo de Nísia Floresta era atingir e modificar consciências. Por meio do exemplo de Fany, a autora apresenta as virtudes e comportamentos que devem ser absorvidos pelas suas alunas e leitoras externas. Caridosa, altruísta, obediente, modesta são as principais características de uma boa filha.

A história de Fany se assemelha à trajetória da autora. Assim como a personagem, Nísia Floresta vivenciou os conflitos envolvendo sua família, as perseguições antilusitanas que resultavam nas fugas constantes para outros locais, a violência é comum às duas. Fany, assim como a autora, perde o pai ainda muito jovem e se dispõe a colaborar com a mãe nos cuidados domésticos. O interesse pelo conhecimento, a admiração pelos exemplos maternos e a saudade do pai são outros pontos concordantes entre a criadora e a criatura.

Outro exemplo de filha exemplar é Lívia Augusta, que, em matérias de jornais da época, chega a levar como sobrenome parte do pseudônimo utilizado pela mãe, Lívia Augusta Brasileira Rocha. Dispomos de poucas informações a seu respeito. Sabe-se que foi após seus problemas de saúde que Nísia Floresta foi para a Europa acompanhada dos filhos, em 1849. Nas viagens seguintes, somente Lívia acompanhou a mãe. Teria casado e ficado viúva pouco depois, além de ser preceptora e tradutora das obras da mãe em outros idiomas.

Em seu *Opúsculo*, Nísia Floresta cita o elogio de uma dama da casa de Luís Felipe⁴ a uma jovem brasileira que possivelmente seria Lívia. Afirma:

Nunca esqueceremos a humilhação que sentimos (pela ignorância dos nossos conterrâneos nesse ponto) quando, em Paris, uma antiga dama da casa de Luís Felipe, admirando a instrução de uma jovem brasilei-

4. Luís Felipe (1773-1850): Rei da França entre 1830 e 1848.

ra que se achava ali ao mesmo tempo que nós, disse-nos, com certa franqueza de que a fizemos arrepender-se, que surpreendia-se ao ver uma moça do nosso país tão instruída, quando a uma de nossas altas personagens, chegando à França, foi necessário ensinar até o catecismo! (Floresta, 1989, p. 135-136).

Lívia é reconhecida pela instrução. Nas publicações das listas de alunas premiadas em exames finais do Colégio Augusto é comum ver o seu nome. Em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 1841, vemos um elogio à filha de Nísia Floresta:

Seguiu-se depois disso exame de inglês, da Sra. D. Lívia Augusta Brasileira Rocha, filha da diretora do colégio. Que talento raro! Que habilidade extrema! Não podemos fazer-lhe maior elogio do que publicando o seu nome, e fazendo observar que com doze anos de idade está uma senhora moralmente completa, e nesse dia apresentou um brilhante exame de inglês e francês, que fala com perfeição e muita facilidade, e geografia astronômica, física e política. Concluído isto, a diretora, querendo recompensar o mérito, perguntou aos examinadores publicamente quais deviam ser premiadas; ao que respondeu-se que, não reprovando-se as outras, pois tinham feito bons exames, tinham todavia sobressaído a senhora D, Lívia, de que já falamos em primeiro lugar [...] (Comunicado, 24 dez. 1841, p. 2).

Com 12 anos, Lívia se fazia notar pelo desempenho na escola e, também, pelas características morais desenvolvidas. Tinha conhecimento de outras línguas, assim como a mãe, sua principal preceptora. Foi como presente de aniversário de 12 anos da filha que Nísia Floresta publicou *Conselhos à minha filha*, que contém instruções para mães e filhas e em 1845 acrescenta aos conselhos “Máximas e pensamentos para minha filha”. Nesses escritos, Nísia Floresta recomenda que a filha, assim como todas as jovens, fuja do mal, dos vícios, das paixões, da inveja, da vaidade, da arrogância.

Alguns anos mais tarde, um artigo foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, noticiando o paradeiro de Lívia e sua mãe:

Chegou a Lisboa no último paquele de Inglaterra a célebre poetisa, natural do Rio de Janeiro, Brasileira Augusta, em sua companhia um anjo de formosura, – perfeita composição de tudo que a mulher pode reunir, – a

par das graças dos dotes intelectuais – Falo sua filha D. Nízia, – que aos dezoito anos de idade já junta vastos conhecimentos, falando os principais idiomas da Europa, mui instruída em matemática, física, e em música, - encanta todas as pessoas que tem a ventura de lhe serem apresentadas (Chegou..., 13 set. 1851, p. 1).

Lívia não seguiu os passos da mãe apenas como companheira de viagem, preceptora e tradutora das obras de Nísia Floresta. Há nos jornais *O Anunciador* e no *Periódico dos Pobres* anúncios de uma tradução feita por Lívia e vendida no Brasil no ano de 1850 intitulada *Esperemos sempre*, com a seguinte informação: “Conto moral, traduzido do francês, por Lívia Augusta de Faria Rocha; acha-se a venda na Rua do Ouvidor n. 158, a sair do Largo de S. Francisco de Paula” (Anúncio, 22 maio 1850, p. 4). Nota-se que os trabalhos desenvolvidos por Lívia não estiveram restritos aos de sua mãe.

Fany e Lívia são modelos femininos a serem seguidos. A fama da filha é lisonja para a mãe, a prova de que era competente como matriarca e educadora. É com o pretexto de escrever para a filha que Nísia Floresta elabora manuais a serem seguidos não somente por Lívia e suas educandas, mas por todas aquelas que almejavam fazer parte da regeneração moral da sociedade. Conseguindo desempenhar bem o papel de filhas, logo seriam boas esposas e boas mães, contribuindo para o progresso da humanidade.

Dessa maneira, sua escrita não advoga em favor apenas da educação feminina. Nísia Floresta acreditava que as transformações sociais e o progresso tão desejado naquele momento estariam na ampliação do acesso à educação, uma educação voltada para o desenvolvimento intelectual e moral, capaz de fazer desenvolver as virtudes inatas às mulheres e romper com os vícios. Na sua concepção, os homens, quando impediam o desenvolvimento da educação feminina, estavam prejudicando a si mesmos.

Nísia Floresta apresenta, também, por meio dos seus escritos, o modelo ideal de educação capaz de transformar a condição da mulher na sociedade no Oitocentos e, conseqüentemente, modificar os rumos da história da humanidade. Sua escrita é repleta de discursos autobiográficos, que permitem o conhecimento de sua interpretação a respeito de sua própria atividade como educadora, bem como a educação que ela

desejava ver difundida entre as mulheres.

Referências

CÂMARA, Adauto. **História de Nísia Floresta**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Editora Massangana, 2010.

DUARTE, Constância Lima (Org.). **Inéditos e dispersos de Nísia Floresta**. Natal: EDUFRN, 2009.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FLORESTA, Nísia. **Conselhos à minha filha**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. S. Cabral, 1842.

FLORESTA, Nísia. Máximas e pensamentos para minha filha. In: DUARTE, Constância Lima (Org.). **Inéditos e dispersos de Nísia Floresta**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 23-29.

FLORESTA, Nísia. Fany ou o modelo das donzelas. In: DUARTE, Constância Lima (Org.). **Inéditos e dispersos de Nísia Floresta**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 95-102.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: EDUFI, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Jornais

COMUNICADO. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 16, n. 332, p. 2, 24 dez. 1841.

CHEGOU A Lisboa... **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, p. 1, 13 set. 1851.

ANÚNCIOS. **Periódico dos Pobres**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 4, 22 maio 1850.

O JORNALISMO CONTRACULTURAL DE LUIZ CARLOS MACIEL E A QUESTÃO DA *CANNABIS*: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970¹

*Natanael da Silva Cardoso*²
*Edwar Alencar Castelo Branco*³

Historicamente, é no século XIX que se pode perceber, através de alguns fatos notáveis, um momento genealógico da proibição da *cannabis*. Isso se torna um ponto de reflexão para compreender o século posterior, especialmente as décadas de 1960 e 1970, quando as ideias contraculturais começam a se destacar no Brasil e o uso dessa substância é, de certa forma, cultuado entre seus adeptos.

O fato é que alguns caracteres da proibição do século XIX são vistos no século XX, sobretudo a dinâmica de forças entre os que impõem e os que burlam. Desse modo, o momento inicial da proibição se dá quando a partir da atuação de intelectuais – doutores, psiquiatras e juristas – que se detiveram em analisar e produzir obras que explicassem à sociedade os efeitos psicossociais aos indivíduos que faziam uso em demasia da substância, como a loucura e a degenerência moral dos mesmos. Aliás, tais intelectuais recorriam a explicações pautadas na dicotomia de raças, bran-

1. Texto escrito no âmbito do Projeto de Iniciação Científica à Pesquisa (PIBIC) financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Graduando em Licenciatura História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq). Bolsista PIBIC/CNPq sob orientação do Prof. Dr. Edwar Alencar Castelo Branco.

3. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Líder do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq).

co e preto, sendo este último o responsável pela disseminação do vício maléfico (França, 2014, p.51).

Sendo assim, também é importante avaliar essa problemática envolta de dois fatores que culminaram na consolidação da interdição ao uso da droga. O primeiro de caráter macrossocial, quando o Brasil, durante o governo Vargas, é influenciado pelas políticas antidrogas que foram capitaneadas pela Liga das Nações e pelos Estados Unidos, de forma a se perpetuar o combate à droga no campo político (Macrae, 2016). Segundo, de caráter microssocial, pode-se apontar que, além dos discursos médicos acima mencionados, houve uma sedimentação discursiva que se deu no plano da literatura hemerográfica.

O jornalista Luís Alípio de Barros e o fotojornalista José Medeiros, em um texto intitulado “Maconha, a planta do diabo”⁴, na revista *O Cruzeiro*, de 1947, fizeram considerações explicitamente racistas, nomeando a *cannabis* como “planta do diabo” “Pixaim” “cabelo-de-negro” (Barros, 1946. p. 157). Portanto, pode-se perceber como a interdição se dá como política, mas também enquanto discurso, como o exemplo acima.

Como visto, essas iniciais práticas contrárias ao uso da maconha que acontecem no século XIX se farão mais fortes no século XX, onde o elemento racial também aparecerá, mas não de forma central, embora se possa entrever nelas o *racismo estrutural*⁵ (Almeida, 2016, p.46). Os motivos de contenção ao uso serão, de igual forma, também impostos por uma classe que se pretende dominante direcionada às classes que objetivam dominar. Com a implantação da Ditadura Civil-Militar no Brasil, em 1964, tem-se uma reconfiguração social em todos os aspectos. Esse período é reconhecido pela retirada de direitos políticos, cerceamento de informações e violência contra os indivíduos que contrariassem o que a classe militar pregava. Além disso, no âmbito legislativo, houve uma reavaliação que igualava a pena de traficantes e usuários. Segundo Edward Macrae:

4. Texto encontrado na coletânea *Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*, (2016), organizado por Edward MacRae e Wagner Coutinho Alves. Publicado originalmente pela revista *O Cruzeiro*, de 22 de fevereiro de 1947. Trata-se de um exemplo das denominações racistas imprimidas à *cannabis* na imprensa da época.

5. O filósofo Sílvio Almeida em sua obra *Racismo Estrutural* (2016) busca explicar como a herança discriminatória da escravidão perpetua-se no tempo e pode ser percebido em vários âmbitos da sociedade, seja ele político, social ou econômico. Segundo essa perspectiva, todas as desvantagens enfrentadas pelos indivíduos racialmente identificados dizem respeito ao modo como a sociedade se compôs durante o processo histórico do racismo.

A reação do sistema ditatorial não tardou e, em 1968, por meio do Decreto-Lei 385/68, o artigo 281 do Código Penal foi alterado para estabelecer a mesma sanção para traficantes e usuários de drogas. Até então, o Brasil só criminalizava a conduta do traficante, ou seja, a criminalização do consumo de drogas foi uma imposição criada no período ditatorial, que tornou o uso tão grave quanto o tráfico de drogas (Macrae, 2016. p. 27).

Dessa forma, além de outros, figuraram como vítimas desse regime os estudantes e uma parcela de jovens de classe média cujos ideais e o modo de vida contrariavam o que a classe militar pregava como bons costumes. “Desbundados” é um termo que designa os jovens que adotaram signos da cultura hippie americana, onde o sexo libertino e o uso de drogas alucinógenas faziam parte do seu modo de viver (Macrae, 2016, p.263). Cabe salientar que nesse período, as restrições ao uso da *cannabis* não se limitaram somente ao consumo de fato, mas também se deram no que se refere às informações sobre a planta. Como já dito, uma característica principal do período ditatorial de 1964 foi a censura informacional a tudo que não fosse de acordo com o que a classe militar pregava. Porém, é mister destacar que a imprensa alternativa, por sua vez, funcionou como forma de burlar o estabelecido, onde se pôde dar vez a esse assunto.

Diante disso, dois conceitos do teórico de Michel de Certeau servem para entender esse jogo de forças que se observa entre aqueles que, detendo a posição mais forte e o poder institucional, impõe sua norma, no caso, os militares que tinham ao seu favor o poder político e por meio do qual reprimia o uso da droga, mas também as ideias referentes a mesma. Pode-se, assim, entender esse conjunto de ações através da noção de *estratégia*:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (Certeau, 1988. p.45).

Em oposição ao que o regime ditatorial pregava, sobretudo no que se refere à censura ao assunto em questão, autoriza-se pensar que os jornais de natureza contracultural funcionaram como forma de defraudar

as advertências das ações estratégicas da classe dominante. Sendo assim, por exemplo, a coluna “Underground”⁶ escrita pelo jornalista Luiz Carlos Maciel no jornal *O Pasquim* funcionou como espaço no interior do qual se teve uma dizibilidade para as questões tocantes à referida planta, constituindo-se, desta forma, como *tática*, que segundo Certeau:

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem aprendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias [...] pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas (Certeau, 1988. p. 45).

Assim, as estratégias do governo ditatorial englobavam todas as ações destinadas a proibir a *cannabis*, tanto no âmbito do uso quanto na tentativa de reprimir discursos favoráveis a ela. Por outro lado, as táticas eram as ações que driblavam as imposições da classe dominante, permitindo o uso da planta ou mesmo expressando apoio disfarçadamente. Um exemplo disso foi a atuação de alguns protagonistas da imprensa alternativa, como o jornalista Luiz Carlos Maciel, cujo posicionamento contestatório o tornou conhecido entre aqueles que compunham uma subcultura jornalística naquela época.

Luiz Carlos Maciel na *Ordem dos Discursos*

Cabe destacar que Luiz Carlos Maciel, antes de tudo, foi um indivíduo cuja formação acadêmica se deu em filosofia, sendo de seu maior interesse o campo existencialista desta área. Além disso, atuou no âmbito do teatro, sendo mesmo reconhecido por sua trajetória no campo jornalístico, sobretudo o de natureza contracultural, tais características de Maciel ajudam a per-

6. A coluna *Underground* em que Luiz Carlos Maciel escreveu no jornal alternativo *O Pasquim*, ficou reconhecida por ser um espaço por meio do qual se pôde tratar de assuntos referentes às artes, pensadores, poetas, além de temáticas sensíveis à época, como sexo e drogas.

ceber seu *Lugar Social*⁷ (Certeau, 1982, p. 188) e auxiliam, assim, a localizar o posicionamento desse sujeito no que esse trabalho propõe.

Em que pese as muitas ações repressivas e disciplinadoras do regime ditatorial em questão, cabe pontuar que surge como efeito uma juventude que, inconformados com as condições de existência de então, procuram mudanças através do engajamento tanto político como cultural. As atuações de Luiz Carlos Maciel podem ser tomadas como prisma para se observar essas tentativas de mudanças no âmbito do jornalismo contracultural em que tanto se destacou. Reconhecido como “Guru da Contracultura” por trazer assuntos dessa natureza nas colunas em que escreveu, as ações de Maciel também podem ser lidas através da noção de *Invasão de Centauros*⁸ (Roszack, 1972, p.34). Tendo em vista que seus posicionamentos radicais contrariavam não somente aquilo que era pregado institucionalmente pelo governo, mas também feria, de certo modo, os costumes e a moral da geração mais velha que conservava determinados preceitos. Dessa forma, pode-se analisar esse sujeito como alguém que rompe com uma *ordem dos discursos* à medida que trata de assuntos estranhos à época, como sexo e as drogas.

Sendo assim, consoante ao que foi tratado no início deste texto, as práticas coercitivas que eram efetivadas a pretexto de garantir a segurança e a saúde pública somaram-se também às ações antidrogas que se faziam no âmbito discursivo, notadamente contra o LSD e à maconha. Tais ações, porém, escamoteavam outros propósitos, dando a ver *ciclos de atenção à maconha*⁹ (Brandão, 2016.p 114). No entanto, segundo o sociólogo

7. Na obra intitulada *A Escrita da História*, de 1982, o filósofo Michel de Certeau busca tratar do modo como o fazer historiográfico e qualquer análise que se faça sobre um sujeito não pode prescindir de entendê-lo como produto de um lugar social, ou seja, os fatores socioeconômicos, políticos e culturais devem ser considerados quando na atividade investigativa.

8. Na obra *A Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil* (1972), o teórico americano Theodor Roszack inicia a discussão dando o exemplo de como as festas do templo de Zeus eram invadidas por centauros que destruíam tudo, e que só eram combatidos por Apolo, o qual nem sempre vencía as batalhas. Roszack faz uso dessa expressão para metaforizar como o despontamento cultural e comportamental das gerações mais jovens é visto como algo bárbaro porque confronta as gerações mais tradicionais. Dessa forma, a juventude, com seus preceitos contraculturais, pode ser comparada aos centauros que invadem o templo de Zeus, enquanto Apolo representa a geração que tenta repelir as novas expressões culturais, muitas vezes sem sucesso.

9. No artigo “Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um ‘problema público’ no Brasil” (2016), o sociólogo Marcílio Dantas Brandão busca fazer uma análise de como se

Marcílio Dantas Brandão:

O ciclo de atenção repressiva é marcado também por efeitos contrários àqueles esperados por seus proponentes. As medidas restritivas de liberdade que caracterizaram a ditadura iniciada em 1964 foram acompanhadas da emergência de novos interessados na maconha. Frente aos limites impostos pelo governo militar, alguns usuários reforçaram um aspecto de sua prática fazendo da droga um emblema da luta por respeito às liberdades individuais e coletivas [...] (Brandão, 2016, p. 114).

Nesse sentido, tomando o excerto acima como norte, não somente os usuários fizeram-se resistentes às medidas de impedimento à droga, mas também junto a eles intelectuais tomaram para si esta causa, tal qual Maciel. De acordo com Brandão, “As táticas e estratégias de que os militares se utilizaram para reprimir tiveram o efeito adverso de estimular resistências e contribuir para o crescimento da atenção à maconha [...]” (Brandão, 2016, p. 115).

Dessa forma, os exemplos tratados dão conta de deixar explícito a existência de posições contrárias e favoráveis ao uso da citada droga entre governo ditatorial com seu aparato repressivo de um lado; e do outro, os adeptos do uso e alguns intelectuais, principalmente aqueles que tinham mais notoriedade em função da área que atuavam, como os jornalistas da imprensa alternativa. Esse cenário, no que se refere ao discurso, pode ser entendido segundo os postulados de Michel Foucault:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 1970. p. 10).

diversificam no tempo os interesses, positivos e negativos, no que se refere à *cannabis*. Para tanto, observa as motivações dos interesses europeus em implantar tal cultura no período colonial. Em seguida avalia como esse quadro muda no século XIX com os estudos e as publicações de intelectuais da época que se posicionaram contra a droga. Seguidamente, atêm-se ao século XX, especificamente aos anos 1970, momento em que o uso se torna um emblema de resistência e contestação e, por fim, Dantas trata de como aumentam, no século XXI, as demandas pela legalização da maconha.

Para efeito de exemplo, em um texto de 1969 no jornal *O Pasquim*, cujo título da matéria era “A esquerda pornográfica”¹⁰, Luis Carlos Maciel rebate essa suposição pejorativa imprimida à esquerda política. Para isso, utiliza-se da fala de Marshall McLuhan, especialista em tecnologias e comunicações em geral, para refutar essa acusação. McLuhan, ao abordar o aumento do uso da maconha, afirmou o seguinte:

O crescimento do hábito de usar drogas [maconha e LSDs] está intimamente relacionado ao impacto da televisão. Repare a metáfora usada para o efeito da droga: ligar, ficar ligado. Ligar-se a consciência com as drogas da mesma maneira que abre os sentidos para o envolvimento total, ao se ligar o aparelho de TV (McLuhan, 1969, 51).

Por meio desta matéria, pode-se observar existir um embate de posições referentes ao mecanismo que influencia o aspecto pornográfico (ou não) da esquerda, bem como o uso de drogas, notadamente a maconha. Sendo assim, percebe-se haver uma economia de intencionalidades discursivas que objetivam, cada qual, desta forma, “essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história [...]” (Foucault, 1970, p. 14).

Além disso, Luiz Carlos Maciel, ao recorrer à explicação de um especialista no assunto, como McLuhan, para sustentar argumentativamente sua posição enquanto indivíduo adepto da contracultura e, portanto, defensor do uso da substância, de tal forma que, para ele, “A descoberta da juventude, de que havia outros estados de consciência, possibilitou uma nova perspectiva cultural, quer dizer, ficou claro que com outros estados de consciência pode-se criar uma cultura diferente” (apud Maciel, 1985, p. 13, Delmanto, 2016, p. 233). Sendo assim, a figura de McLuhan enquanto recurso para a sua posição, compreende ser outro princípio da rarefação discursiva, *o autor*, que de acordo com Foucault:

O autor, não entendido, é claro como indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto somente, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações como foco de sua coerência. Esse princípio não voga em toda parte, nem de modo constante; existem muitos discursos que circulam sem receber sen-

10. Matéria encontrada na coletânea *UNDERGROUND* (2022) organizada por Cláudio Leal. O texto foi originalmente publicado no jornal *O Pasquim*, em 11 de dezembro de 1969, no Rio de Janeiro.

tido ou eficácia de um autor (Foucault, 1970. p. 25).

No entanto, a citada *vontade de verdade*¹¹ no que concerne às interdições à maconha no âmbito das representações discursivas do jornal em questão, apresenta-se em um embate desproporcional de forças, a despeito de toda elucubração do jornal alternativo em postular o contrário, porque ainda segundo Foucault “[...] essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 1970, p.17).

Ademais, esse embate no âmbito dos discursos sobre a *cannabis*, encontra-se em situação de desproporcionalidade de poderes no que disputa pensar a *vontade de verdade*. Isso se deve, entre outros fatores, pensando o meio social problemático em que se encontravam os jornais alternativos em comparação aos de grande circulação em termos não só de possibilidade de circulação, mas também em sustentação econômica. Apesar de *O Pasquim* ter vendido milhares de exemplares seus, é necessário perceber que os jornais de grande circulação atuaram com o *direito privilegiado* no que toca à ordem dos discursos (Foucault, 1970).

Sobre esse *Direito Privilegiado* (Foucault, 1970) como artifício discursivo voltado e aplicado às interdições à *cannabis* e aos seus usuários na esfera dos discursos, pode-se tomar como exemplo a abordagem da revista *Realidade*¹², de 1970, em que o jornalista e escritor Carlos Soulié do Amaral o qual, sem de nada se desviar, e sem oposições, segundo França, endossa as mesmas posições e conclusões dos intelectuais do século XIX. De acordo com França:

Dito em outras palavras, a reportagem de Amaral ilustra magistralmente certo repertório de ideias sobre a maconha, o maconheiro e o maconhismo que a mídia, os médicos, os educadores e as autoridades do período construíram no Brasil a partir da metade da década de 1960 – pratica-

11. No livro *A ordem dos Discursos*, de 1970, o filósofo francês Michel Foucault explica a *vontade de verdade*, compreendendo um dos mecanismos de exclusão dos discursos, funciona de forma a expressar o poder e, para tanto, utiliza-se de todo aparato institucional de modo a afetar os objetos do saber, como as bibliotecas, as edições de livros e laboratórios.

12. Foi uma revista lançada pela Editora Abril em 1966 e circulou até o ano de 1976. Tal veículo mostrou características inovadoras para a época, tanto com relação ao uso diferenciado do designer gráfico das imagens quanto nas formas de abordagens de determinadas temáticas.

mente sem nenhuma oposição ou concorrência, como ocorrera na primeira metade do século – e que rapidamente se tornou moeda corrente no país (França, 2020, p. 94).

Não só isso, mas também é possível observar essa atuação de Amaral enquanto sujeito ligado às perspectivas político-ideológicas da direita e que, portanto, reforça as noções pejorativas existentes sobre as drogas à medida que se vale das ideias do século XIX “o ilustrativo escrito de Amaral não se distancia nem mesmo daqueles estudos produzidos por Rodrigues Dória e seus discípulos psiquiatras a partir de 1915” (França, 2020, p. 94). No âmbito da engrenagem discursiva, este fato autoriza concluir que se trata do *Comentário* (Foucault, 1970).

Suponho, sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas, coisas ditas uma vez e que se conservam porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza (Foucault, 1970. p. 21).

Dessa forma, pode-se inferir que, a despeito as forças institucionais maiores, sobretudo em vista de ter-se todo trabalho dos aparelhos *ideológicos do Estado*¹³ (Althusser, 1985) a serviço de uma consolidação de ideias, sobretudo no que se refere aos costumes e a moral pregada pelos militares, segundo Marcos Napolitano, “O martelo de pilão de repressão não matou apenas moscas, mas tudo o que ousasse voar”. O regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: “vigilância – censura – repressão” (Napolitano, 2014, 116), A temática favorável, sobretudo no espaço do jornalismo contracultural, especificamente de Maciel, ao uso e outras práticas referentes à maconha fez frente ao conservadorismo empreendido pelos militares.

13. O filósofo marxista francês Louis Althusser em seu livro *Aparelhos Ideológicos do Estado*, de 1970, busca explicar por outros aspectos a teoria do Estado. Para Althusser, existe os aparelhos de Estado (AE) que são de natureza repressiva como Governo, Exército, polícia e outros, mas para além destes, existem também os Aparelhos Ideológicos de Estado que não agem mediante o uso da repressão, de fato, porém, utilizam-se do campo ideológico para aquilo que desejam, exemplos dessas instituições são: sistema religioso, político, informacional e Cultural.

O saber-poder em Luiz Carlos Maciel

De acordo com o que foi tratado até aqui, pode-se concluir, por enquanto, que desde as primeiras proibições do século XIX às que se seguiram no século XX, não se deram sem o apoio de noções científicas propagadas por indivíduos que detinham certa notoriedade social devido à condição de intelectuais que ocupavam.

Inclusive, até nas sociedades que se encontram em condições políticas deslegítimas, como foi o caso da brasileira com o golpe político de 1964, a arbitrariedade de algumas condutas precisou de base política, econômica ou científica para validar determinadas ações, ou seja, tornou-se imprescindível a criação de uma verdade. Sendo assim, a verdade torna-se posse, de certo modo, daqueles que se autolegitimam a dizerem-na, em determinadas circunstâncias. Tal legitimação de uma verdade que possa servir aos interesses de quem a deseja pode vir, entre outras coisas, da relação entre verdade e poder, ambos os elementos encontram-se num processo de retroalimentação.

O poder, cabe destacar, não somente reprime e cerceia, mas também funciona como uma teia ampla que cria condições de possibilidades para a verdade, por exemplo, e esta, por sua vez, funciona como esteio para o poder, possibilitando, assim, as condições para que se tenha um *regime de verdade*, o qual pode ser sustentado por um saber (Foucault, 2022).

Desta forma, para se pensar os *regimes de verdade* em relação ao objetivo deste trabalho, a partir da relação *saber-verdade-poder* é preciso analisar como Maciel, mediante o saber, adentra nesse jogo que disputa a verdade sobre a *cannabis*. Esse conhecimento, no caso em questão, demanda uma abordagem científica para ser validado. Nesse sentido, faz-se necessário entender como que esse jornalista atua para que sua posição seja validada, para tanto, outra noção de Michel Foucault auxilia nesse entendimento:

A rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem dos discursos se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo, mas precisamente: nem todas as regiões dos discursos são penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os eventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (Foucault, 1970, p. 35).

Portanto, é o cientificismo a característica que possibilita a validação das convicções daquele indivíduo adepto da contracultura. Para efeito de exemplo, em uma matéria do jornal a que este capítulo se propõe a analisar, *O Pasquim*, intitulado *Cannabis Sativa*¹⁴, de 1970, apresentando uma ilustração de uma fórmula estrutural das propriedades químicas, o jornalista busca apresentar, utilizando-se de uma linguagem técnica e científica, os aspectos referentes às propriedades da citada droga, dando a perceber como ele se infiltra, de certa forma, nessa ordem dos discursos.

Ao contrário do que acontece com as drogas verdadeiramente alucinógenas, como o LSD, não há nada parecido com ele dentro do corpo humano. As razões dos efeitos da Cannabis são um mistério. Por essa razão, sua classificação como droga é difícil. Oficialmente, tem sido tratada como um tóxico, um narcótico e um entorpecente. A cannabis, entretanto, não contém substâncias tóxicas e o tetra-hidrocanabinol pertence a uma família química totalmente diferente dos narcóticos. Estruturalmente e nos efeitos, difere tanto dos opiáceos quanto dos alucinógenos. Segundo alguns apresenta certas semelhanças com sedativos (como álcool), com os estimulantes (como as anfetaminas), com o gás hilariante e com os hipnóticos [...] os efeitos somáticos da Cannabis foram muito discutidos durante anos. Encheram-se milhares de páginas com eles. Variavam tanto de paciente que os pesquisadores eram obrigados ao método da acumulação infinita [...] (Maciel, 1970, p. 53).

Além da imagem usada enquanto recurso ilustrativo e didático, a matéria é escrita com um cuidadoso vocabulário científico, mas não inacessível à massa, de modo que é possível, assim, rastrear a intencionalidade desse sujeito dentro do objetivo dele de proporcionar um trato científico como uma forma de acesso ao espaço visível da sociedade e, desse jeito, fazer valer suas convicções sobre tal planta. Analisando o excerto, é possível perceber como o “Guru da Contracultura” busca firmar a ideia de que a *cannabis* não é um narcótico porque detém propriedades químicas que a diferenciam de outras substâncias consideradas mais perigosas.

Além disso, Maciel em nenhum momento da matéria faz uso de ter-

14. Matéria encontrada na coletânea *UNDERGROUND* (2022) organizada por Cláudio Leal. O texto foi originalmente publicado no jornal *O Pasquim*, em 21 de janeiro de 1970, no Rio de Janeiro

mos advindos do senso comum, como maconha ou qualquer outro, pelo contrário, ele se utiliza do termo científico para tratar da planta, *cannabis* sativa, fato que demonstra como ele percebe o aspecto cientificista como condição de aceitabilidade social. Ainda sobre o mesmo trecho da matéria, é imperioso notar outro mecanismo que o jornalista recorre: *similitude* (Foucault, 2016. p. 23). Fato que é notado quando se observa como a partir de duas palavras encontradas no texto, diferença e semelhança, resultados de uma atividade comparativa que é usada para desviar a droga em pauta do seio de outras mais nocivas e, por outro lado, aproximá-la daquelas às quais se sabem como menos danosas, como quando a difere dos opiáceos e a compara com os sedativos. Em se referindo às quatro similitudes que foram alicerces para a construção dos saberes no século XVI, Foucault pontua:

Até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental. Foi ela que, em grande parte, conduziu a exegese e a interpretação dos textos: foi ela quem organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las. O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem (Foucault, 2016, p. 23).

Finalmente, observa-se ao longo deste estudo que, no Brasil, as restrições ao uso social da *cannabis*, desde seu surgimento até as décadas analisadas (1960-1970), seguem uma característica comum: a dinâmica de poder entre uma classe dominante, que busca o controle social, impondo proibições, e outra classe menos influente, que desenvolve estratégias para contornar tais restrições e manter a prática do uso.

Ademais, pôde-se observar como no recorte temporal analisado, em que pese o fato de se ter uma conjuntura política antidemocrática, houve sujeitos, como o jornalista Luiz Carlos Maciel que, mediante o jornalismo alternativo e ligado ao movimento contracultural, abordaram assuntos estranhos às imposições da classe dominante, sobretudo no que se refere à questão das drogas, principalmente a maconha, que foi objeto de combate não somente físico, de certo modo, mas também no que se refere ao campo das ideias.

Considerações finais

As proibições da *cannabis* dos séculos XIX e do XX detêm uma característica em comum no que se refere ao elemento de contenção social que parte sempre de um grupo, que na condição de hierarquia institucional e econômica, impuseram suas restrições àqueles a quem objetivaram dominar. As formas de proibição que se deram entre as décadas de 1960 e 1960, no Brasil, dirigidas por uma classe militar que deteve muito poder e se utilizou de várias formas de coerção, física e institucional, encontrou, porém, indivíduos que burlaram o estabelecido fazendo uso da droga ou mesmo contestando o sistema mediante os discursos favoráveis ao uso e à legalização da planta.

Assim, os jornais de natureza contracultural funcionaram como forma de propagar ideias referentes a tal droga, como, por exemplo, a coluna “Underground”, do jornal *O Pasquim*, escrita pelo jornalista representante da contracultura, Luiz Carlos Maciel, ao qual se atribui a denominação de “Guru da Contracultura” por ter sido ele quem propagou os signos de tal movimento na sociedade brasileira, dentre os quais, a *cannabis*.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Introdução crítica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BARROS, Luís Alípio de; MEDEIROS, José de. Maconha, a planta do diabo. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Orgs.). **Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 157-166.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um “problema público” no Brasil. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Orgs.). **Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 103-

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. 3. ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELMANTO, Júlio. Heroísmo contra alienação ou caretice versus liberação ? Drogas, esquerda e desbunde no Brasil. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Orgs.). **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 229-260.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. Edições Loyola: São Paulo: 1970.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as Coisas**. 10. ed. Trad. Salma Tannus Muchail. Martins Fontes: São Paulo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da maconha no Brasil**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)**. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MACIEL, Luiz Carlos. A esquerda pronográfica (I). In: **Underground**. São Paulo: Edições Sesc, 2022. p. 50.

MACIEL, Luiz Carlos. Cannabis Sativa. In: **Underground**. São Paulo: Edições Sesc, 2022. p. 53.

MACRAE, Edward. Cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Orgs.). **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade.** Salvador: EDUFBA, 2016. p. 23-58.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Orgs.). **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade.** Salvador: EDUFBA, 2016. p. 261-274.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: A história do Regime Militar brasileiro.** São Paulo: Contexto. 2014.

ROSZACK, Theodore. **A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

O JORNAL COMO FONTE PARA A ESCRITA DE UMA *CIDADE SENSÍVEL*: REFLEXÕES TEÓRICAS

*Ana Ester de Matos Silva*¹
*Raimundo Nonato Lima dos Santos*²

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir o uso de jornais³ como fonte histórica para a análise e compreensão de uma *cidade sensível*. Assim sendo, discute-se como esses arquivos podem ser utilizados, tendo como foco fragmentos que retratem acerca das representações sonoras das cidades. Este estudo está organizando em tópicos em que inicialmente discute-se acerca dos arquivos, da sua relevância e do uso que pode ser feito pelo pesquisador e historiador. Em seguida discute-se acerca de reflexões e apontamentos teóricos e metodológicos que podem ser feitos tomando os jornais como fonte precípua para a análise da cidade. Apresenta-se também fragmentos e trechos do periódico denominado *Tribuna de Picos*⁴,

1. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI/CMPP), orientada pelo prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos, com bolsa concedida pela CAPES.

2. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor adjunto IV da Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao curso de História. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Tutor do grupo PET CIDADE, SAÚDE E JUSTIÇA (UFPI).

3. Usaremos ao longo do texto o termo jornal/jornais para referir-nos ao caderno que reúne um conjunto de textos que tem forma e materialidades definidas, constituindo um objeto cultural de consumo, conforme discute o historiador José D'Assunção Barros.

4. O periódico denominado *Tribuna de Picos*: narrando fatos e escrevendo a história era de circulação local, na cidade de Picos (PI), na década de 1990 e tinha como endereço de funcionamento a Travessa Lourenço Pereira, n.º 49, no centro da urbe picoinense. O diretor e

como exemplo e aplicabilidade do que será discutido.

Iniciamos a nossa discussão abordando sobre o trabalho do historiador e o uso de arquivos como documentos na construção do discurso historiográfico. Partimos da compreensão dos estudos do professor e historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013; 2019). Em seguida discutimos acerca do arquivo (referindo-se a um conjunto de documentos) e as indicações metodológicas a partir do trabalho da historiadora Arlette Farge (2009).

Como a proposta deste trabalho está diretamente relacionada à escolha da *cidade* (no nosso caso, Picos [PI]) como objeto de estudo, convém destacar as reflexões teóricas a partir do trabalho do historiador Michel de Certeau (1998) e da professora e escritora Sandra Jatahy Pe-savento (2007). Por fim, mas não menos importante, discute-se acerca do conceito de *representação*, essencial para a discussão proposta, pautada no trabalho do escritor Roger Chartier (1990). E para tratar acerca de aspectos metodológicos sobre o uso de jornais como fonte histórica, destacamos o trabalho do professor José D'Assunção Barros (2003) e da historiadora Maria Helena Capelato (1988).

O professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019, p. 10-11) discutindo sobre o trabalho do historiador, menciona que “O historiador é como um *bricoleur* que tem que dar forma a seus objetos a partir dos casos, de rastros, de sinais”. E esses sinais e vestígios possibilitam também analisar os arquivos em uma dimensão maior, analisando seu contexto, entendendo-os como um lugar de comando e de poder a partir dos seus produtores, como portador de um ideal do que se pretende produzir e reproduzir por meio das suas páginas e suportes em que estão inseridos e registrados.

Partindo dessa discussão, destacamos o estudo de autoria do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) por meio da discussão feita no capítulo intitulado “Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico”. Neste texto, o autor, tratando o arquivo como um corpo, traz uma abordagem acerca do estatuto do documento e dos arquivos na discussão do mundo contemporâneo e as relações desses arquivos com a escrita historiográfica.

proprietário deste jornal era Antônio Borges Neto, que atuava também como editor.

Ele discute acerca dos cinco movimentos dos arquivos, iniciando sua discussão com o primeiro: os arquivos são *raros*. Convém discutir que esse primeiro movimento está relacionado ao fato de documentar vestígios de alguém (no caso da sua discussão e também em demais arquivos) por ser um documento de outro tempo, de alguém que vivenciou outro contexto e muitas vezes ser o que sobrou de registro da vida de personagens e sujeitos de pesquisas. A exemplo disso, podemos citar cartas e diários.

O segundo movimento denomina-se *rotos*. Neste momento do texto o autor discorre sobre a relação do pesquisador com os documentos no seu processo de escolha. Discute-se que ele vai imbuído de todas as suas “outras faculdades”. Dessa forma:

A relação dos pesquisadores com os documentos, com o arquivo não é apenas da ordem racional, os documentos emocionam, mexem com a sensibilidade do pesquisador, os documentos se tornam mais ou menos relevantes, se tornam dignos de eleição, de escolha, de seleção, de recolha, de registro e de citação pela emoção que causam no pesquisador, pelo impacto sensível que causa em quem os lê (Albuquerque Júnior, 2013, p. 12).

Assim como mexem com a sensibilidade do pesquisador, os arquivos também devem ser analisados sob a premissa de que são produtos de mãos humanas, assim sendo, estão sujeitos a alterações e adulterações. Cabe ao historiador analisar bem esses documentos *rotos*. O terceiro movimento, de acordo com a discussão do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) é o dos *restos*. Compreendendo que os arquivos são artefatos e produtos de fabricação, como já mencionado anteriormente, a análise dos documentos deve abarcar também os seus contrastes.

Mesmo sendo *restos*, os documentos podem ser usados e fazer sentido desde que o pesquisador ou historiador atue revestindo esse arquivo de significado e de significações, pois é o historiador por meio de suas análises que atribui sentido e uso à documentação. O quarto movimento é denominado *rastos*, e nessa discussão é relevante destacar quando o autor menciona que o “Documento não é prova, é provocação [...]” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 22), a partir deste trecho compreendemos que devemos problematizar a criação de sentido, a interpretação e a criação desses arquivos.

Durval Albuquerque (2013, p. 25) também menciona que “O arquivo e os documentos se fabricam, tanto quanto as narrativas que deles se

utilizam”, tendo em vista que são produtos e frutos de criações. O autor discute o quinto e último movimento do arquivo, *restos*. Em suma, ele discorre que o documento é o rosto de alguém e que aparece no texto quando o historiador o seleciona, analisa, faz os cortes que julga necessário.

Este texto nos é útil para pensar todos esses aspectos e questões que estão relacionadas com os documentos, na seleção, na análise e nos processos de escolha. É necessária essa discussão para a compreensão de que existe uma relação complexa entre nós e os nossos objetos de estudo e pesquisa, pois também são reveladores de nossas escolhas, de nosso “eu”. Essas escolhas não são aleatórias e estão relacionadas com a construção da nossa identidade como historiador, no decorrer de nossas pesquisas e trabalhos.

Prosseguindo nessa discussão acerca do arquivo, é relevante mencionar o trabalho da historiadora Arlette Farge (2009), intitulado *O sabor do arquivo*. Este estudo é de suma importância, pois foi escrito por uma pesquisadora que teve contato constante com arquivos por meio de sua pesquisa. Focando de forma específica nos arquivos judiciais, ela examinou os que são datados do século XVIII, no qual ela teve contato no Arquivo Nacional, na Biblioteca do Arsenal e na Biblioteca Nacional.

Deste seu trabalho, destacamos uma definição que a autora traz para arquivos, sendo útil e necessário destacar o seguinte trecho:

Conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas formas ou seu suporte material, cujo crescimento se deu de maneira orgânica, automática, no exercício das atividades de uma pessoa física ou jurídica, privada ou pública, e cuja conservação respeita esse crescimento sem jamais desmembrá-lo (Farge, 2009, p. 12).

Assim, sendo também “uma brecha no tecido dos dias [...]” (Farge, 2009, p. 14), constituem-se fontes importantes para os historiadores, que vão aos Arquivos (referindo-se aos locais de preservação dos documentos), a fim de selecionar fontes para suas pesquisas, analisar seus fragmentos, fazer recortes, sem deixar os *restos*, inserir significação e sentido por meio de seu trabalho.

O arquivo deve ser analisado como resultado de processos de criação. Conforme discute a autora, o foco não é discutir se os fatos relatados são verdadeiros ou não, mas sim compreender como as narrativas foram articuladas. Isso inclui a análise da relação entre o poder que cria e constrói

um imaginário desejado e as possíveis realidades. A autora discute também acerca do que traz como título de sua obra, do sabor do arquivo, em que o historiador procura “arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio” (Farge, 2009, p. 37).

A autora demonstra em sua escrita, os desafios, o prazer e o cuidado que os historiadores devem ter ao entrar em contato com os arquivos. O professor Durval Muniz (2013) compara o trabalho do historiador com o do tecelão, que por meio dos rastros e dos restos tece as suas narrativas, já a autora Arlette Farge (2009, p. 23) compara-o ao artesão: “O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação”.

Além disso, essa discussão é fundamental para o nosso trabalho como pesquisadores e historiadores. É crucial reconhecer e compreender que a documentação histórica é algo em constante evolução, nunca se esgotando completamente. Sempre há espaço para novas análises, leituras e interpretações, que surgem conforme o amadurecimento e a formação contínua do pesquisador e historiador ao longo do tempo. Partindo desse pressuposto, justifica-se essa discussão inicial acerca dos arquivos e seus usos pelos historiadores, com base nas reflexões teóricas de autores mencionados anteriormente, pela relevância desses apontamentos, a fim de atingir o objetivo deste trabalho. A partir dessa discussão, é essencial destacar o trabalho do historiador Michel de Certeau (1998), intitulado *Artes de fazer*.

Neste texto Michel de Certeau (1998) discute acerca do homem ordinário e suas práticas comuns inseridas no cotidiano. Ele traz uma discussão importante e interessante a respeito do que ele denomina de estratégias e táticas. A estratégia está ligada a ações que são postuladas em um lugar de poder e que pretende um controle social. Já as táticas se manifestam no cotidiano pelo homem ordinário como uma forma de driblar as estratégias.

As táticas estão relacionadas também à inteligência, inventividade e astúcia. Sem sair do lugar onde tem que viver, ele (homem ordinário) elabora suas táticas para permanecer e vivenciar o cotidiano, por meio das mais diversas maneiras de fazer. Conforme discute o historiador Mi-

chel de Certeau (1998, p. 100), a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”.

Para além dessa discussão feita pelo autor em seu trabalho, interessamos também o que ele discorre sobre a diferenciação entre as definições de espaço e lugar. Para Certeau (1998), lugar é a ordem em que estão distribuídos os elementos, está relacionado a posições, implicando também uma indicação de estabilidade.

Já o espaço seria o “cruzamento de móveis. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar e, unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades conceituais” (Certeau, 1998, p. 202). Assim sendo, o espaço seria o lugar que contém práticas, por meio dos cidadãos e dos pedestres, que dão esse significado por meio de suas *caminhadas pela cidade*.

Essa discussão acerca das estratégias, táticas, dos espaços e lugares é de suma importância ao historiador que se propõe ou trabalha tendo a *cidade* como objeto de estudo. Pois, nas cidades, no cotidiano dos cidadãos, é possível observar e analisar os diversos mecanismos empregados pelos detentores de poder para desenvolver estratégias e formas de controle social. Ao mesmo tempo, os cidadãos, por meio de suas táticas, estão constantemente construindo e reinventando o cotidiano de acordo com suas próprias aspirações, vontades e desejos.

O uso do jornal como fonte histórica para a escrita de uma *cidade sensível*

Até aqui, foi discutido acerca dos arquivos, da sua relevância e características ancoradas nas discussões teóricas mencionadas anteriormente. Além disso, exploramos os conceitos apresentados pelo historiador Michel de Certeau (1998) em seu trabalho, que são relevantes para o historiador que investiga a cidade como objeto de estudo. Assim sendo, propomos neste segundo tópico discutir acerca do uso do jornal como fonte para a escrita de uma *cidade sensível*.

Antes de prosseguir, é necessário discutir acerca do que estamos chamando de *cidade sensível*. Fazemos isso pautado no estudo da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007), por meio do artigo denominado “Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades Imaginárias”. Neste texto, a autora discute acerca das diversas abordagens feitas tomando a cidade como

objeto de estudo ligada, por exemplo, a sua dimensão espacial, focando no aspecto econômico-social. Ela discute que em 1990, com a emergência de uma história cultural, novas abordagens acerca da cidade passaram a ser feitas. Assim sendo, a urbe passa a ser vista como um “[...] objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (Pesavento, 2007, p. 13).

Ela discute também que a cidade é composta por uma tríade: *materialidade* pois está ligada ao aspecto visível e palpável da urbe, erigida pelo homem. *Sociabilidade*, pois comporta diversos atores e suas práticas cotidianas, comportamentos e hábitos. E também é *sensibilidade*, sendo objeto de produção e “[...] é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano [...]” (Pesavento, 2007, p. 14).

Dessa forma, interessa-nos a definição que ela esboça para cidade sensível:

Sem dúvida, essa cidade sensível é uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível. A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa* da cidade (Pesavento, 2007, p. 14-15).

Estabelecemos concordância com a definição exposta pela historiadora Sandra Pesavento, ao definir a *cidade sensível* como uma urbe pensada e que é manifestada por meio das múltiplas representações que seus habitantes e cidadãos conferem a ela. É fundamentada nessa discussão que justificamos o uso do termo *cidade sensível* ao longo deste estudo.

No que se refere às múltiplas práticas e representações, convém nessa discussão destacar o estudo do historiador Roger Chartier (1990), em que ele discute acerca das representações, que são amplas e múltiplas, estando associadas a modos de pensar, sentir e agir, estando inseridas no plano individual ou coletivo.

Conforme discute Silva (2021), o historiador Roger Chartier (1990) descreve também a representação como algo que permite “ver uma coisa ausente” assim como a “exibição de uma presença”. E sobre essa abor-

dagem da nova história cultural, destacamos um fragmento do estudo deste historiador francês quando discorre que a história cultural: “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 17).

Assim sendo, compreendemos essas representações por meio da prática cotidiana dos cidadãos, assim como as representações da cidade que se pretende propagar por meio dos jornais. Dessa forma, destacamos a escolha de jornais, em nosso caso as edições do jornal de circulação local da cidade de Picos (PI), denominado Tribuna de Picos, como fonte primordial. Isso se deve à compreensão desse veículo como produtor e replicador da vida na cidade, apresentando e representando em suas páginas o cotidiano urbano.

Desse modo, compreendemos como uma narrativa construída por múltiplas “mãos e cabeças”. Nada é feito por acaso, há sempre uma intenção por parte do produtor da matéria, seja o redator ou proprietário do jornal. Citamos como referencial teórico para reflexões e análise de matérias jornalísticas o estudo do historiador José D’Assunção Barros (2023), *O jornal como fonte histórica* e o estudo da historiadora Maria Helena Capelato (1988).

Conforme menciona José D’Assunção Barros (2023, p. 12):

Compreender o jornal não como um veículo passivo ou neutro de informações, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história.

Essa compreensão é relevante, pois, as páginas dos periódicos servem como um espaço tanto para a transmissão, quanto para a produção de informações, opiniões, discursos e análises acerca do que se pretende propagar por meio de suas páginas. Como um espaço de escolhas, é também de silenciamentos, assim como reveladores de interesses por parte dos seus proprietários e editores. São, portanto, representações da realidade.

Destacamos também a concordância com o estudo do historiador José D’Assunção Barros (2023, p. 13) de destacar acerca da função dos

jornais, atuando como *agente histórico*. Essa compreensão parte de colocar esses arquivos “[...] como sujeitos e instrumentos capazes de intervir no mundo [...]”. Compreendendo que são representações jornalísticas e uma produção de discurso sobre a realidade.

Conforme menciona a historiadora Maria Helena Capelato (1988) os periódicos, além de empresas, também atuam como uma força política que é formadora de uma opinião pública, a qual circula por meio das páginas dos jornais, construindo um imaginário da cidade. Assim sendo, tomamos a fonte hemerográfica (jornais) não como uma verdade, mas como uma construção e uma representação do que pretende ser propagado pelas páginas do periódico. Entendendo assim, o historiador analisa os periódicos não apenas em busca de informações, mas sim em busca de discursos que foram construídos acerca de determinado recorte temporal selecionado pelo pesquisador. Deve-se atentar aos detalhes, às entrelinhas, aos silêncios que são provenientes dos processos de escolhas, dos ditos e não ditos.

Os sujeitos responsáveis por essas construções também são relevantes e devem ser analisados, entendendo que cada um possui suas concepções e possíveis influências que transmitem no que escrevem, editam e colocam em circulação nas urbes, por meio de seus suportes. Compreende-se também os periódicos como:

[...] instrumentos e campos de lutas, ocultando interesses políticos e sociais que podem ser desvelados através da análise do seu discurso, que eles se tornam particularmente interessantes para os historiadores que pretendem abordá-los como objetos de estudo, ou como fontes históricas para o estudo de temáticas diversas (Barros, 2023, p. 45).

Em nossa proposta, tomamos os jornais como fonte histórica, analisando a cidade como objeto de estudo, para, a partir da compreensão visível e palpável da urbe, discutir acerca do seu cotidiano, da prática dos cidadãos, assim como das sociabilidades e das sensibilidades, especificamente das representações sonoras da urbe.

Como aplicação teórica do que já foi mencionado ao longo deste trabalho, propomo-nos no projeto de pesquisa vinculado ao curso de mestrado, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI), analisar as representações sonoras da cidade de Picos

(PI), no recorte temporal do período da década de 1990. Assim sendo, citamos como uma das fontes principais a análise de edições do periódico de circulação local *Tribuna de Picos*.

Dessa forma, no que se refere à análise deste material (dos jornais) é relevante se atentar acerca de detalhes contidos nas matérias. A escolha de determinadas notícias para estampar a capa do periódico, assim como sua diagramação, a escolha de palavras em caixa alta, a centralização de notícias, ou seja, é necessário observar a forma que o jornal tem, conforme discute a historiadora Miranice Silva (2020).

Logo abaixo destacamos um trecho do jornal *Tribuna de Picos*, que reproduz a capa da edição publicada em 15 de dezembro de 1994:

Imagem 1 – Capa da edição do jornal *Tribuna de Picos*, 15 dez. 1994



Fonte: Legisladores do barulho. *Tribuna de Picos*. Picos (PI), 15 dez. 1994, p. 1.

Ao observar a capa dessa edição do periódico que esteve em circulação, observa-se a centralização e o lugar de destaque para chamar a atenção do leitor para a seguinte notícia: a Câmara Municipal de Picos havia aprovado, por unanimidade, uma emenda que editava a lei que regulamentava o uso de propaganda volante de alto-falantes, permitindo inclusive à noite e aos domingos. Percebe-se ainda a nomeação da matéria: “Legisladores do barulho”, ocupando um lugar centralizado, chamando a atenção.

A escolha desta matéria para ocupar a capa desta edição não foi aleatória. O historiador José D’Assunção Barros (2023, p. 107), discutindo

acerca da relação entre o conteúdo e a forma na fonte jornalística, menciona que “A página e a posição da página, o caderno em que se encontra o texto em análise, bem como uma noção lúcida e atenta sobre as implicações trazidas pelas demais matérias que o circundam, constituem fatos essenciais a serem considerados pelo analista historiográfico”.

Isso porque a primeira página e a notícia exposta nela são pensadas estrategicamente, embora tenha aqueles que não possuem a intenção de adquirir o exemplar do jornal, acaba lendo, devido ao lugar de destaque ocupado pela matéria. E aos que adquirem, há a intenção de saber mais detalhes a respeito do que veio estampado nas páginas do periódico.

Percebe-se assim, por meio deste trecho, que a matéria está ocupando um lugar de destaque e a organicidade do conteúdo gráfico é um aspecto relevante para ser considerado. No que se refere à análise do que vem exibido nas primeiras páginas dos periódicos e no caso acima, da centralidade da matéria, José D’Assunção (2023) discute:

Sempre conforme o problema historiográfico que se tenha em vista, um esforço de análise, em especial, deve ser dedicado à primeira página, sempre muito reveladora do que pensam os editores do jornal acerca das expectativas dos leitores que esperam alcançar, e também denunciadora de projetos de agir sobre a sociedade que estes mesmos editores desejam impor (Barros, 2023, p. 130).

Dessa forma, pretende-se analisar de forma metodológica e teórica as edições de jornais, que como já mencionado, são produção de discursos e de representações acerca da cidade que se pretende construir. Essas páginas iniciais são capazes de revelar acerca da posição dos redatores acerca de determinados assuntos e discussões em voga na urbe.

Ainda no que se refere às primeiras páginas e a relevância do historiador se atentar para a análise dessa característica, no nosso caso, no que se refere às representações sonoras de uma *cidade sensível*. Destacamos o seguinte fragmento:

Imagem 2 – Capa da edição do jornal *Tribuna de Picos*, 9 jun. 1994



Fonte: Legisladores do barulho. *Tribuna de Picos*. Picos (PI), 9 jun. 1994, p. 1.

O trecho trata-se da edição⁵ datada de 9 de junho de 1994 e percebe-se novamente o destaque para a matéria relacionada às representações sonoras da cidade ocupando lugar de destaque na capa do periódico. Citamos o trecho acima como outra possibilidade de aplicabilidade das discussões e apontamentos teóricos e metodológicos mencionados ao longo deste estudo. Conforme discute o historiador José D’Assunção Barros (2023, p. 128) os aspectos do discurso jornalístico também devem ser considerados, porque “[...] opera no tempo em que se dá a ler e no espaço que configura para leitura”, referindo-se ao espaço gráfico da matéria.

Outro método que pode ser aplicado na análise de informações e discursos registrados nos conteúdos jornalísticos é com relação ao vocabulário e aos termos utilizados pelos redatores na construção das matérias. Conforme discute José D’Assunção Barros (2023):

Ao examinar uma matéria, qualitativamente, ou um conjunto de matérias – serialmente-, podemos investigar o vocabulário, rastrear temáticas, decifrar estratégias discursivas, empreender uma análise sistemática da hierarquização apreensível a partir da posição ocupada pela disposição paginada do jornal (Barros, 2023, p. 129).

5. No caso do trecho do jornal citado acima, a matéria refere-se a uma emenda aprovada por unanimidade pelos vereadores que compunham o Poder Legislativo da cidade de Picos (PI), em 1994, que versava a respeito da Lei n.º 1.279 que tratava acerca das regras de utilização dos alto-falantes instalados nos carros propagandísticos.

Aplicando essa discussão teórica, uma possibilidade desse método de análise do periódico, diz respeito à análise dos termos utilizados pelo redator para se referir e caracterizar as representações sonoras da cidade de Picos (PI), na década de 1990, propagadas por meio das páginas. No fragmento do jornal *Tribuna de Picos*, destacado anteriormente, logo abaixo da fotografia está escrita a seguinte frase: *Os carros de propaganda volante produzem um som estridente*. Analisando edições que circularam em meses diferentes, percebemos o uso do mesmo adjetivo (estridente) para caracterizar a sonoridade produzida/emitida pelos carros propagandísticos.

A partir desta percepção, uma possibilidade é analisar acerca do vocabulário exposto no periódico e os termos usados em edições variadas. Percebendo, assim, como esses discursos foram construídos/reproduzidos e propagados para os cidadãos, por meio das matérias, que partiam de um local de produção que, como já mencionado, configura-se como imbuído de intencionalidades.

Considerações finais

Discutimos ao longo deste estudo acerca dos arquivos, da sua relevância, assim como sobre o trabalho do historiador frente a esses documentos, tratando como exemplo as fontes jornalísticas. Mencionamos e discorremos também sobre apontamentos e reflexões teóricas acerca da metodologia e formas possíveis para o uso do jornal como fonte, para a escrita de uma *cidade sensível*.

Esta perspectiva parte da intencionalidade de investigar os vestígios e os sinais contidos nas páginas de periódicos, que versam a respeito de representações sonoras das urbes, das práticas de sociabilidades e das vivências cotidianas dos cidadãos. Citamos o jornal *Tribuna de Picos*, como exemplo para aplicabilidade teórica das reflexões expostas ao longo deste trabalho.

Assim sendo, compreendemos que o trabalho do historiador envolve análises cuidadosas, leituras e percepção, acerca dos detalhes, diagramações, centralização de informações e discursos, assim como dos processos de escolha, das narrativas que estampam as capas dos periódicos. Conclui-se que, as fontes jornalísticas apresentam-se como um material rico e um

dos caminhos possíveis para a análise e escrita de um trabalho que toma a *cidade*, como objeto de estudo, na tentativa de buscar vestígios de suas sensibilidades e sociabilidades, com a análise devida.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 1-13.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastos e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp. 1988.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. v. I. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

SILVA, Ana Ester de Matos. **Entre melodias, ruídos e ritmos: sonoridades urbanas da cidade de Picos-PI, nas décadas de 1980 e 1990**. Picos-PI, 2021. (Monografia do curso de História – Universidade Federal do Piauí/ Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, 2021).

SILVA, Miranice Moreira da. **Os sons da cidade**: territorialidades e sociabilidades nos circuitos da micareta de Feira de Santana (1939-1985). Brasília: UNB, 2020. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2020.

LEGISLADORES do barulho. **Tribuna de Picos**. Picos-PI, 15 dez. 1994.

POLUIÇÃO SONORA estrapola os limites da tolerância. **Tribuna de Picos**. Picos-PI, 9 jun. 1994.

JUVENTUDE, HISTÓRIA E MÚSICA: UM ESTUDO A PARTIR DA LETRA DE MÚSICA *THE MAN WHO SOLD THE WORLD*, DE DAVID BOWIE (1970), E INTERPRETAÇÃO DO NIRVANA (1993)

*Emília Saraiva Nery*¹
*Edwar de Alencar Castelo Branco*²

O meu primeiro contato com a arte de David Bowie ocorreu por meio das interpretações musicais do Nirvana (1993) da canção de Bowie, *The man who sold the world*³ durante a construção do meu trabalho de conclusão do curso de graduação em História (Nery, 2005). Trabalho esse que abordou a relação entre o universo do rock e a ansiedade juvenil, a partir das produções lítero-musicais dos grupos de rock The Doors⁴ (1967-1971), Joy Division⁵ (1977-1980) e Nirvana⁶ (1989-1994).

1. Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Estagiária pós-doutoral em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente de História pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC-PI).

2. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

3. Em tradução livre, *O homem que vendeu o mundo*.

4. Banda de *rock*, que surgiu em 1967 na cidade norte-americana de San Francisco. O grupo era composto por Jim Morrison (vocal), Ray Manzarek (teclas), Robby Krieger (guitarra) e Jonh Desmore (bateria).

5. Banda pós-*punk*, que por volta de 1976 surgiu na cidade inglesa de Manchester. O grupo era formado por Ian Curtis (vocal), Bernard Sumner (guitarra), Peter Hook (baixo) e Stephen Morris (bateria).

6. Banda *grunge* que surgiu em 1986 na cidade norte-americana de Seattle. Sua formação principal era: Kurt Cobain (vocal e guitarra), Krist Novoselic (baixo) e Dave Grohl (bateria).

No processo de elaboração do meu projeto de estágio pós-doutoral, produzi dois artigos relacionados com a produção lítero-musical de David Bowie. O primeiro texto abordou a trajetória musical do compositor em estudo nos anos 1970 e nos anos 2000 (Nery, 2017), destacando, respectivamente, os seus trabalhos *Starman* (1970) e *Blackstar* (2016) e o segundo (Nery, 2020), versou em torno da sua parceria com o músico Freddie Mercury (1946-1981), na letra de música *Under Pressure* (1982).

Atualmente, no desenvolvimento do meu estágio pós-doutoral, sob a supervisão do professor Edwar de Alencar Castelo Branco – “Juventude, história e música: um estudo a partir de letras de músicas de David Bowie” – estou aprofundando e atualizando, os referidos estudos iniciados na graduação sobre as vinculações existentes entre juventude e música rock, a partir do universo empírico central das canções do britânico David Bowie.

Na etapa de atualização das fundamentações teóricas e metodológicas do referido estágio, as reflexões teóricas de Sigmund Freud (1976, p. 457-481), Helena Abramo (1994) e Mircea Eliade (1989, p. 43-54) estão sendo revisadas e ampliadas para compreender a ansiedade juvenil e os valores perdidos na passagem do mundo juvenil para o mundo adulto, tais como grupo, música, amor, eu. A partir da base teórica dos citados autores que tratam da ansiedade do homem contemporâneo em relação ao tempo e à história, é possível apontar que a ansiedade desses jovens pode ser vista como um rito de passagem específico de nossa cultura. Em uma perspectiva mais ampla, a existência de uma tensão do homem contemporâneo entre a consciência do enraizamento na história e o desejo de ultrapassar essa condição histórica.

As pesquisas de Deleuze e Guattari acerca de devires, das possibilidades e impossibilidades de alteração dos modelos de vida estabelecidos, são uma via de acesso ao estudo das marcas de autenticidade em relação ao universo cultural vigente, presentes na obra de Bowie. Dessa forma, acredito que a adaptação para a música da noção de “devir menor”, formulada por Deleuze e Guattari a partir da obra de Kafka, expressa na literatura como uma “literatura menor”, é fundamental para o trabalho (Deleuze; Guattari, 1977, p. 25-42).

Essa literatura se caracteriza por ser combativa. Combate esse que se manifesta em três frentes: 1) “desterritorialização da raiz da língua” por meio do rompimento com o oficialismo da língua mãe; 2) “micropolítica”,

entendida como enfrentamento das formas de existência instituídas e 3) “coletividade”, que permite a interlocução com as marcas históricas e culturais da época (Nery, 2008).

O estágio também favorece a minha revisão do universo teórico pós-estruturalista, aprofundando os meus estudos sobre a obra de Michel Foucault (1990, 1992, 2008), mas também, principalmente, favorecendo a minha aproximação mais minuciosa com a chamada filosofia da diferença, a qual encontra nos autores Gilles Deleuze e Félix Guattari (Deleuze, 1988; Deleuze; Guattari, 1992) as principais referências. Destes autores, é primordial a apropriação do conceito de *ritornelo* para estudar a obra musical de David Bowie. Com este referencial teórico, é possível apresentar a obra de Bowie como uma música experimental que explora e amplia sonoramente e visualmente as convenções estéticas vigentes em uma época e como um “pensamento sem imagem”, o qual é

[...] intempestivo e atemporal sem ser eterno. Ele corresponde ao momento em que, alastrando-se rizomaticamente, o pensamento problematiza um sistema de representação do interior do qual eclode como um arrombamento, uma rachadura que desestabiliza aquele sistema não por colidir com ele, mas, antes, por existir alheio a ele, descompromissado com os seus pressupostos. Esse pensamento intempestivo, sem raízes, alforriado de um pressuposto *começo*, pode então ser o pensamento da diferença (Castelo Branco, 2014, p. 133).

As diversas perspectivas e questionamentos do músico em estudo sobre os universos culturais das épocas que viveu podem ser ainda mais fundamentadas com as teorias sobre as relações entre perspectivismo e estetização da vida, de Ericson Saint Clair (2004). O perspectivismo aparece na arte de Bowie, por meio dos seus personagens, sobretudo, alienígenas, das suas indagações sobre a existência, o universo, do poder visual do rock dos cenários, figurinos e maquiagem, hedonismo da sexualidade e das drogas e da filosofia do êxtase do *rock in roll* (Clair, 2004, 202-219).

Os estudos metodológicos sobre os principais temas e valores juvenis, destacados na arte de David Bowie, estão sendo realizados, a partir da revisão e ampliação da proposta metodológica “Janela do Rock – uma maneira de entender música”, de Paul Friedlander. Em uma perspectiva da História Sociocultural, ele propõe a análise de música por meio dos

seguintes elementos: música, letras, histórico do artista, contexto social, atitude (Friedlander, 2003, p. 14-27).

A proposta metodológica de Marcos Napolitano de uma História Cultural da Música Popular também é condizente. Do ponto de vista discursivo, estão sendo tomados os seguintes elementos das letras de músicas: temática, o sujeito poético e seus interlocutores e intertextualidade literária. Paralelamente a essa análise discursiva, serão observadas informações musicais, tais como: melodia: pontos de tensão, repouso melódico e clima predominante (alegre/triste); arranjo: instrumentos predominantes; a intensidade da voz (grave; aguda); o gênero musical (forró/samba/rock) e intertextualidade musical e as performances, as apresentações, interpretações os cenários e os outros aspectos visuais como a vinculação entre o design das capas dos álbuns, o figurino do músico.

Concomitantemente a essa análise textual e sonora, será realizado um estudo “contextual” da arte de David Bowie e dos estilos de rock: punk rock e glam rock. Nessa análise contextual, serão observados especialmente os seguintes aspectos: 1) criação – conexão entre a singularidade do artista e os estilos musicais da época; 2) produção – a relação entre a fabricação dos LPs e os interesses da indústria fonográfica; 3) circulação – o tipo de veículo privilegiado para difusão das canções e 4) apropriação ou recepção consumidora e criadora – a recepção de canções de outros compositores ou do próprio músico e de produções artísticas de naturezas diversas (Napolitano, 2005, p. 98-101).

Do ponto de vista empírico, este capítulo se apropria, basicamente, das seguintes produções lítero-musicais: *The man who sold the world* (1970), de David Bowie, e da gravação da referida música, pelo Nirvana, em 1993. Como também, a partir dessas fontes, trata das suas intertextualidades com as letras de música *Space Oddity* (1969) e *Starman* (1972), que chegou a receber uma versão brasileira Astronauta de Mármore (1989) composta pela banda de rock Nenhum de Nós, e suas conexões com seus respectivos álbuns: *The man who sold the world* (1970) e *David Bowie* (1969).

David Bowie (1947-2016) e Kurt Cobain (1967-1994) foram marcados pela androginia do glam rock e pela liberdade do punk rock. Utilizaram a técnica de *cut-up* para a composição das letras de músicas

cortadas, recortavam trechos de poemas, de canções para as suas composições e realizaram singulares interpretações de *The man who sold the world*. Esses recortes discursivos e musicais podem ser compreendidos, assim sendo como:

[...] fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, colocando o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (Foucault, 2008, p. 146-147).

A estética do álbum de *The man who sold the world* (1970) simboliza uso de vestidos e cabelos longos em performances, o exagero e a exuberância das poses do glam rock. É o que se pode analisar do design da sua capa a seguir:

Figura 1 – Capa do LP *The man who sold the world* (1970)



Fonte: Acervo pessoal.

O “hard rock proto heavy-metal” e o “rock progressivo mais sinfônico/étnico” são as principais influências estéticas e sonoras do referido LP. A música em estudo é formada sonoramente por sons de sintetizadores e vocalização aguda baixa. Organizada com poucos acordes, por meio de uma batida regular intercalada por curtos *riffs* de guitarra, trechos geral-

mente instrumentais, que se repetem várias vezes na música, e por um som de “rangido de porta”, que acompanha a primeira e segunda estrofe da primeira versão da canção gravada em estúdio.

A letra de música em questão não segue uma narrativa direta e simples, característica essa que pode provocar muitos questionamentos e diversas interpretações sobre a mesma. O título e os versos, sobretudo os iniciais, possuem intertextualidades literárias. O título remete à designação do romance de ficção científica *The Man Who Sold the Moon*, de Robert Heinlein (1950). Apesar de o compositor criar histórias de ficção científica no universo da sua produção lítero-musical, os enredos do romance e da música em estudo são diferentes, pois aquele trata de acontecimentos relacionados à existência de uma primeira Lua fictícia.

Já alguns versos de *The man who sold the world* podem ser analisados como menções a trechos do poema *Antigonish*, de William Mearns (1899). O poema, por sua vez, trata de histórias sobre a existência do fantasma de um homem vagando pelas escadas de uma casa mal-assombrada na Nova Escócia.

We passed upon the stair / We spoke of was and when / Although I wasn't there / He said I was his friend / I spoke into his eyes / I thought you died alone / A long long time ago (Mearns, 1899)⁷.

[...]

Last night I saw upon the stair / A little man who wasn't there / He wasn't there again today / Oh, how I wish he'd go away (Bowie, 1970)⁸.

O tema da letra de música em análise pode ser compreendido de forma geral e especialmente nas duas primeiras estrofes, como sendo o relato do sujeito poético sobre um estranho encontro com o homem que vendeu o mundo. Um questionamento emerge: quem é o homem que vendeu o mundo?

Nas estrofes seguintes, as identidades e os relatos do sujeito da canção e do homem do título apresentam-se como iguais ou alternados: “Oh no, not me / We never lost control / You're face to face / With the man who

7. Nós passamos pela escada / Falamos sobre o que foi e quando / Embora eu não estivesse lá / Ele disse que eu era amigo dele / O que veio como uma surpresa / Eu falei olhando nos olhos dele / Achei que você tivesse morrido sozinho / Há muito, muito tempo.

8. Ontem, na escada, / encontrei um homem que não estava lá! Ele não estava lá de novo hoje, eu queria, eu queria que ele fosse embora!

sold the world/.../Who knows? Not me/We never lost control/You're face to face/With the man who sold/ the world" (Bowie, 1970)⁹. Uma interpretação da identidade do homem que vendeu o mundo e do tema geral da música em estudo poderia ser a de um homem budista narrando sua renúncia às coisas mundanas.

Essa interpretação pode ser vinculada aos contextos sociais e históricos da década de 1970, como, por exemplo, o interesse do público ocidental pela realização pessoal defendida na filosofia budista, que substituiria a importância dos projetos macropolíticos e coletivos que visavam mudar a sociedade. Por outro lado, a identidade do homem que vendeu o mundo pode ser apontada, no contexto da filosofia do Super-Homem de Friedrich Nietzsche, como Deus ou o super-homem: "I thought you died alone/A long long time ago" (Bowie, 1970)¹⁰.

Outra interpretação para a identidade do homem que vendeu o mundo da letra de música em estudo, pode ser localizada na trajetória de criações de personagens e mutações de *eus*, realizadas pelo cantor britânico do final dos anos 1960 ao início dos anos 1970. Mutações de eus, que, por sua vez, desafiam as noções de tempo e identidades vigentes e em transformação. As temporalidades e identidades em devires apresentam-se não como

[...] aquilo que somos mas, antes, aquilo que estamos nos tornando, isto é, o Outro, nosso vir-a-ser-outro, [enquanto] o presente, ao contrário, é aquilo que somos e, por isso mesmo, o que já estamos deixando de ser" (Deleuze; Guattari, 1992, p. 14).

Neste sentido, é possível identificar a presença de intertextualidades lítero-musicais e o encontro entre dois *eus* na canção *O Homem que vendeu o mundo*. O primeiro eu, é um personagem desaparecido, o seu alter-ego, o Astronauta Major Tom da sua outra letra de música *Space Oddity* (1969). Astronauta Major pode ser identificado, portanto, como o homem que vendeu o mundo. A música-título *Space Oddity* foi escolhida pelo canal de televisão British Broadcasting Corporation – BBC de Londres – para ser a trilha sonora da chegada do homem à Lua, em 1969.

Nesse ano, os EUA foram bem-sucedidos no seu objetivo de alcan-

9. Ah, não, eu não/Nós nunca perdemos o controle/Você está cara a cara/Com o homem que vendeu o mundo.

10. Achei que você tivesse morrido sozinho/Há muito, muito tempo.

çar a Lua antes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a missão Apollo 11, por meio da qual o “astronauta libertado” Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar na Lua em 20 de julho de 1969 (Nery, 2017, p.2). Por sinal, a capa do álbum *David Bowie* (1969) faz uma referência explícita e textual à música mencionada e à chegada humana ao único satélite natural da Terra, onde Major Tom é retratado com cabelos curtos e cacheados.

Figura 2 – Capa do LP *David Bowie* (1969)



Fonte: Acervo pessoal.

O sujeito poético de *Space Oddity* embarca em uma viagem ao espaço realizada pelo astronauta Major Tom. Partir para o espaço significa, na referida música, ultrapassar as milhas da razão e não retornar mais para o planeta Terra (Nery, 2017, p.2). David Bowie apresenta o lançamento da nave espacial e a retirada do astronauta da nave da seguinte forma:

This is Major Tom to ground control/I'm stepping through the door/And I'm floating in the most peculiar way/And the stars look very different today/For here am I sitting in a tin can/Far above the world/Planet Earth is blue, and there's nothing I can do (Bowie, 1969)¹¹.

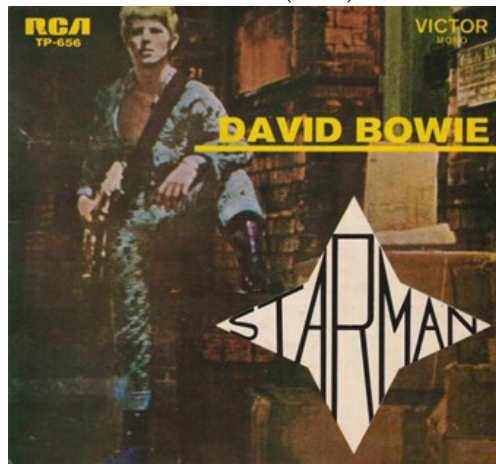
11. Aqui é Major Tom para Controle de Solo/Estou dando um passo para fora da porta/E estou flutuando no jeito mais peculiar/E as estrelas parecem muito diferentes hoje/Estou sentado numa lata/Bem acima do mundo/A Terra é azul e não há nada que eu possa fazer.

O segundo eu em construção por Bowie e o sujeito poético de *O homem que vendeu o mundo* possui outra identidade. Identidade esta que busca a singularidade e que rejeita a do Major Tom que já parecia morto para o sujeito da canção. Singularidade que

[...] ganhou visibilidade como um domínio próprio, relevante, capital. Michel Foucault o expressou nestes termos: hoje em dia, ao lado das lutas tradicionais contra a dominação (de um povo sobre outro, por exemplo) e contra a exploração (de uma classe sobre outra, por exemplo), é a luta contra as formas de assujeitamento, isto é, de submissão da subjetividade, que prevalece cada vez mais. Do que ele conclui: ‘o objetivo principal hoje não é descobrir o que somos, mas recusá-lo (Perbart, 2000, p. 12).

Trata-se de um personagem embrionário no ano de 1970, que será mais definido visualmente e gestualmente no decorrer da citada década. A sua identidade é alienígena e denomina-se *Ziggy Stardust*, apresentada esteticamente na imagem a seguir:

Figura 3 – Capa do LP *The Rise and Fall of Ziggy Stardust and Spiders From Mars* (1972)



Fonte: Acervo pessoal.

Na música *Starman* (1972), que chegou a receber uma versão brasileira, o *Astronauta de Mármore* (1989), realizada pela banda Nenhum de Nós, o sujeito poético narra cantando, a partir de uma vocalização aguda e em piano e do dedilhar de um violão, a possibilidade do contato de

um homem estelar com terráqueos por meio do rádio, da TV e da música, especialmente do rock in roll e soul. Em seguida, ele clama por esse encontro, apesar de afirmar que os seres humanos adultos não estarem prontos para tal, pois confundiria as suas mentes. Dessa maneira, somente as crianças e os jovens teriam a capacidade de usar a imaginação e mudar o mundo por meio da música, da paz e do amor.

There's a starman waiting in the sky /He'd like to come and meet us /
But he thinks he'd blow our minds /There's a starman waiting in the sky
/He's told us not to blow it /Cause he knows it's all worthwhile /He told
me /Let the children lose it /Let the children use it /Let all the children
boogie¹² (Bowie, 1972).

A expressão “camaleão do rock”, que se transforma em diversas identidades, atribuída ao David Bowie pode ser analisada como um guarda-chuva de manifestações de um anti-herói em constante devir. Devires que se apresentam por meio de organismos extraterrestres com formas de bactérias, até por intermédio de seres mais desenvolvidos que os seres humanos. O narrador humano das canções vai dando lugar ao narrador com características animais, como as aranhas de *Rise and Fall of Ziggy Stardust and Spiders From Mars*, ou seja, a ascensão e queda das aranhas Ziggy Stardust and de Marte. Dessa forma,

O devir-animal é uma forma de fuga do ser humano, naquele contexto. Preferir ser barata a ser funcionário público, preferir ser um cão a ser filho daquele pai e membro daquela família (Albuquerque Junior, 2004, p. 26).

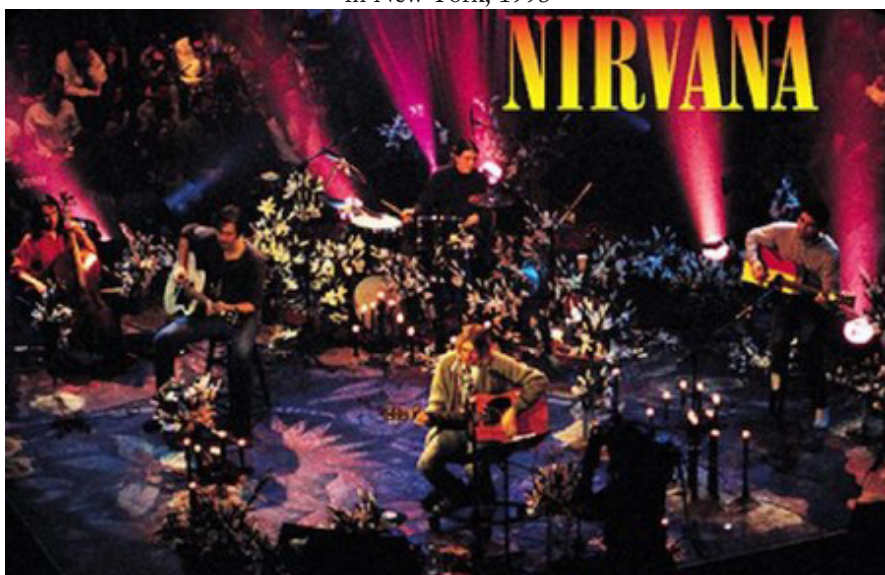
Na performance de *The man who sold the world*, realizada por David Bowie na sua primeira gravação da referida música durante o ano de 1970, é possível analisar um clima sonoro predominantemente alegre. A morte do eu-personagem Major Tom de Space Oddity (1969) é tratada, por Bowie, enquanto um rito de passagem, de iniciação da fase adulta e de libertação da fase juvenil. É vista, por sua vez, como necessária, pois implica a dissolução de uma personalidade velha e o surgimento de uma

12. Há um homem estelar esperando no céu /Ele gostaria de vir e nos encontrar /Mas ele acha que iria confundir nossas ideias /Há um homem estelar esperando no céu /Ele nos disse para não confundir /Porque ele sabe que isso é valioso /Ele me disse /Deixe as crianças sossegadas /Deixe as crianças usarem a cabeça /Deixe as crianças dançarem.

nova condição, de um novo eu-personagem: Ziggy Stardust, de *Starman* (1972).

Enquanto isso, na performance acústica de *The man who sold the world*, realizada por Kurt Cobain em 1993, é possível identificar um clima sonoro predominantemente triste. O cenário da apresentação é ornamentado com velas pretas. A identidade do homem que vendeu o mundo pode ser interpretada como sendo de um eu-personagem, que tinha algum tipo de vício em alguma droga.

Figura 4 – Performance de *The man who sold the world* – MTV Unplugged in New York, 1993



Fonte: Acervo pessoal.

Neste contexto das relações entre história, juventude e música nas décadas de 1970 e 1990, examinam-se as ligações singulares desses músicos e suas gerações com o processo de elaboração de uma autoidentidade na transição da juventude para a idade adulta. Isso ocorre diante da confrontação com a realidade de um mundo que idealizavam no passado, abordando valores juvenis como amizades, drogas, identidade e outros temas, principalmente presentes nas letras de suas músicas. Para Kurt Cobain, a desistência de valores juvenis que o mundo oferece em troca de controle significava morrer lenta e definitivamente. Já para David Bowie, a perda

do potencial de criação de novos desejos humanos simbolizava morrer no sentido terminal.

Referências

Músicas

BOWIE, David. Space Oddity. In: **David Bowie**. Estados Unidos, Mercury, 1969. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 1.

BOWIE, David. The man who sold the world. In: **The man who sold the world**. Estados Unidos, Mercury, 1970. 1. disco sonoro. Lado B, faixa 8.

BOWIE, David. Starman. In: **The Rise and Fall of Ziggy Stardust and Spiders From Mars**. Estados Unidos, RCA, 1972. 1. disco sonoro. Lado A, faixa 4.

BOWIE, David. **Young Americans**. Estados Unidos, RCA, 1975.

BOWIE, David. The man who sold the world. Interpretação de COBAIN, Kurt. **MTV Unplugged in New York**. DGC, 1994. 1. DVD, faixa 4.

NENHUM DE NÓS. Astronauta de Mármore. In: **Cardume**. Plug, 1989, faixa 7.

Livros e artigos

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. No castelo da história só há processos e metamorfoses, sem veredicto final. In: PASSET, Edson (Org.). **Kafka, Foucault: sem medos**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p.13-32.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. PO-EX: a poética como acontecimento sob a noite que o fascismo salazarista impôs a Portugal. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, nº 67, p. 131-155, 2014.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria:**

Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Trad. Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. O que é uma literatura menor? In: **Kafka**: por uma Literatura Menor. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977. p. 25-42.

ELIADE, Mircea. Simbolismo religioso e valorização da angústia. In: **Mitos, sonhos e mistérios**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989, p. 43-54.

EVANS, Mike. **David Bowie**: história, discografia, fotos e documentos. São Paulo: Publifolha, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.

FOUCAULT, Michel. **O pensamento do exterior**. São Paulo: Princípio, 1990.

FREUD, Sigmund. Ansiedade. In: **Edições Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XVI, 1976, p. 457-481.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll**: uma história social. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GALLO, Silvio. Entre Kafka e Foucault: literatura menor e filosofia menor. In: PASSETTI, Edson (Org.). **Kafka, Foucault. Sem medos**. Co-tia: Ateliê Editorial, 2004. p.73-87.

HEINLEIN, Robert. **The Man Who Sold the Moon**. Chicago: Shasta Publishers, 1950.

MEARNS, William. Antigonish (I met a man who wasn't there) [1899]. Disponível em: <https://poets.org/poem/antigonish-i-met-man-who-wasnt-there>. Acesso em: 1 maio 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música** – história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NERY, Emília Saraiva. **Juventude, ansiedade e a história**: um estudo a partir de letras de música rock. Monografia. (Graduação em História), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

NERY, Emília Saraiva. **Devires na Música Popular Brasileira**: As aventuras de Raul Seixas e as tensões culturais no Brasil dos anos 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

NERY, Emília Saraiva. Juventude, ansiedade, libertação e história - Um estudo a partir de “Under Pressure” de Queen and David Bowie (1982). **Brazilian Journal of Development.**, v.6, p. 39710-39720, 2020.

NERY, Emília Saraiva. Juventude, libertação e história - um estudo a partir de letras de músicas de David Bowie (Starman a Blackstar). In: XXIX Simpósio Nacional de História Contra os preconceitos: História e Democracia, 2017, Brasília. **Simpósio Nacional de História Contra os preconceitos**: História e Democracia. Brasília: ANPUH, 2017, v.1. p. 1-10.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. Trad. Anna Duarte e Carlos Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2012.

PELBART, Peter Pál. **A Vertigem por um Fio**: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

AS CONCEPÇÕES DE “TEMPO HISTÓRICO” EM REINHART KOSELLECK E EM FRANÇOIS HARTOG E SEUS IMPACTOS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (2019-2022)

Mateus Bevilaqua Barros¹
José Petrúcio de Farias Júnior²

O presente capítulo pretende abordar os pontos principais das pesquisas que Valdeci Lopes de Araújo, Mateus H. F. Pereira e Rodrigo Turin têm conduzido a respeito do tempo histórico e das experiências do tempo para compreender a política brasileira contemporânea (2019-2022), em diálogo com as reflexões de Reinhart Koselleck e François Hartog.

Para melhor contextualização do tema, aqui faremos uma exposição em três partes, iniciando com um pequeno resumo das contribuições de Koselleck sobre o tempo histórico. Na segunda parte, serão apresentados os pontos principais das contribuições de Hartog, com suas elaborações a respeito dos regimes de historicidade e do presentismo. Já na terceira parte serão apresentadas as obras desses historiadores brasileiros, focando na recepção que fazem dos trabalhos de Koselleck e Hartog, buscando compreender como se apropriam de alguns pontos, enquanto criticam e reelaboram outros de formas distintas.

Afinal, a recepção de ideias de determinados autores nunca é apenas uma reprodução, mas uma reelaboração em função de problemas ligados

1. Graduado em História (licenciatura) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI).

2. Professor doutor do curso de graduação em História Universidade Federal do Piauí, Campus de Picos (UFPI-Picos) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI).

ao contexto em que está ocorrendo esta recepção. Estudar a recepção de uma teoria é entender a ligação entre essa teoria e o contexto em que ela está sendo recebida, reinterpretada e reelaborada para lidar com novos problemas (Skinner, 2017, p. 390). Como veremos, estes historiadores brasileiros em questão não apenas buscam aplicar metodologias concebidas por Koselleck e Hartog, mas refletir a partir delas e ir além, adaptando-as e/ou elaborando novas categorias para pensar a política brasileira contemporânea.

Koselleck e o tempo histórico

O historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006) tratou de diversas questões a respeito da teoria da história em sua produção intelectual. Sua obra é fortemente marcada por dois aspectos que vale destacar logo de início: a Segunda Guerra Mundial, da qual participou como soldado alemão, e as influências intelectuais interdisciplinares que teve ao longo de sua formação na universidade de Heidelberg, o que conferiu uma destacável originalidade em suas reflexões em relação à produção historiográfica alemã de sua época.

Sua obra pode ser vista como um balanço histórico da experiência da Segunda Guerra Mundial e do nazismo, tentando compreender quais estruturas possibilitaram suas ocorrências (Olsen, 2009, p. 18-19). Primeiramente com uma abordagem política fortemente influenciada por Carl Schmitt, com quem trocava cartas frequentes, o que o levou a refletir a respeito das filosofias da história moderna que atribuíam um “sentido” à História. Já em obras posteriores, passou a tratar do moderno conceito de História (*Geschichte*), a transição da abordagem historiográfica pré-moderna (*Historia Magistra Vitae*), que buscava exemplos do passado para orientar a ação no presente visando um futuro prognosticável, para a concepção de História processual dotada de sentido (filosofia da história), entre outros temas.

No entanto, todas estão encadeadas pela noção de tempo histórico, que aqui nos interessa. Para compreendê-la, se faz necessário um breve resumo de suas elaborações sobre o papel das filosofias da história para entender de que forma esta noção de tempo histórico se autonomiza em relação ao “tempo natural”, o tempo da natureza que até aquele momento

acreditava-se ser marcado por regularidades. Depois trataremos de como Koselleck elabora a crítica desta noção de tempo histórico único em defesa de uma noção de tempos plurais e, em seus artigos das décadas de 1980 e 1990, elabora a sua teoria dos estratos do tempo.

Em sua primeira obra, *Crítica e Crise* (1999), desenvolve uma crítica da filosofia da história burguesa e trata da forma como a crítica utópica da modernidade leva ao recalçamento dos conflitos políticos entre os diferentes grupos que integram a sociedade. Nesta obra, Koselleck não busca estabelecer causalidades, mas entender as condições que possibilitaram o nascimento da sociedade burguesa moderna (Koselleck, 1999, p. 11). A principal delas seria a separação entre moral e política que teria ocorrido no período absolutista. No absolutismo teria ocorrido a formação de uma “razão de Estado” para justificar a imposição do poder estatal e reprimir a moral ao foro privado individual. O movimento iluminista representaria a expansão desse foro privado na forma de esfera pública que, ao influenciar os movimentos revolucionários do final do século XVIII, provocaria o aprofundamento dessa separação entre moral e política por meio da temporalização.

A “moral, que não pode integrar a política, precisa fazer da necessidade uma virtude, pois se encontra no vazio. Alheia à realidade, vislumbra no domínio da política uma determinação heterônoma, nada além de um estorvo à sua autonomia” (Koselleck, 1999, p. 16). A crítica desta nascente sociedade burguesa era fundamentada moralmente em função da consciência interior, que não se responsabilizava pelos efeitos práticos provocados na realidade, mas pelo objetivo posto idealmente no futuro, a utopia.

Dessa forma, o recurso à guerra civil deixa de ser moralmente reprovável a depender de qual for a utopia a orientar tal prática. Assim ocorre uma transposição direta da moral sobre a política por meio dessa temporalização. Usando termos de Carl Schmitt, várias vezes citado e com enorme influência nesta obra koselleckiana, os conflitos, que antes poderiam ser mediados politicamente com o reconhecimento mútuo como inimigos justos (*justus hostis*), passam a aparecer como conflitos entre grupos sem nenhuma forma de negociação além da guerra de aniquilação (Schmitt, 2014).

Em obras posteriores, Koselleck muda o foco da política para o estudo de teoria da História e da história dos conceitos. Como um *outsider* dentro do campo historiográfico alemão, Koselleck segue um caminho crítico ao

historicismo alemão, encabeçado naquele momento por Friedrich Meinecke, e passa a refletir sobre o moderno conceito de História [Geschichte], a mudança na forma de se conceber a historiografia na modernidade e ao tempo histórico.

A inclusão de sua análise política em *Crítica e crise* se faz necessária para não perder de vista a historicidade desta noção de “tempo histórico” que muitas vezes é mal compreendida, como veremos adiante. Esta cisão entre moral e política e a consequente temporalização da política foi um dos pressupostos históricos para a autonomização desta noção de tempo histórico.

O outro importante pressuposto seria o conceito moderno de História (*Geschichte*) como um singular coletivo, que condensa em si todas as histórias singulares, e com caráter reflexivo, sendo fruto da convergência entre a realidade e a reflexão sobre esta realidade. Dessa forma, esta transformação, que era a princípio semântica, exprime a renúncia de uma instância extra-histórica, de forma que “a história, experimentada como nova, tinha de antemão o sentido de história universal” (Koselleck, 2006, p. 237).

Essa nova História moderna deixa de buscar na experiência progressiva os exemplos para orientar seu presente e passa a se orientar em função da utopia. Enquanto reflexão sobre a realidade, busca desvendar o “sentido” oculto da História, exigindo certo nível de abstração e de uma abordagem emprestada da poética para atribuir uma unidade épica aos eventos históricos.

Com isso, a História (*Geschichte*) se autonomiza, passa a ser pensada como dotada de sentido e capaz de mover a si mesma em um sentido cujo tempo não pode mais ser atrelado ao tempo natural (neste momento ainda entendido como o tempo da regularidade dos astros e a sequência natural de governantes e dinastias). “O estabelecimento de um tempo determinado exclusivamente pela história foi obra da filosofia da história de então, muito antes que o historicismo fizesse uso desse conhecimento” (Koselleck, 2006, p. 54-55).

Esta noção de um tempo propriamente histórico surge ligada a uma noção moderna de História [Geschichte], o que não implica que só tenha existido um “tempo histórico” na modernidade, daí a importância de não perder de vista a historicidade do conceito. Podemos dizer que a história da noção de “tempo histórico” é a história da temporalização da sociedade burguesa que permitiu a autonomização desta noção de “tempo histórico”.

Não por acaso, Koselleck não fornece uma definição fechada, cristalizada e a-histórica de “tempo histórico”, mas no prefácio da obra *Futuro Passado* aponta o seguinte: “a hipótese que se apresenta aqui é a de que, no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’” (Koselleck, 2006, p. 16). Esta é, portanto, uma definição que se constitui historicamente e exige alguns cuidados ao se aplicar a sociedades pré-modernas, visto que a ausência nelas de um conceito reflexivo de História faz com que a experiência do tempo não se apresente diretamente a seus agentes. Em outras palavras, sociedades pré-modernas podem experimentar o tempo de formas distintas, mas não necessariamente farão isto conscientemente ou atribuindo ao tempo um movimento próprio e dotado de sentido.

Em função disso, Koselleck passa a elaborar categorias antropológicas para analisar as diferentes formas de experiência do tempo sem que ela precise aparecer a seus agentes como uma experiência do tempo, ou seja, incluindo tanto os atos de elaboração racional como também as formas inconscientes de comportamento, que são transmitidos por gerações e instituições ao longo do tempo. Daí elabora as categorias “campo de experiência” e “horizonte de expectativa” como forma de avaliar diferentes experiências de tempos históricos por meio delas. Consequentemente, elabora sua conhecida tese de que a modernidade seria caracterizada pelo afastamento entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa, o que significaria uma aceleração do tempo histórico.

Por fim, a obra *Futuro Passado*, que é um compilado de artigos publicados nas décadas de 1960 e 1970, é centrada na crítica desta noção de tempo histórico único e começa a elaborar ferramentas capazes de analisar diferentes formas de experiência do tempo, fazendo com que o tempo histórico moderno não apareça como a única forma possível de tempo histórico. O tempo histórico passa a aparecer como uma determinada relação entre experiência e expectativa, sendo esta relação (que na modernidade aparece como tensão) uma forma de diferenciar as várias formas de experiência do tempo histórico.

Já em seus artigos publicados nas décadas de 1980 e 1990, compilados em *Estratos do tempo* (2014), Koselleck busca uma nova abordagem para fundamentar uma teoria da história capaz de lidar com a simultaneidade

de múltiplos tempos históricos. Para isso, recorre à metáfora espacial do tempo como composto de várias camadas, cada uma delas com seu ritmo próprio, tal como as camadas geológicas possuem um ritmo de sedimentação próprio. Por meio delas, passa a entender os eventos históricos como singulares em alguns aspectos e repetíveis em outros.

Um evento, nessa perspectiva, nunca é totalmente singular, pois só ocorre em função das estruturas de repetição que o compõem e se colocam como condições de possibilidade. Por outro lado, estas estruturas de repetição também estão sujeitas a transformação de acordo com a ocorrência de eventos. Esta abordagem permitiu aperfeiçoar as reflexões braudelianas que concebiam diferentes camadas de tempo, mas não conseguiam compreender as relações entre elas, de modo que permitiu entender como as transformações no nível dos eventos poderiam afetar a estrutura e vice-versa (Marques; da Silva Júnior, 2018, p. 59).

Se por um lado Koselleck havia formulado a crítica dos conceitos fundamentais das filosofias da história entendendo as temporalidades que os compunham, o passo seguinte seria estabelecer fundamentos para uma metafísica do tempo histórico a fim de analisar a historicidade desses tempos plurais. Com esse intuito, Koselleck elabora categorias antropológicas na forma de pares antitéticos: finitude (ser-para-a-morte)/poder-matar; amigo/inimigo; interior/exterior; senhor/servo; antes/depois. Essas categorias serviriam como base para compreender a historicidade das histórias possíveis e se enquadrariam em sua teoria da história como estratos mais profundos e quase imutáveis ao longo do tempo.

Hartog e o tempo histórico

O historiador francês François Hartog não elaborou uma nova definição de tempo histórico, mas tentou tomar as reflexões de Koselleck como ponto de partida para tentar compreender a experiência do tempo do final do século XX e início do século XXI. Situado em solo europeu, Hartog percebeu uma série de transformações na forma de articulação do tempo, que já não era como o tempo do progresso do Estado-nação descrito por Koselleck, mas algo distinto, mais marcado pelas políticas de memória, a patrimonialização, as comemorações articuladas com conceitos “destemporalizados”. Em suas obras *Regimes de historicidade* (2021) e *Crer em his-*

tória (2020), publicadas originalmente em 2003 e 2013, respectivamente, Hartog desenvolve as categorias de “regimes de historicidade” e “presentismo” para articular sua reflexão sobre estas novas experiências do tempo.

Ele define regime de historicidade como uma ferramenta heurística com a pretensão de apreender “não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro” (Hartog, 2021, p. 37). Esta ferramenta se constituiria como um tipo ideal weberiano que serviria para analisar a forma como determinadas sociedades se organizam em função de uma determinada articulação passado-presente-futuro, podendo esta ser pasadista, presentista ou futurista. Sua tese, apesar de reflexões interessantes sobre as políticas de memória, possui alguns aspectos problemáticos que são “solucionados” de formas diferentes por outros autores. Vejamos alguns deles, resumidamente.

Primeiramente, Hartog apresenta uma interpretação do que significa “tempo histórico” como sendo produzido “pela distância criada entre o campo da experiência, de um lado, e o horizonte da expectativa, do outro: ele é gerado pela tensão entre os dois lados” (Hartog, 2021, p. 39). O tempo histórico é entendido como uma tensão entre experiência e expectativa, aparecendo como uma noção cristalizada fora do tempo, criando problemas a serem resolvidos com categorias antropológicas.

Ao definir desta maneira, o tempo histórico só poderia existir ou ser concebido em caso de existir uma tensão entre experiência e expectativa. Por sua vez, isto implicaria que o tempo histórico teria sido “criado” na modernidade, desconsiderando o papel do conceito reflexivo de História (*Geschichte*) que o tornou concebível.

Em outras palavras, sociedades pré-modernas também se organizavam em função de relações entre experiência e expectativa, seja com noções de tempo circular ou derivado da escatologia cristã, entre outras. Porém, não eram concebidas como um tempo propriamente histórico, pois a História não era pensada a partir de um conceito reflexivo, portanto não aparecia diretamente aos agentes.

Isto, por sua vez, acaba por desconsiderar o motivo que levou Koselleck a elaborar categorias antropológicas: a impossibilidade de atribuir um tempo histórico a sociedades pré-modernas sem historicizar esta noção

de “tempo histórico”, senão apareceriam todas elas como sociedades sem tempo histórico e, em última instância, sem História.

No entanto, para historicizar esta noção, se faz necessário entender a relação desta noção de tempo histórico com a estrutura social na qual foi concebida. Esta relação não pode ser percebida se a noção de tempo histórico for definida de forma cristalizada fora do tempo, abstraída de seu contexto social. Não por acaso, ao se referir a esse período dito presentista (da década de 1970, sobretudo a partir da queda do muro de Berlim, até os dias atuais), Hartog chega a afirmar que “a produção do tempo histórico parece estar suspensa” (Hartog, 2021, p. 39), quando a questão seria entender quais transformações estruturais levaram a essa transformação na dinâmica do tempo histórico (não necessariamente concebendo-o como único, mas analisando a forma como um determinado tempo se torna predominante na sociedade).

Um segundo problema é apontado pela crítica de Chris Lorenz (2019), que se trata de uma ambiguidade na definição de “presentismo”, que aparece por vezes como uma temporalidade, mas, em outros momentos, como um período de tempo posto linearmente após a modernidade. As duas definições seriam contraditórias, pois enquanto o “presentismo” como temporalidade se sustenta na crítica do tempo linear, esta noção de tempo linear é necessária para dar sustentação ao “presentismo” como período de tempo, sendo que este último fornece conclusões que são pressupostos do primeiro.

Em seu trabalho, Lorenz mostra como esta ambiguidade impede a identificação de regimes de historicidade como entes a serem comparados nesta metodologia de Hartog. Por mais que Hartog afirme que sua categoria não pretende significar um período de tempo, isto está implícito no desenvolvimento de sua obra. Além disso, seu método comparativo entre o regime moderno de historicidade e o presentismo expõe as especificidades deste último à luz do primeiro, de modo que sua crítica ao presentismo aparece como uma nostalgia das filosofias da história moderna. Mais uma vez, este não era o objetivo de Hartog, mas, por razões de cunho metodológico, ele não conseguiu efetuar uma análise crítica sem recair nessa defesa implícita do “futurismo” moderno.

O terceiro e último problema nos levará à última parte deste texto. Em um artigo a respeito da categoria “atualismo”, formulada por Valdei

Lopes de Araujo e Mateus H. F. Pereira, Hélio Cardoso Jr. (2023) trata da diferença entre esta formulação dos historiadores brasileiros e a tese do “presentismo” de François Hartog apontando para um ponto importante que complementa a crítica de Lorenz: a falta de uma metafísica do tempo histórico na obra de Hartog esvazia a capacidade heurística de suas categorias.

Resumidamente, Cardoso expõe primeiramente os quatro domínios dos estudos temporais, sendo eles: Metafísica do tempo natural; Metafísica do tempo histórico; “regimes de historicidade”; “regimes historiográficos”. Neste caso, a “metafísica” é entendida como intrínseca ao questionamento sobre a natureza do tempo, de modo que a anterior é dada como condição de possibilidade da posterior. Por exemplo, a transformação do tempo natural no Antropoceno, com a iminência do fim do mundo ou da espécie humana, condiciona como pode ser concebido o tempo histórico. Este, por sua vez, é condição de possibilidade para a existência de regimes de historicidade, e assim por diante. Mesmo no caso de uma autonomia da razão do historiador que seja capaz de criticar o regime de historicidade em que está inserido, só é possível se ele estiver inserido em um regime de historicidade a fim de reconhecê-lo.

Segundo Cardoso, o trabalho de Koselleck se enquadra no campo da “Metafísica do tempo histórico” por elaborar categorias antropológicas (pares antitéticos) que poderiam servir como pressupostos para a análise de todas as histórias possíveis. Koselleck “interpreta a analítica existencial como um empreendimento antropológico – ele “antropologiza” o projeto ontológico de Heidegger e vê em seus conceitos uma via capaz de fundamentar uma antropologia histórica” (Carneiro, 2022, p. 149), de modo que sua antropologia histórica serve de fundamento para a análise das diferentes formas de experiência do tempo. Vejamos a conclusão de Cardoso quanto ao trabalho de Hartog:

Com efeito, ao rejeitar o estudo das estruturas formais do tempo histórico, Hartog coloca o tempo histórico e os regimes de historicidade no mesmo patamar a fim de evitar comprometimento com uma metafísica do tempo, bem como de demarcar o regime de historicidade como uma categoria heurística voltada a apreensão do tempo experienciado em suas variedades. Contudo, e esta é a principal lição a ser extraída do empreendimento teórico de Pereira & Araújo, quando se perde a dimensão me-

tafísica e abstrata, o presentismo perde seu balizamento conceitual e sua função heurística fica comprometida, incorrendo o perigo de tratar o regime de historicidade não como categoria heurística, mas como realidade histórica (Cardoso Jr., 2023, p. 140).

A ausência de uma metafísica do tempo histórico faz com que as categorias “regime de historicidade” e “presentismo” fiquem restritas ao contexto a partir do qual foram concebidas, perdendo assim sua função enquanto ferramenta heurística. Visando a prática historiográfica, isto implicaria dizer que tais categorias não poderiam ser utilizadas para analisar a realidade brasileira, por exemplo, pois a forma como foram concebidas levaria a pesquisa a “encontrar” exatamente o que estava sendo procurado previamente, dando apenas um viés de confirmação para os aportes teóricos sem que estes sirvam para entender esta realidade distinta.

Isto posto, vejamos agora como esse debate foi recebido no Brasil por Valdei Lopes e Mateus Pereira, que publicaram vários trabalhos em dupla nos últimos anos, e por Rodrigo Turin.

A recepção brasileira do debate a respeito do tempo histórico a partir de Koselleck e Hartog

Os historiadores Araújo e Pereira têm publicado uma quantidade considerável de artigos desde 2016 a respeito do que eles chamam de “atualismo”. As publicações tiveram início com o artigo “Reconfigurações do tempo histórico” (2016), em que esta categoria foi apresentada pela primeira vez. Depois publicaram o livro *Atualismo 1.0* (2019) com uma reflexão mais detalhada. Desde então, têm se dedicado a analisar alguns fenômenos da política brasileira, especialmente a ascensão da extrema-direita, representada pelo bolsonarismo, além de traçar comparações com a ascensão à presidência de Donald Trump nos EUA, como pode ser visto em coletâneas como *Almanaque da Covid-19* (2020a) e *Bolsonarismo* (2022), além de outros artigos publicados separadamente, tais como *Vozes sobre Bolsonaro* (2020b), entre outros. Não poderemos analisar toda esta produção neste texto, mas trataremos de um ponto bem específico que marca a principal diferença para a abordagem de Rodrigo Turin que será mostrada posteriormente: a adoção de uma metafísica do tempo histórico fundamentada nas estruturas ontológico-existenciais

heideggerianas. Com isso, pretendemos abordar resumidamente este ponto e mostrar suas principais implicações na análise concreta da política brasileira contemporânea.

Araújo e Pereira definem o atualismo como “essa historicidade hegemônica na qual o real se confunde com a atualidade experimentada como um presente vazio e autocentrado” (Araújo *et al.*, 2022, p. 5). Para analisar a contemporaneidade, os autores dialogam principalmente com as obras de François Hartog e Hans Ulrich Gumbrecht, tendo algumas concordâncias com a descrição de alguns fenômenos típicos da modernidade tardia, mas buscam fundamentá-las a partir das estruturas ontológico existenciais heideggerianas (por definição constituintes de todo e qualquer humano), naquilo que Heidegger entendia como a temporalidade da decadência.

Esta temporalidade seria correspondente ao arranjo temporal específico entre a dimensão temporal do futuro e a estrutura existencial da compreensão em sua forma imprópria/inautêntica. Resumidamente, o ser-aí [*Dasein*] tem sempre como ponto de partida a compreensão imprópria, em que é incapaz de compreender a historicidade do mundo e de si próprio. Isto não necessariamente é algo problemático, a vida cotidiana ocorre dessa forma.

Por outro lado, por meio de uma compreensão própria, a partir de uma abertura, torna-se possível decidir sobre possibilidades que se apresentam. Não se trata de entender a diferença entre próprio e impróprio como uma oposição entre positivo e negativo, pois ambas são constitutivas do ser humano (Araújo; Pereira, 2016, p. 281). Dessa forma, incapacidade de tomar decisões e ser forçado a se atualizar a um mundo que acelera e se atualiza em função de si seria a condição básica do atualismo. O aparente paradoxo entre a sensação de aceleração e paralisia da modernidade tardia, de um presente ao mesmo tempo cheio de novidades e vazio de eventos, seria explicado pela incapacidade destas novidades refazerem vínculos conjunturais, pois esta “atualidade” se atualiza (quase) exclusivamente em função de si mesma (Araújo; Pereira, 2019, p. 96).

Nesse contexto, o sujeito atualista já não se entende como acelerador ou desacelerador do processo histórico, ele já parece não esperar ter controle sobre o tempo histórico. Restam-lhe duas opções: estar atualizado (ao menos até a próxima atualização ser exigida) ou obsoleto, incapaz de se integrar nesta aceleração atualista (Pereira; Araújo, 2020b, p. 128).

Entre outras questões, os autores dão maior enfoque nas *fake news* e, mais especificamente, na forma como o valor de verdade de uma notícia neste contexto atualista é atribuído conforme sua atualização. Quanto mais atualizada, maior valor de verdade. No campo político, isso se reflete nas estratégias de comunicação de Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos EUA. Para além da análise que fazem, nos importa aqui ressaltar que esta categoria “atualismo”, alinhada com uma metafísica do tempo histórico de base heideggeriana, pode ser utilizada nos mais diversos contextos geográficos e temporais, sendo capaz de servir como ferramentas heurísticas para abordagens comparativas, permitindo colocar em perspectiva diferentes modelos de pensamento e formas de temporalização, especificando suas construções, lógicas de estruturação e seus usos (Detienne, 2004, p. 72).

Já Rodrigo Turin segue por um caminho diferente. Ao invés de abandonar o projeto de Hartog, busca aprofundá-lo refinando suas categorias e adaptando-as no diálogo com outros autores, tais como Hartmut Rosa e Jérôme Baschet para reelaborar a categoria de “regime de historicidade”. Além de fundamentos metodológicos com forte influência de Eduardo Viveiros de Castro, Bruno Latour e Dipesh Chakrabarty, entre outros. Em textos publicados desde 2019, tais como o livro *Tempos precários* (2019), *Presentismo, neoliberalismo e os fins da história* (2020), *País do futuro?* (2022), Turin analisa as experiências do tempo na contemporaneidade sem perder de vista a multiplicidade e a simultaneidade delas.

Assim, o faz rejeitando a definição de um período posto linearmente após a modernidade e buscando entender as relações entre os diversos regimes de temporalidade, com atenção para os arranjos em que determinados regimes de temporalidade impõem uma sincronização aos outros, tornando-se um regime de historicidade a partir de novos critérios (Turin, 2020, p. 248-249). Em outras palavras, Turin não pensa no presentismo como um período, mas apenas como uma forma de experiência do tempo que pode ser percebida em diversos âmbitos da sociedade contemporânea. Tais como o mercado financeiro, a patrimonialização e o trauma, por exemplo, mas esses “presentismos” obedecem a dinâmicas imanentes a cada um desses processos historicamente determinados.

Turin compreende as nuances da recepção que Hartog, mais alinhado com a antropologia francesa e menos familiarizado com o deba-

te epistemológico alemão, fez de Koselleck (Turin, 2016, p. 595-596). Em vez de adotar uma abordagem baseada em ontologia para buscar instrumentos heurísticos de análise, Turin escolhe aprofundar o aspecto historicamente determinado das ideias de Koselleck, situando suas ferramentas num contexto histórico que evoca os argumentos de Koselleck das décadas de 1960 e 1970, anteriores ao desenvolvimento de sua antropologia histórica. Dessa forma, Turin analisa as especificidades da semântica neoliberal, que apresenta seus conceitos “destemporalizados” de “eficiência”, “transparência” e “excelência”, percebendo nela uma imposição tecnocrática da racionalidade neoliberal. Diferentemente dos conceitos modernos, analisados por Koselleck, que traziam em seu cerne uma temporalização por meio da qual os grupos que compunham a sociedade podiam apresentar seus interesses particulares como se fossem universais, nos novos conceitos típicos do neoliberalismo percebe-se a quebra da ideia de continuidade e de processo em uma série de presentes, uma forma de adesão despolitizada calcada na suposta neutralidade técnica (Turin, 2020, p. 255).

Entre outros fatores também analisados por Turin, como o Antropoceno e sua conseqüente perda de evidência do futuro e as condições de possibilidade da pesquisa histórica sob o neoliberalismo, essa transformação imposta pela semântica neoliberal é refletida na reconfiguração das instituições em que esta nova rede semântica se insere (Turin, 2019, p. 19). Exprime esta nova forma de aceleração na contemporaneidade: “uma aceleração sem *telos*, sem expectativas, dentro da qual os nexos entre passado, presente e futuro tornam-se extremamente voláteis, quando existentes” (Turin, 2019, p. 27).

A alternativa a essa “(des)temporalização” alienante e patológica do neoliberalismo seria a politização do tempo. A politização do tempo, diferentemente da temporalização da política moderna, significa “entender que o tempo não pode ser descolado do seu caráter performático e que, desse modo, formas de experiências distintas requerem formas temporais distintas” (Turin, 2019, p. 47). Para garantir que estas formas temporais encontrem suas ancoragens sociais e institucionais, se faz necessário transformar o tempo em um tema central da política.

Conclusão

Por fim, ambas as abordagens de Rodrigo Turin e da dupla Valdei Lopes de Araújo e Mateus Pereira se encontram ainda em fase de construção, sendo refinadas com novos artigos a cada ano e utilizadas para analisar a política brasileira e as condições do fazer historiográfico na contemporaneidade. Como procuramos explicitar neste capítulo, suas principais diferenças estão na forma como pensam a Metafísica do Tempo Histórico e, conseqüentemente, na capacidade heurística de suas categorias formuladas. Enquanto a recepção de Araújo e Pereira se assemelha a antropologia histórica de Koselleck, elaborada nas décadas de 1980 e 1990, e rejeita a abordagem de Hartog, a recepção de Rodrigo Turin dá maior enfoque aos trabalhos de Koselleck dos anos 1960 e 1970, além de adaptar e aprofundar o projeto intelectual de Hartog.

Referências

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. 2. ed. Vitória: Editora Milfontes/Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

ARAÚJO, Valdei L. *et al.* **Bolsotrump**: realidades paralelas (2020-2022). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARDOSO JR., H. R. O “Atualismo” de Pereira & Araújo: Entre metafísica do tempo histórico e regime de historicidade. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 131-148, 2023.

CARNEIRO, G. Barroso Vertulli. A crítica de Reinhart Koselleck à primazia hermenêutica: um outro olhar sobre a controvérsia com Hans-Georg Gadamer. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 15, n. 40, p. 144-161, 2022.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Trad. Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

HARTOG, François. **Crer em história**. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Souza de Menezes *et al.* Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006.

LORENZ, Chris. Out of Time? Some critical reflections on François Hartog's Presentism. In: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (eds.). **Rethinking Historical Time**: new approaches to Presentism. London (Great Britain): Bloomsbury Academic, 2019.

MARQUESE, Rafael de Bivar; SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 28, p. 44-81, 2018.

OLSEN, Niklas. **Beyond utopianism and relativism**: History in the plural in the work of Reinhart Koselleck. 2009. Tese (Doutorado) – Curso de História e Civilização da European University Institute, Florence (EUI), 2009.

PEREIRA, Mateus; MARQUES, Mayra; ARAUJO, Valdei. **Almana-**

que da Covid-19. Vitória: Milfontes, 2020.

PEREIRA, M. H. de F.; ARAÚJO, V. L. de. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, p. 270-297, 2016.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Vozes sobre Bolsonaro. In: KLEN, Bruna *et al.* (eds.). **Do fake ao fato**. Vitória: Milfontes, 2020. p. 115-140.

SCHMITT, Carl. **O nomos da Terra no direito das gentes do *jus publicum europaeum***. Trad. Alexandre Guilherme Barroso de Matos Franco de Sá *et al.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2014.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399. 2017.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**. Londres: Cambridge University Press, 2001.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: Linguagens teóricas, historiografia e normatividade. **Topoi**, n. 33, p. 586-601, jul./dez. 2016.

TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 36, n. 105, p. 85-104, 2022.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: TURIN, Rodrigo; AVILA, Artur; NICOLAZZI, Fernando (Orgs.). **A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. Vitória: Milfontes, 2019a, p. 245-272.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal**. Dansk: Zazie Edições, 2019.

HAGIOGRAFIA EM PERSPECTIVA: A FONTE E O LITERÁRIO QUE RONDAM *A LEGENDA AUREA*

Ana Letícia Bacelar Costa¹

João Paulo Charrone²

Nascimento da hagiografia medieval

Durante a maior parte da Idade Média, a Igreja Cristã foi responsável por uma construção sociocultural que redigira quase que por completo a vida das pessoas, independentemente se elas eram ou não adeptas, de fato, do cristianismo. No que tange à historiografia, objeto de estudo da presente análise, seus escritos e obras denotariam em uma importante fonte histórica para os pesquisadores interessados nesse marco temporal.

Sobretudo por meio de uma categoria, intitulada de hagiografia, que se caracteriza pelas narrativas das vidas de santos, a preservação de suas memórias, feitos, sacrifícios ou quaisquer outras ações que poderiam ser vistas como modelos de comportamento e edificação moral. Dessa forma, “o discurso hagiográfico cumpre outro papel edificador: ao mesmo tempo que sustenta a crença no santo, também solidifica as morais e normas da religião” (Silva, 2015, p. 343); ou seja, tal recurso pode ser visto, para além de um simples escrito, como uma forma de “guia de edificação moral”.

Nesse contexto, uma importante questão a ser levantada é como esse tipo de obra dividiu a opinião das principais correntes que tinham como

1. Aluna do quarto período do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella.

2. Doutor em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

estudo a análise dos documentos históricos e seu papel na sociedade e no ramo da antropologia: avalia-se isso no século XIX, quando o Historicismo Alemão e a Escola Metódica Francesa, associados desde cedo ao Positivismo, recorrentemente reservavam certo desprezo aos discursos biográficos dos santos, acreditando que, por conterem passagens voltadas ao místico, tratavam-se de superstições que não poderiam, de forma alguma, extrair a verdade (Magalhães, 2009). Os Annales, por sua vez, consideravam a hagiografia uma fonte riquíssima para o estudo antropológico e social do medievo, argumentando, a partir dos atributos da *Nova História*, que tais documentos são de extrema importância para o meio acadêmico, aqui sintetizado pelo autor:

Seja hagiografia medieval ou moderna, o importante é entender que esse documento religioso pode suscitar uma rica análise do grupo que a produziu e de sua forma de escrita. A forma dos historiadores pensarem as hagiografias está ligada ao entendimento da impossibilidade da suposta neutralidade das fontes. Antes dessa questão limiar as pesquisas da disciplina história, as hagiografias eram vistas como documentos ideologicamente produzidos e que nada podiam trazer de relevante ao historiador. Entretanto, em meados do século XX as hagiografias começam a ser observadas sob outro ângulo, sob uma ótica que ampliava os documentos para a história; os documentos religiosos, por exemplo, poderiam ser analisados em sua conjuntura de produção e não somente em seu conteúdo (Silva, 2015, p. 341).

Nesse sentido, pode-se observar o seguinte: a hagiografia, enquanto fonte histórica, se tornou uma incógnita para muitos historiadores durante seu estudo, haja vista seu valor tanto documental quanto ficcional. Tal consideração pode ser percebida quando indicamos, para efeito de análise, as principais características que confluem os escritos hagiográficos e como eles eram vistos e definidos na sociedade medieval, como será visto a seguir.

A hagiografia e suas nuances

Nota-se que o domínio que a Igreja exercia na sociedade medieval europeia era tratado como muito além de apenas englobar os princípios dogmáticos. Esse domínio também se assentava na presença tanto na mente dos fiéis medievais, quanto posteriormente na dos principais historiadores

da Idade Moderna ao tentarem traduzir suas opiniões e consideração em cima dos escritos religiosos deixados no passado e a maneira como eles revelam a mentalidade do espaço temporal estudado, tal qual nas linhas historiográficas vistas no tópico anterior.

Nesse viés, é interessante observar como as hagiografias podem ser vistas como fontes históricas, ao mesmo tempo, em que se compreende seu caráter fantasioso. Em outras palavras, os *topói* em que se articulam tais biografias, compreendidos em certas fases, como o abandono da vida mundana, a situação de ascensão ao episcopado, em geral, de recusa, e até mesmo o exílio (Magalhães, 2009), se assemelham um tanto quanto com o conceito do Arco do Herói. Esse conceito foi criado pelo mitologista Joseph Campbell, faz alusão a um tipo de jornada cíclica que o protagonista realiza, presente na maioria dos mitos e histórias (Campbell, 2007).

O místico e os milagres exercidos por essas pessoas, ditas como santas, algo que tendenciosamente afastava os historiadores positivistas, são o que moldam a essência destes escritos e configuram como um dos principais fatores que cooperava para a solidificação da crença cristã, haja visto que, em uma época em que as heresias abalavam as estruturas, seriam esses milagres vistos como a prova tangível de que o espírito de Deus iria estar sempre com a Igreja (Vauchez, 1995).

Seguindo essa linha, os discursos hagiográficos podiam conter os mais diversos atos de bravura e sacrifício, sempre tendo como protagonista o santo que buscava atender às vontades de Deus a todo custo. Nessa temática, pode-se, então, observar uma partilha que margeia essas histórias, dividindo-as entre as biografias dos santos confessores (ou virtuosos) e as dos santos mártires:

Os primeiros se caracterizam por proclamarem sua fé por meio de palavras e atos, em outras palavras, pela escolha de um modo de vida santificado, sendo tal comportamento “expresso na evangelização, em elaborações doutrinárias ou na criação de regras de conduta para ordens monásticas (o que se tornou comum a partir da consolidação da forma de vida monástica na cristandade)” (Magalhães, 2009, p. 211).

Enquanto isso, os segundos, os mártires, são identificados como aqueles que estariam prontos para, a qualquer momento, dar a vida em nome da causa cristã, vivendo sempre com o propósito de se sacrificar pelo que defende e acredita. Destarte, esse tipo de análise é essencial nos

estudos hagiográficos, pois é capaz de, por meio de pesquisas e outras fontes históricas ligadas à temática, explicar conflitos existentes em épocas e espaços predeterminados. Como explica o autor seguindo as considerações de Michel de Certeau, historiador e intelectual jesuíta do século XX:

Essa análise dos processos que levaram a produção da hagiografia é uma das formas de análise dessa fonte. O pesquisador pode também centrar sua análise no texto apresentado pela fonte. [...] Certeau demonstra alguns exemplos de como essas duas perspectivas de análise podem dialogar, ou seja, como as motivações externas e as fontes podem influenciar na sua escrita. O autor apresenta dois modelos distintos de santo, o mártir e o virtuoso, onde nota a relação entre a posição social do catolicismo e a incidência desses modelos. O modelo de hagiografia de mártires é mais comum em períodos de perseguição à religião, onde o modelo de vida exemplar é o de doação total pela fé, enquanto o modelo hagiográfico de um santo virtuoso é mais comum onde a religião é bem aceita; diferente do mártir, o santo virtuoso não possui o centro de sua santidade na forma como morreu, suas virtudes e milagres sendo os mais importantes de se ressaltar no texto (Silva, 2015, p. 346).

Por conseguinte, compreende-se o quanto que tais personagens nos escritos hagiográficos apresentam características próprias e que, quando se analisa em conjunto, podem ser divididas nesses dois casos. Nesse contexto, um exemplo de obra que demonstra esse tipo de repartição é a *Legenda Aurea*, organizada por Varazze e que será explicada com maior profundidade a partir de agora.

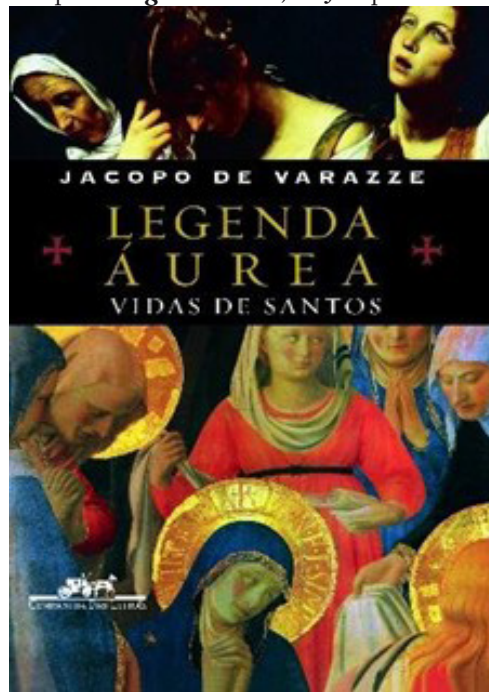
Jacopo de Varazze e a *Legenda Aurea*

A *Legenda Aurea* é considerada, por parte dos estudiosos do período, como uma das fontes históricas mais intrigantes do período medieval. Trata-se de um compilado de diversas narrativas hagiográficas de confessores e mártires, sendo válido destacar que, notoriamente, a figura dos últimos é a tipologia mais registrada na obra de Jacopo de Varazze, contemplando cerca de dois terços dos santos avaliados como mártires.

Nela, alguns detalhes chamam a atenção da historiadora Carolina Coelho Fortes, entre eles a data de redação (estimada entre 1260 e 1267); as edições disponíveis na época que, embora inicialmente transmitidas

apenas em latim, ganharam novas traduções em espanhol, italiano, inglês e, em 2003, a primeira versão brasileira (Varazze, 2003). Como pode ser visto na imagem abaixo; a autoria, haja visto que “o cerne da questão está na impossibilidade de ter certeza de que foi o próprio Jacopo, e não alguma fonte intermediária, que deu uma nova direção à versão original de alguma legenda.” (Fortes, 2014, p. 33); o público-alvo atingido de maneira mais direta (clérigos) e o público secundário e geral (sociedade leiga); entre diversos outros fatores que tornam este texto medieval tão interessante.

Figura 1 – Capa de *Legenda Aurea*, de Jacopo de Varazze (2003)



Fonte: Os autores.

Nesse ínterim, torna-se mister compreender como o escrito em questão, ao se propor reunir mais de 100 capítulos voltados individualmente para as biografias dos mais variados santos, privilegia sobretudo temáticas voltadas para o martírio, a boa ação do clero, a renúncia da vida mundana e, de maneira geral, a santidade e todas as suas singularidades.

Essa gama temática reflete a prática da doutrina e dos mandamentos da Igreja na Idade Média e como, por meio da historiografia, ela conse-

guiu exercer poder na sociedade e predizer suas condutas, gostos e até pensamentos, tornando-se uma instituição com tanto poder sociocultural que consegue influenciar as ações dos fiéis tanto antigamente, quanto nos dias de hoje. Assim:

Essa compilação, da qual subsistem ainda hoje mais de mil manuscritos latinos e que foi traduzida no século XIV para todas as línguas vernáculas da cristandade, teria um extraordinário sucesso até a época moderna. Os textos que ela difundia inspiraram os artistas em suas representações dos principais episódios da vida dos santos, assim como seus milagres. A nova hagiografia não excluía o recurso ao maravilhoso. Mas, como bom pedagogo e conhecedor da mentalidade dos leigos, Tiago de Voragine [Jacopo de Varazze] privilegiou, na existência de seus heróis, os relatos exemplares e os aspectos biográficos mais capazes de impressionar os leitores. O sucesso foi notável e a *Legenda Aurea* se tornou, no século XIV, o livro de cabeceira dos leigos devotos (Vauchez, 1995, p. 165).

Sob esse viés, denota-se que a supracitada obra é uma importante fonte histórica por agregar informações cruciais para o pleno entendimento da mentalidade medieval da época. Dessa maneira, surge uma questão: como que essas pessoas assimilavam não apenas essas histórias, mas todo o aparato político-religioso por trás disso? É o que será debatido no próximo tópico com mais atenção.

Posicionamento dos fiéis em relação a isso

Tamanha idealização direcionada à vida dos santos, sobretudo quando se tem em mãos a *Legenda Aurea*, pode ser compreendida como uma estratégia de dominação da Igreja a partir de uma maneira singela: as variadas histórias de heróis e, por vezes, heroínas, ainda que, geralmente, com um viés voltado para a supervalorização da virgindade e com diversas menções à “inferioridade” do sexo feminino, como será maior aprofundado posteriormente.

Essas “biografias” presentes na *Legenda Aurea* são apresentadas por meio de narrativas que induzem seu público-alvo, em geral, clérigos e leigos que tivessem acesso a sermões dirigidos pelos frades pregadores da obra supracitada, a seguirem os passos daqueles que seriam considerados “modelos universais” pela Igreja, seja por suas virtudes consideradas hon-

ráveis e miraculosas, o abandono da vida pecaminosa para a de adoração a Cristo ou, como descrito anteriormente, para servir de mártir pela causa. Nesse sentido:

Jacopo privilegiou sobremaneira os milagres não porque quisesse ceder ao gosto popular, mas por ser o conhecimento sobre eles o melhor caminho para persuadir seus ouvinte e leitores a dar as costas para os hereges e, especialmente, os líderes seculares que competiam com a Igreja por sua lealdade. Nesse contexto, a força emocional das lendas é clara. Aqueles que apoiam os herdeiros dos santos são convidados a se regozijar, pois estão do lado que Deus favorece; aquele que se unem à oposição, tremam com a vingança que o aguarda (Fortes, 2014, p. 43).

Entretanto, vale mencionar que, apesar desta posição, alguns estudiosos propõem um novo ponto de vista no qual a Igreja, ainda que buscasse lançar para a sociedade a figura dos santos como seres imitáveis, nem sempre tal idealização era atingida. Principalmente quando se tratava do modelo de santidade do mártir, vinculada a um cotidiano centrado na busca pela morte e sacrifício. É o que diz a historiadora Brigitte Cazelles: “ela explica que o homem comum prefere delegar aos santos a responsabilidade pela relação com o divino, desligando-se os leigos assim de qualquer sacrifício que possa levá-los ao caminho árduo da conversão, e permanecendo na esfera do profano” (Fortes, 2014, p. 37).

Dessa forma, Cazelles afirma que esse grupo de pessoas que teriam um contato maior com a *Legenda Aurea* e os demais escritos dos santos por meio de traduções (a maioria da população não tinha um conhecimento muito forte em latim, ao contrário: boa parte não era sequer letrada) e sermões, buscariam privilegiar o benefício da proteção de Deus, acreditando que a santidade estava voltada apenas para veneração, ou se inclinariam para a alternativa de aspirarem se tornar santos confessores.

Destarte, independentemente se os fiéis iriam ou não buscar se assemelhar ao máximo com esses santos, sejam eles confessores ou mártires, é inegável o poder que a Igreja, em companhia das hagiografias, conseguia articular para tornar o cristianismo uma religião cada vez mais ampla e conhecida na Idade Média. A somar, o “molde” que tal instituição divulgava era, na maioria das vezes, completamente acatado pela sociedade, com algumas exceções no caso dos mártires; desse modo, os discursos ha-

geográficos ajudam a performar não apenas os escritos e as pregações da época, mas principalmente a mentalidade de seu público-alvo.

Hagiografia e seu uso no estudo do passado

Quando visto a partir do panorama geral, percebe-se a importância dessas fontes, que implicam muito além do sentido puramente religioso. Dito de outra forma, são textos que refletem um determinado contexto histórico e, talvez com mais força, as mentalidades e imaginários, passageiros ou consolidados, que margeiam e integram a sociedade.

Nesse viés, o professor universitário José D'Assunção Barros nos apresenta uma explicação para o que ele chama de História Comparada. Segundo esse autor, trata-se de uma modalidade entrelaçada com a História Global e que, por meio do rompimento com o ponto de vista etnocêntrico, supera os limites nacionalistas europeus e propõe uma avaliação mais subjetiva, descentralizada e decolonial:

A perspectiva da história global é apreender os múltiplos pontos de vista, e depois interconectá-los, mas sem submetê-los a uma lógica única, tal como ocorre com uma das perspectivas da história tradicional. Em uma palavra, trata-se de construir uma história sem um centro único. [...] A perspectiva dos novos historiadores que têm contribuído para a constituição do novo campo da história global implica na necessidade de atentar não apenas para a História Comparada, mas também para o que poderíamos entender como uma historiografia comparada (Barros, 2019, p. 5-6).

Percebe-se que essa definição se encaixa nesta pesquisa ao estar diretamente ligada com o conceito de História Interconectada, intitulada desta forma por deixar intrínseco diversos parâmetros sociais em uma mesma abordagem. Dessa forma, “a história cruzada relaciona, geralmente em escala nacional, formações sociais, culturais e políticas, partindo da suposição que elas mantêm relação entre si” (Barros, 2019, p. 19), tornando-se fundamental compreender esta relação quando se propõe estudar estas fontes históricas que, apesar de estarem imersas na fantasia, traduzem quase que “sem querer” a modalidade social daquele período e, por extensão, o vigente.

Isso posto, torna-se imprescindível arquitetar a ideia de que, sendo impossível separar seu fator gênero literário do de fonte histórica, estamos

diante de um documento, a hagiografia, que se trata de um objeto de pesquisa bastante complexo, à medida que engloba diversas dimensões e contribuições para a História.

Nesse sentido, é constatado que, pensando na ciência histórica e na vida prática dos indivíduos medievais, a natureza humana se fundamenta como objeto de estudo dos historiadores e se torna, posteriormente, temática de interesse da sociedade que, por vez, busca responder a interesses comuns do próprio ser humano, desenvolvendo tais fontes cada vez mais (Hecko, 2017).

Em suma, os discursos hagiográficos são fontes históricas de caráter instigante. Seu público, objetivos, inclinações, embasamentos e os demais fatores listados nesta pesquisa demonstram este posicionamento, sendo o conjunto de todos esses fatores o que torna estes documentos tão ricos de informação. O seu papel como edificador de conhecimento contribui para a formação de um capital cultural rico no que diz respeito à religião, aos costumes, à sociedade e, no caso do presente trabalho, em como as mulheres eram percebidas no que tange a santificação.

Com base nisso, não é exagero dizer que seus desdobramentos com o passar dos séculos trouxeram inúmeras descobertas para os historiadores, bem como seus escritos contribuíram (e irão contribuir cada vez mais) para uma melhor compreensão não apenas do passado, mas dos alicerces que moldam o presente e futuro.

Referências

BARROS, José D.'Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. **Secuencia**, n. 103, 2019.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 11. Ed. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2007.

FORTES, Carolina Coelho. **A legenda aurea**: datação, edições, destinatários e modelo de santidade. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). **História e historiografia sobre a hagiografia medieval**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

FORTES, Carolina Coelho. Estudos de gênero, história e a idade média: relações e possibilidades. **SIGNUM-Revista da ABREM**, v. 20, n. 1, p. 7-21, 2020.

HECKO, Leandro. As antiguidades e usos do passado. **Anais do VII Congresso Internacional de História/XXII Semana de História**, 2017, p. 2063-2069.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. A hagiografia como fonte para a antropologia: aspectos da vida de São Desidério de Sisebuto. In: OLIVEIRA, Teresinha (Org.). **Educação, história e filosofia no Ocidente: antiguidade e medievo**. Itajaí: Univali Editora, 2009.

SILVA, Dirceu Rodrigues da. As hagiografias como fontes históricas: uma leitura de Michel de Certeau. **Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR**, Juiz de Fora, p. 339-348, 2015.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda áurea: vidas de santos**. Trad. Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na idade média ocidental (séculos VII a XII)**. Tradução: Lucy Magalhães. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1995.

O BISPO DE ROMA NA ALTA IDADE MÉDIA: A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE *PRINCIPATUS* E A DE *APOSTOLICA SEDES*

*João Paulo Charrone*¹

O Primado de Roma

Não há nenhum vestígio, segundo G. Barraclough (1979, p. 13-14), de que os primeiros agrupamentos cristãos de Roma fossem dirigidos por um bispo. O que não é estranho, pois as primeiras igrejas não passavam de pequenas comunidades unidas pela fé e amor fraterno, não necessitando de um “dirigente monárquico”. Cada congregação compreendia, é certo, “anciãos” e “chefes”. No campo religioso, os membros do grupo se denominavam, indiferentemente, bispos ou padres. Foi somente a partir da segunda metade do século II que foram determinados e reconhecidos os níveis de hierarquia, e que os bispos foram nomeados grupos dirigentes das suas Igrejas. Roma não teve função predominante nesse processo; o movimento iniciou-se no Oriente e só foi seguido por Roma no começo do século III.

Nos séculos iniciais, a Igreja – formada por um conjunto de pequenos agrupamentos – sofria com uma série de fatores que ameaçavam a unidade: a existência de seitas menores, a fraqueza da organização da Igreja primitiva, a ausência de cânones reconhecidos, dentre outros. Para tentar robustecer a organização e inibir o avanço ideológico das heresias, elabora-se o ofício episcopal. A partir do século III, sínodos congregam bispos de idades próximas, que atuando como grupo dirigente, deveriam definir

1. Doutor em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

a doutrina e combater as heresias, ou seja, torna-o então o defensor da ortodoxia – *Ubi episcopus, ibi ecclesia*. Assim, originaram-se as províncias eclesiásticas, conduzidas pelos metropolitans, tendo como arquétipo a organização provincial do Império.

Todavia, durante o século II, perdura mais uma dificuldade: como comprovar que o montanismo e as demais seitas não interpretavam perfeitamente a melhor tradição cristã? Ribeiro (1995, p. 49-50) aponta-nos como alguns dos principais nomes da Igreja tentaram resolver essa questão. Segundo esse autor, Santo Irineu procurou solucionar o problema afirmando que os bispos são os legatários da autoridade dos apóstolos. Tertuliano, por sua vez, resgata pouco tempo depois a ideia da descendência apostólica: apenas as Igrejas constituídas pelos apóstolos são as representantes da verdadeira fé. Por fim, São Cipriano, em meados do século III, aprimora a tese do *Primatus Petri*. Dialogando com a doutrina elaborada por Santo Irineu, ele defende a identidade de doutrina e de autoridade entre os bispos e apóstolos, e insiste na unidade da Igreja.

Vale lembrar que, no início, a concepção ideológica de descendência apostólica, sustentáculo da autoridade pontifical, não se ligava unicamente com Roma. As outras Igrejas invocavam o mesmo princípio. Entretanto, o íntimo vínculo entre a igreja romana e o apóstolo Pedro outorgou-lhe grande autoridade hegemônica – Roma era o ponto de peregrinações, onde se acreditava que jaziam sepultados Pedro e Paulo.

No entanto, é significativo notar que Pedro não aparece como o primeiro bispo de Roma nas primeiras listas, escritas entre os anos 160 e 185. Será apenas a partir do papa Calisto I (217-222) que se arraigará a prática de assinalar o “príncipe dos Apóstolos” como o primário bispo de Roma. E mais: foram necessárias mais duas ou três décadas para tomar forma a tradição ideológica segundo a qual, pouco antes de sua morte, Pedro “pôs suas mãos” sobre Clemente – que constava nas primeiras listas como o terceiro bispo romano, após Lino e Anacleto –, nomeando-o como “bispo dos romanos” e confiando-lhe a “cátedra da palavra” (Barracough, 1979, p. 14).

É indispensável lembrar que nos primeiros séculos do cristianismo é incorreto associar o bispo de Roma a função de líder universal do cristianismo. Até porque *papa* era um título habitualmente empregado, entre os séculos III ao V, para designar todo bispo. Tal afirmativa encontra-se nas inúmeras correspondências de Santo Agostinho (354-530), São

Jerônimo (347-419), Sidônio Apolinário (431-487) e Fausto de Riez (±400-±490).

Ambrogio Donini (1988, p. 162), entretanto, afirma que o gradual crescimento do poder hegemônico do bispo romano está ligado, “em primeiro lugar, ao prestígio de que gozava a antiga capital do Império e só secundariamente à reivindicação de Roma como Sé Apostólica e à memória de Pedro e Paulo”. É evidente que não se pode esquecer que Roma era a capital do Império e a cidade mais importante do mundo romano. A importância dessa urbe, por si só, certamente atribuía ao seu bispo posição relevante. Mas, por outro lado, também não se deve desconsiderar o aumento do prestígio de Constantinopla, herdeira e novo núcleo da ordem pública após o esfacelamento do Império Ocidental. Independentemente da ordem dos fatores, religiosos ou políticos, não é exagerado afirmar que a posição hegemônica do papa, até princípios do século VI, era ainda relativamente modesta.

Até porque, nos primeiros séculos, a própria realidade da Igreja – fragmentada em verdadeiras federações, cada uma delas organizada em pequenas comunidades autárquicas – constituía-se como entrave à desejada primazia da Sé Romana. Ou seja, o princípio ideológico do primado da Santa Sé estava em fase de formulação e, por extensão, a autoridade do bispo de Roma, como posto universal dirigente, ainda não era reconhecida integralmente.

O quadro composto pelas federações de Igrejas episcopais levanta uma questão: qual poderia ser a função da Igreja de Roma? Dito de outra maneira: qual era o papel do papa? Antes de responder essa questão, achamos válido inserir aqui uma discussão conceitual sobre *papatus* e *primatus*, noções que se completam, mas que são distintas. A definição do segundo termo tem enorme valor para o entendimento tanto dos fundamentos do papado como de seu desenvolvimento.

Assiste-se, nos três primeiros séculos do nascimento de Cristo, à afirmação de dois predicados ideológicos do papado: *sollicitudo* e *potestas*. O primeiro designa as obrigações do pastor. Termo utilizado por Siríco, ao fazer referência à II Carta de Paulo aos Coríntios (II Cor, 11, 28): “[...] *sollicitudo omnium ecclesiarum*”. Aparece também em Bonifácio (*Ep.* 15, 1. PL 20, 779) e em Celestino (*Ep.* 18, 1; 22, 6. PL 50, 505 e 541). Mas será com Leão I que se sublinha essa noção. Vale lembrar que os demais

bispos também cumprem sua *sollicitudo*, porém a do papa desdobra-se sobre toda a Igreja. *Potestas*, por sua vez, atribui o poder, o direito de julgar. Segundo Gaudemet (1958, p. 414-15), algumas vezes *potestas* aparece ao lado de *auctoritas*, o que dificulta conferir a cada uma dessas palavras definições próprias, tanto que Ribeiro (1995, p. 49) afirma que os dois vocábulos eram utilizados por Leão I quando esse papa referenciava a noção de primado.

Defensora da unidade, a Igreja romana aspirava ser a principal, a primogênita. Porém, como afirmar tal primogenitura, se há igrejas fundadas antes dela? O problema é irresolúvel, a menos que se aceite ser a Igreja Romana a Igreja de Pedro. Ademais, a ancestralidade da Sé de Roma não é oriunda apenas do fato de o Príncipe dos Apóstolos ser considerado seu primeiro bispo. Mas, de acordo com a explicação católica, Roma tem precedência particular, em virtude de que Cristo a fundou e a entregou a Pedro. Dessa forma, a Igreja romana, em sua fase inicial, buscou praticar uma *sollicitudo* e uma *potestas* sobre as outras Igrejas, apoiando-se hegemonicamente na sua apostolicidade eminente e no princípio ideológico de que, criada por Cristo na pessoa de Pedro, as demais devem estar em comunhão com ela.

Na terminologia empregada para definir seu papel, o papado recorreu a uma nomenclatura influenciada pelo direito público romano (Gaudemet, 1958, p. 412-13). Esse papel, de primeiro – daí *primatus* –, aproxima-se de *principatus* (Ullmann, 1971, p. 41). O primado papal derivou, portanto, da aceitação do conceito de *principatus*, vocábulo que assinala um poder que, na sua ordem, é supremo. Dessa maneira, a legitimidade do imperador, como classe dirigente, é um *principatus*. Por conseguinte, a supremacia episcopal também é uma forma de *principatus*. Tal termo inseriu-se na linguagem ideológica pontifical no século V para expressar tanto a ideia do primado de São Pedro como a imperiosidade atrelada à autoridade da Sé Romana. No campo religioso, a *plenitudo potestatis* papal se ancora hegemonicamente na identificação e no consenso ideológico dos poderes petrino-papais com os de Cristo (Ribeiro, 1995, p. 49-50).

Assim, a hegemonia pontifical procede da disposição testamentária de São Pedro, nítida e categoricamente apregoada na *Epistola Clementis* (Metzger, 1987, p. 42-43). Walter Ullmann (1971) caracteriza a supremacia papal como *descendente*, em outras palavras, teocrática, absoluta.

Portanto, a forma mais expressiva da hegemonia papal na Idade Média sintetiza-se no princípio de *auctoritas*, conceito que muitos autores apontam como a substância principal do *principatus*. Vemos confundirem-se aí, claramente, o *status apostolicus* do papa e seu marcante poder monárquico.

Ressalta-se ainda que o atributo capital da *auctoritas* (romana ou papal) baseia-se na sua indivisibilidade. Nesse sentido, a forma era romana; a matéria era bíblica. Desvincular o direito da história medieval, argumenta o referido autor inglês, implica desconhecimento de um dos fundamentais princípios do medievo.

Dessa forma, o conceito de hegemonia de Gramsci (2007) dilata a área atribuída à recomposição política, tornando a hegemonia algo além da aliança de classes, pois afirma o imperativo de uma direção intelectual e moral que faça com que as camadas sociais se afastem de uma atitude classista e se atrelarem aos interesses de outros grupos, no caso em questão o clerical. Essa liderança intelectual e moral implica no compartilhamento de ponto de vista e preceitos por diversos grupos sociais e é o alicerce da constituição de uma “vontade coletiva” que, por meio da ideologia, passa a ser a argamassa orgânica unificadora do conjunto social.

Segundo Ribeiro (1995), a expressão ideológica *principatus* começou a aparecer com maior frequência, especialmente na correspondência papal, a partir de Bonifácio I (418-422). Era empregada para assinalar a primazia de Pedro entre os apóstolos e, por conseguinte, a posição hegemônica do Sumo Pontífice, como seu sucessor, entre os demais prelados. Na mesma esteira, o papa Leão I (440-461) edificou estreita associação entre o *principatus* de Pedro e a soberania da Igreja (*Ep.* 9. PL 54, 625). Destarte, *principatus* tem duplo significado: o primeiro assinala a primazia de Pedro entre os apóstolos; o segundo designa a supremacia do bispo de Roma, seu sucessor, entre os bispos.

Por isso, ao procurar atribuir a precedência à *Cathedra Petri*, tanto Calisto (217-222) como Estevão I (254-257) amparam-se em Pedro, cujo posto ocupavam por sucessão autêntica, com base na expressão “*Tu es Petrus...*” (Ribeiro, 1995, p. 50). Assim, a categoria de *Ecclesia principalis*, ou seja, a mais antiga, a primogênita, está conectada à pessoa de Pedro. É nessa alegação que se institui a *Cathedra Petri*, que sustenta a tradição. Essa torna, ideologicamente, Roma como a Igreja *princeps*, a matriz do

episcopado, conforme a afirmação de que foi criada por Cristo na pessoa do Príncipe dos Apóstolos.

Nota-se, portanto, que o *Principatus* de Pedro e a descendência apostólica constituem motes ideológicos proeminentes para a explicação católica da primazia de Roma. Sobre esse aspecto, dois trechos bíblicos são especialmente chamados à baila para fundamentar a tese do primado de Pedro. O primeiro é o de Mateus (Mt, 16, 18): “*Tu es Petrus et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam*”. O segundo é o de João (Jo 21, 15-17): “*Pasce agnos meos... pasce agnos meos... Pasce oves meas*”. Como vimos, o princípio de que Pedro figura-se como vigário de Cristo domina os dois versículos (Ribeiro, 1995, p. 51).

Outrossim, o conceito de *primatus* apresentará uma acepção ideológica mais clara com Leão I. Uma vez que esse papa, para além de definir suas duas características principais – *sollicitudo* e *potestas* –, também será aquele que sugeriu que a primazia é a perpetuidade, na figura do bispo de Roma, das prerrogativas confiadas a Pedro sobre os demais apóstolos.

É evidente que a evolução ideológica de primado passou por várias fases, das quais procuraremos aqui ressaltar apenas as ocasiões que julgamos serem mais expressivas. É adequado notar que o primado não é ainda matéria de conteúdo dogmático ou de exposições doutrinárias. Afirmou-se, desse modo, no desenrolar dos eventos e foi o caminho superestrutural pelo qual os pontífices divulgavam sua missão.

A primeira amostra da força papal deu-se no século III, quando Calisto I (217-222), a propósito da doutrina sobre a penitência, procurou conferir sua posição de dirigente como legatário de São Pedro. Posteriormente, Estevão I (254-257) reivindicou a primazia da *Cathedra Petri* (Ribeiro, 1995, p. 51). Porém, será com Dâmaso I (366-384) que tal princípio hegemônico terá um grande impulso. Os pesquisadores do papado enfatizam a valor desse pontífice na elaboração teórica do primado da Sé Romana.

Dâmaso esforçou-se para consolidar o alvedrio da Igreja de Roma, até mesmo diante do Oriente. Criada pelo papa, a expressão ideológica *apostolica sedes* aplica-se pela primeira vez a Roma (Batiffol apud Ribeiro, 1995, p. 52). O princípio afastava, naturalmente, as outras igrejas apostólicas, já que Roma se autoatribuía a suma supremacia sobre as demais.

Tal assertiva era o revide de Dâmaso às aspirações da Igreja oriental expressas no cânon três do Concílio de Constantinopla (381), que aferia

ao bispo desta cidade lugar semelhante ao do bispo romano, haja vista que Constantinopla havia se tornado a “nova Roma”. Tal assembleia episcopal foi reunida, por razões políticas, pelo imperador Teodósio. A ela apresentaram-se somente os bispos orientais. Como já vimos inúmeras vezes aqui, a constituição de um poder hegemônico envolve lutas intestinas e constantes no sentido de afirmar seu ponto de vista, primordialmente através do consenso, sobre os demais grupos sociDâmaso, por sua vez, organizou um sínodo romano, realizado no ano seguinte ao supracitado concílio oriental. Nele, o papa afirmou que a Igreja romana não foi constituída por decreto de qualquer sínodo; sua primazia deriva dos poderes atribuídos por Cristo a Pedro e Paulo, enquanto à Constantinopla falta autoridade para reclamar origem apostólica. O papa, ao utilizar o versículo de Mateus (16,18), fornecia apoio teológico à questão do primado. Porém, vale salientar que este prelado não se restringiu apenas a ações de cunho teórico, pois, com uma política hábil e firme, conseguiu aproveitar a assistência imperial. Proclamou que a validade dos concílios estava sujeita à concordância de Roma. Nem mesmo o forte caráter de Santo Ambrósio, que em Milão “coloca o imperador entre os penitentes” (Brown, 1990, p. 267), ofuscou as ações do contemporâneo bispo de Roma.

A atitude do Sumo Pontífice objetivava reprimir as pretensões de Constantinopla, que naquele momento gozava de posição elevada entre as sés orientais. Assim, sob a ótica do papa, tal igreja tornar-se-ia, em um futuro próximo, uma verdadeira ameaça à posição hegemônica de Roma. Para Dvornik (apud Ribeiro, 1995, p. 52), o cânone três foi proposto basicamente para limitar a autoridade do prelado de Alexandria e regular os interesses da Igreja do Oriente.

Os traços abertos e incompletos da formação social é condição de toda prática hegemônica e, por conseguinte, nenhum fundamento hegemônico obtém a totalidade do social, pois, nesse caso, causaria uma nova sutura e a própria concepção de hegemonia se autoeliminaria. Nesse sentido, a indecibilidade estrutural é condição de possibilidade da hegemonia. Sem indecibilidade e as eventualidades, não é possível imaginar as rearticulações hegemônicas contingentes e a política como atividade autônoma. Por fim, temos de considerar que a indecibilidade não impossibilita a tomada de decisão, mas aponta para a ausência de uma lei imanente ou necessidade lógica (Alves, 2010, p. 88).

Posto isso, evidenciamos que as primeiras afirmações ideológicas do primado logo encontram oposição. No Concílio de Aquileia (381), por exemplo, um documento rebatia a aspiração papal de colocar-se em posição particular, isto é, acima dos demais prelados e com hegemonia para solucionar assuntos dogmáticos fora de um concílio (Ribeiro, 1995, p. 52). A questão foi retomada por Palladius de Ratiária, bispo destituído no aludido concílio. Ele alegava que o pontífice é apenas “um dentre muitos”, e que São Pedro “jamais reivindicou uma prerrogativa entre os apóstolos” (Batiffol apud Ribeiro, 1995, p. 52).

Os herdeiros de Dâmaso persistem na imagem de que o papa desfruta de privilégio especial, pois Roma representa *Cathedra Petri*. Atento a isso, Inocêncio I (402-417) afirmou, em famosa epístola, que todas as *causae maiores* precisam ser sujeitadas à Sé Apostólica (*Ep.* 2,6. PL 20, 473A), ou seja, à competência pontifícia como grupo dirigente. Ao amparar-se nessa fórmula indefinida (afinal, o que determina o enquadramento ou não nas tais *causae maiores*?), o papa, claramente, requisitava o privilégio de interferir quando quisesse.

Ademais, a classificação implícita expressa na frase *causae maiores* coloca o pontífice em posição de juiz supremo, própria de Moisés, e confere a Roma consagração bíblica (Baus; Ewin, 1977, p. 281). Observamos, dessa maneira, os passos iniciais na trilha da centralização hegemônica papal, que se pode notar ainda em assunto litúrgico, quando Inocêncio declarou em outra epístola ser Roma *caput institutionem* (*Ep.* 25, 2. PL 20, 551). Na condição de legatário de Pedro, o papa defendia a prerrogativa de regular todos os assuntos de fé (*Ep.* 29. PL 20, 582).

Bonifácio I (418-422) foi quem primeiro aplicou o vocábulo *principatus* à Sé Romana. Em epístola aos prelados de Tessália, o papa mostra-se contrário à intervenção de Constantinopla em Ilíria. “A Sé Apostólica”, afirma o pontífice, “*ideo tenet sedes apostolica principatum ut querelas omnium licenter acceperet*” (Jaffé, Reg Pont, 364 apud Ribeiro, 1995, p. 54). Bonifácio também enfatizava que tal *principatus* foi conferido por Cristo a São Pedro. Assim, Roma é para todas “as Igrejas do mundo o que a cabeça é para os membros” (*Ep.* 14, 1. PL 20, 777). Temos, aí, a concepção ideológica de Igreja universal, estabelecida na comissão petrina – “*Tu es Petrus.*” Para Walter Ulmann (1971), o papa associou duas ideias: a de *principatus* e a de *apostolica sedes*.

Observa-se que a Igreja se inspirou, como estratégia para a consolidação de sua posição hegemônica, no modelo de organização imperial: quadros territoriais, princípios administrativos e normas de processo, procedimentos judiciais. No alto da hierarquia, o bispo de Roma proclama constituições similares às do Imperador, modela-se na Chancelaria e no Senado e procura sua ascensão com o suporte, firmando alianças, dos governantes ocidentais e orientais.

Referências

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **The Medieval Papacy**. New York/London: W. W. Norton & Company, 1979.

BAUS, Karl; EWIN, Eugen. **Storia della Chiesa**. L'Epoca dei Concili. Milano: Jaca Book, 1977.

BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges (Orgs). **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1990.

COLUNGA, Alberto; TURRADO, Laurentio. **Biblia Vulgata**. Madri: BAC, 1985.

DI BERARDINO, Angelo (Org). **Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GAUDEMET, Jean. **L'Église dans l'Empire romain**. Paris: Sirey, 1958.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edição crítica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007. 4 vols.

LIBER PONTIFICALIS. A cura de L. Duchesne. Paris: E. de Boccard, 1955-1957. 3 vols.

LEÃO I. Epistolae. Ed. J. P. Migne. **Patrologia Latina**, tomo LIV, coll. 628. Disponível em: http://www.documentacatholicaomnia.eu/01p/0440-0461,_SS_Leo_I._Magnus,_Epistolae,_MLT.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

METZGER, **Bruce M.** **Canon of the New Testament**. New York: Oxford University Press, 1987.

PELÁGIO I. Epistolae quae Supersunt. Ed. P. Gasso and C. Battle. Montserrat: Abatia Montserrat, 1956.

RIBEIRO, Daniel Valle. Leão I: A Cátedra de Pedro e o Primado de Roma. In: SOUZA, José Antônio de C. R. de. **O Reino e o Sacerdócio**. O pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 45-60.

ULLMANN, Walter. **The Growth of Papal Government in the Middle Ages**: A Study in the Ideological Relation of Clerical to Lay Power. London: Methuen, 1962.

ULLMANN, Walter. **Principios de governo y politica en la Edad Media**. Madrid: Revista do Occidente, 1971.

ESTADO SEGMENTÁRIO NA SOCIEDADE VISIGODA (SÉC. V-VIII): UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DOS GODOS DE ISIDORO DE SEVILHA

Giovanna Lavigne Alves Brito¹

João Paulo Charrone²

Em primeira instância, o presente trabalho tem por objetivo inserir-se nas discussões historiográficas atreladas às questões político-religiosas do reino católico visigodo (589-711) e da figura de Isidoro de Sevilha. Este clérigo e membro da aristocracia visigoda exerceu funções e influenciou durante a formação da monarquia católica visigoda, cujo desenvolvimento foi marcado por disputas que resultaram na formação de um estado monárquico segmentário.

Dessa forma, por meio dos escritos do bispo de Isidoro de Sevilha é perceptível as disputas sociais e econômicas que ocorrem em território visigodo durante sua formação monárquica. Essas disputas envolviam as relações entre o campesinato, a aristocracia, o clero e a nobreza, bem como trocas culturais, o trabalho servil e compulsório, os instrumentos de dominação e manutenção da hegemonia política, as disputas internas entre os nobres e a aristocracia, os ritos e símbolos legitimadores do poder real. Além disso, é possível identificar as estruturas comuns ao Estado Segmentário, conforme exemplificado por Bastos (2009).

Assim, na trajetória do reino visigodo, o bispo Isidoro de Sevilha se destacou como um dos principais personagens da história visigoda, visto

1. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. Doutor em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

que, por meio da sua função, torna-se perceptível a influência e o poder exercido pela Igreja que permeia os ambientes e cenários do reino visigodo. Em outras palavras, a forte postura da Igreja fica evidente na figura de Isidoro de Sevilha, cuja presença no poder monárquico é de suma importância. Isso se deve às suas posições em diversos cargos desde o legislativo, como vemos em sua atividade durante os Concílios de Toledo, ao uso do poder episcopal para o controle e a conservação de sua posição enquanto clérigo próximo à alta nobreza. Sua posição e poder deram-lhe a possibilidade de escrever sobre a história do reino visigodo, como vemos em sua obra *Historia Gothorum, Vandalarum et Suevorum*, que é a principal fonte para compreensão do contexto visigótico.

Segundo Mário Jorge da Motta Bastos (2008) a estruturação de Estado na Alta Idade Média Ocidental tem sua formação no quadro das sociedades germânicas, povos com determinadas estruturas e vigências históricas no fenômeno estatal, no nosso caso os povos germânicos estudados em referência ao entrelaçamento com as estruturas estatais, são os povos visigodos originados dos Godos, ou seja, povos germânicos. Partindo desse princípio, são analisadas transformações políticas nas comunidades germânicas ocorrendo a estratificação social, cristalização de núcleos de poder, ou seja, deram ensejo à constituição de estruturas estatais, dando visibilidade a uma história medieval, onde tal período é um campo vasto e fértil para o estudo de tais estruturas (Bastos, 2008).

Outrossim, é válido ressaltar que se desejamos analisar a estrutura estatal em tal período, precisamos primeiro compreender o que seria um Estado. Para isso, Mário Jorge da Motta Bastos considera o Estado como instituição a partir do conceito central do materialismo histórico, funcionando para manter e reproduzir a dominação e exploração de classe, segundo os interesses da classe dominante, constituindo uma relação de dominação e dependência. Ademais, o grupo dominante competia entre si pelo controle dos meios de produção, alcançando o sucesso durante a fragilização do outro, essa característica está fortemente presente nos reinos visigodos durante as sublevações de poder, visto que, a monarquia não se constituía de forma hereditária.

Nesse sentido, as características do Estado Segmentário seriam: a) Soberania territorial limitada quando se esbarra em localidades mais afastadas; b) Governo centralizado com focos de poder com controle relativo;

c) Centro com administração especializada que também se reduz nas zonas mais afastadas; d) Diferentes níveis de subordinação, mas a autoridade funciona a um mesmo modelo; e) As autoridades subordinadas “podem” mudar de obediência quanto mais periféricos; f) Autoridade central sem o monopólio absoluto da força.

Dessa forma, após ser exposto o que seriam as características do Estado Segmentário, podemos analisar como tais poderiam ser percebidas no reino visigodo, com base na obra *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum* de Isidoro de Sevilha. Por conseguinte, a relação com o poder é feita entre central e o plano local, no nosso recorte o plano central está a cidade de Toledo, ocorria também a concessão de cargos e benefícios para buscar apoio, além do *fiscus régio*, o tesouro e patrimônio da realeza. No reino visigodo um dos momentos que se percebe a presença do tesouro real é durante o reinado de Recaredo, o qual devolveu tudo aquilo que seu pai, Leovigildo, no reino anterior tornou como parte do patrimônio da realeza. Dessa forma, ainda com base nas características do Estado Segmentário, a medida em que o Estado se institucionaliza precisa de estratégias políticas, principalmente para legitimar o poder de quem ali se encontra, nesse momento a religião e o Estado se entrelaçam e Isidoro de Sevilha atua no seu principal papel, o de legitimador. A teoria torna-se papel da Igreja e a prática para quem detém o poder.

Ademais, a dissipação do poder real à medida que se distancia do centro de exercício monárquico, as possibilidades e ferramentas de resistência e práticas subversivas ao poder hegemônico e a não detenção do monopólio da força pela autoridade central do reino, são pontos encontrados na sociedade visigoda, como podemos perceber na seguinte passagem, “[...] Passado algún tiempo, Atanagildo, que ambicionaba el reino, le usurpó el poder y con su valor militar aniquiló al ejército que Agila envió contra él a Sevilla” (Isidoro de Sevilha, 1975, p. 249).

Este pequeno trecho retirado do *Historia Gothorum* demonstra brevemente como ocorriam as sublevações dos reinados, os quais eram recheados de recorrentes disputas de poder. Além disso, no mesmo trecho são perceptíveis aspectos que estão presentes nos Estados Segmentários, como governo centralizado com focos de poder com controle relativo e a autoridade central sem o monopólio absoluto da força. Dessa forma, Atanagildo conquistou o trono visigodo com o uso do poderio militar

que ele próprio tinha ao seu dispor, mesmo não sendo membro do poder central, utilizando para aniquilar, segundo as próprias palavras de Isidoro, o exército de Agila seu antecessor no trono.

Outra passagem que fundamenta as discussões desenvolvidas se localiza alguns anos à frente na *História Gothorum*, assim narrado:

[...] Witerico reivindicó para sí durante siete años el reino, que habia en vida de aquél. Fue hombre valiente en el arte de las armas, pero desconocía la victoria: pues, aunque realizó algunos intentos con la guerra contra los soldados imperiales, no consiguió ningún resultado lo bastante glorioso, si se exceptúa el haberse apoderado de algunos soldados en Sagontia por medio de sus generales. Hizo en vida muchas acciones ilícitas y en la muerte. porque había matado con la espada, múrio con la espada. No quedo sin venganza en él la muerte de um inocente, pues fue asesinado en un banquete, víctima de una conjuración de algunos. Su cadáver fue vilmente arrastado y sepultado (Isidoro de Sevilha, 1975, p. 269-271).

O trecho acima relatado novamente reafirma ações comuns na formação do estado visigodo, o que o assemelha à teoria segmentária do Estado, pois a passagem demonstra que Witerico, segundo Isidoro, reivindica o reino e usa do poder militar para tal. Contudo, é assassinado durante um banquete no qual outros, provavelmente nobres e membros da aristocracia que se encontravam com o rei, teriam conjurado contra o monarca vigente. Dessa maneira, se torna clara as disputas de poder nas fronteiras do reino visigodo, sejam elas entre os nobres ou entre a aristocracia que via no trono um instrumento de ascensão social e política.

Assim sendo, as constantes análises existentes durante a fonte levam à constatação dos fatores que assemelha o reino visigodo ao Estado Segmentário, visto que, é claro que o reino se fundamenta em rotações de poder, onde aquele que almeja o título de rei utiliza de momentos oportunos para manifestar sua força, a qual muitas vezes é maximizada devido às alianças. Essa constante modificação recebia o apoio da Igreja que buscavam formas para legitimar o poder do rei oriundo das sublevações para que a estabilidade pudesse ocorrer no reino, por isso era muito importante o rei possuir o apoio da Igreja, já que, sem a mesma, possivelmente o reinado seria enfraquecido e daria espaço para uma nova sublevação.

No entanto, em meio a trocas de poderes, conseguimos perceber também as estruturas existentes na sociedade visigoda trabalhadas por Eduar-

do Cardoso Daflon em *Articulando o Estado: Campesinato e aristocracia na Hispânia Visigótica (Séculos VI-VIII)*, o qual analisa cada camada da estrutura visigoda. Primeiramente, o *Conventus Publicus Vicinorum* seria a instância que resolveria conflitos das comunidades camponesas e suas relações com os pequenos poderes locais, além de o campesinato ser a base da sociedade e o principal explorado. O *Officium Palatinum* era uma instituição composta por pessoas que estavam próximas ao rei e discutiam sobre questões militares e *fiscus* régios. E, por fim, os Concílios que tratavam sobre questões além da Igreja eram reuniões com leigos e eclesiásticos que discutiam sobre funções diversas.

Os bispos cuidavam até mesmo de leis fora da Igreja, tamanha participação dos bispos na política configurar-se como o maior dos benefícios conferidos a Igreja (Proença, 2020), que apesar da Igreja ter como seu maior objetivo a legitimação do poder real em face às diversas sublevações, “a Igreja busca sobretudo seu próprio interesse, sem se preocupar com a razão dos estados bárbaros mais do que fizera com o Império Romano” (Le Goff, 2016, p.38).

Dessa forma, podemos compreender que a Igreja está fortemente entrelaçada com a estrutura da sociedade visigoda formada. Assim, o bispo Isidoro de Sevilha é uma figura de suma importância quando se trata sobre a igreja e os reinados visigóticos, visto que, o mesmo é responsável por escrever a história da construção do reino e este não deixa de demonstrar sua visão em relação aos reinados, a qual se assemelha ao que seria um espelho de príncipes.

Isso é o que ocorre na obra *Sentenças*, do bispo Isidoro de Sevilha, e tal perspectiva é analisada pela autora Pâmela Torres Michelette na obra “A visão do bispo visigodo Isidoro de Sevilha em sua obra *Sentenças* sobre o modelo ideal de Monarca”, em que percebemos que, Isidoro de Sevilha, ao relatar os acontecimentos dos reinados, refere-se a certos monarcas com elogios, inclusive, enaltecendo a imagem de um rei ao comparar com o reinado anterior, como uma espécie de espelho ideal de príncipe.

Assim ocorre durante o trono de Recaredo I, pois Isidoro de Sevilha não mede palavras para deixar claro as virtudes presentes no filho de Leovigildo que não são perceptíveis no pai. Nessa perspectiva, em *Sentenças*, conseguimos compreender quais virtudes majestáticas tornavam o rei um governador exemplar, segundo Isidoro e Igreja. Tais virtudes seriam a jus-

tiça, humildade, piedade e misericórdia, claramente perceptível quando Isidoro de Sevilha refere-se a Suintila:

Suintila, tenía este rey muchísimas virtudes propias de la majestad real: fidelidad, prudencia, habilidad, examen extremado en los juicios, atención primordial al gobierno del reino, munificencia para con todos, generosidad para con los pobres y necesitados, pronta disposición para el perdón tanto, que mereció ser llamado no sólo príncipe de los pueblos, sino también padre de los pobres (Isidoro de Sevilha, 1975, p. 279).

Outrossim, aqueles que não se encontravam na perspectiva de bons governantes seriam ligados aos vícios e pecados, os quais aumentam quanto mais se afastam de Deus e são entregues à tirania. Nesse viés, percebe-se o estreitamento das relações entre a Igreja e a monarquia, visto que, os motivos para tornar-se um rei bom ou mal estariam relacionados com o quão essa monarquia agradaria ao reino dos céus.

Assim sendo, Isidoro de Sevilha constrói uma ideia de realeza, conseguindo realizar uma reflexão política para além da historiografia. Além de dar ênfase acerca de que os governantes possuem responsabilidades, função de exemplo, ideias de destino e juízo de valor, nesse sentido, a monarquia não era mais vista como uma falsa imitação do Império, mas como uma instituição a serviço da causa cristã, segundo a vontade de Deus (Michelette, 2014, p. 95).

No entanto, os elogios de Isidoro de Sevilha não ficam restritos apenas na obra *Sentenças*, pelo contrário, em *Historia Gothorum* percebe-se aqueles governantes que são considerados por Isidoro como detentores de virtudes, logo são considerados bons reis. Essa análise pode ser realizada considerando a obra *História de España: Épocas Medievales*, escrita por Eduardo Manzano Moreno. Nesta obra, o autor aborda diversos momentos da trajetória dos reinos visigodos, revelando questões relacionadas ao espelho de príncipes e à clara visão que Isidoro possui. O bispo enfatiza o papel fundamental da Igreja como alicerce para o reino visigodo, e examina como essas estruturas impactam a classe mais submissa da sociedade. Nessa perspectiva, observaremos primeiramente a questão do rei Suintila, o qual é constantemente elogiado pelo bispo sevilhano, e os acontecimentos posteriores ao seu reinado que demonstram o entrelaçamento da Igreja e o reino visigodo. Assim, encontra-se nos escritos do bispo o quanto Suin-

tila seria um rei especial ou até mesmo o melhor. Logo, Isidoro ressalta o quanto Suintila foi um dos melhores reis que o povo visigodo já obteve, como podemos perceber na seguinte passagem, “Alcanzó por su feliz éxito la gloria de un triunfo superior a la de los demás reyes ya que fue el primero que obtuvo el poder monárquico sobre toda la Españã peninsular” (Isidoro de Sevilha, 1975 , p.277). Dessa forma, Isidoro de Sevilha ressalta que Suintila foi o primeiro rei que conseguiu o poder monárquico diante de toda a Espanha peninsular. No entanto, Suintila foi destronado em 631 por uma rebelião provocada pelo aristocrata Sisenando.

Nessa perspectiva, Sisenando, o próximo a reinar depois de Suintila, convocou o IV Concílio de Toledo (636). Nesse sínodo foram decididas questões que interligam a organização da Igreja e sua relação com a realeza. Contudo, o Concílio foi um tanto quanto contraditório, visto que, decidiram anatemizar aqueles que tentaram usurpar o poder. Não podemos nos esquecer de que o próprio Sisenando se estabeleceu no trono por meio de um golpe. Isidoro de Sevilha acreditava que o monarca deveria ser de origem divina e praticar principalmente o bem e as virtudes³.

No mesmo Concílio, ficou definido que o poder sacerdotal serviria para ser juiz do bom ou mau governante, portanto, a Igreja não era neutra e sim guardiã de privilégios, sendo o seu apoio a facções da aristocracia que levariam a autoridade real. Sendo assim, foi neste Concílio que a Igreja tentou determinar que o candidato a rei só seria governante com a unção da Igreja.

Essa prática pode ser verificada com a usurpação de Sisenando, onde a Igreja corroborou com a sua efetivação e concluiu que Sisenando seria o ungido do senhor (Proença, 2020). Assim, o rei seria um ungido de Deus e nada poderia tocá-lo, portanto, nenhuma tentativa contra o rei deveria ser feita e, quem descumprisse essa medida conciliar, seria anatemizado ou morto. No entanto, logo após, em 642, Chindasvinto aplicou um golpe ignorando todas as questões postas no Concílio.

Ainda na mesma obra, percebemos que o autor Eduardo Manzano Moreno não deixa de falar de um dos alicerces que fizeram com que os reinos visigodos fossem tão grandiosos, a Igreja. Os bispos realizavam muito mais do que administrar suas Igrejas, mas atuavam junto a mais alta

3. As virtudes, como já citadas no texto anteriormente, seriam: a justiça, humildade, piedade e misericórdia.

sociedade na administração do reino. Assim, os bispos eram muito ricos.

Vale ressaltar que muitos aristocratas tornaram-se bispos e muitos deles doaram todos os seus bens à Igreja, a qual se beneficiava e tornava-se a maior proprietária de bens no reino visigodo. A princípio, a riqueza da Igreja deveria beneficiar os pobres, mas algo contraditório ocorre, pois a Igreja possui servos assim como os demais portentosos da sociedade visigoda. Além disso, ela também põe em prática a relação de dependência que torna as camadas subalternas ainda mais dependentes dos laços de poder local, outra característica do Estado Segmentário.

Importante destacar que a Igreja passou a ser o pilar da sustentação da monarquia visigoda após a conversão de Recaredo⁴, como consequência a Igreja passou a ter mais controle sobre seus servos. Os bens da Igreja não poderiam ser doados ou vendidos. Um fator que também contribuiu para o aumento do patrimônio eclesiástico é que a riqueza da Igreja Ariana, passou para a gerência da Igreja Niceísta, ou seja, a Igreja foi beneficiada com a conversão e beneficiou o rei (Proença, 2020).

Outrossim, as dependências pessoais foram a principal forma de articulação visigoda. As legislações e as questões conciliares demonstram que os subalternos estavam cada vez mais submissos ao poder dos grandes latifundiários e eclesiásticos. As práticas de dependência ocorriam em situações onde o senhor ou dono de determinada terra era o fornecedor dos meios necessários para sobreviver. Dessa forma, o camponês entregava a terra ao senhor e trabalhava nela, que pertencia ao senhor, enquanto este se beneficiava do trabalho, tornando-se cada vez mais rico. Tal relação de dependência deu à sociedade visigótica um caráter pré-feudal perceptível na estrutura estatal.

Isto posto, diante dos materiais aqui estudados e analisados, além do diálogo perceptível entre as obras de Isidoro de Sevilha e aqueles pesquisadores que se dedicam a este espaço temporal, constatamos uma redescoberta do período medieval. No qual se encontra estruturas de poder sofisticadas assim como os demais períodos da História, retornando a

4. A conversão de Recaredo envolve uma querela familiar de cunho político e religioso. O rei Leovigildo, pai de Hermenegildo e Recaredo, não aceitava a conversão do filho Hermenegildo ao niceísmo, visto que, Leovigildo seguia o arianismo. Dessa forma, a conversão resultou na eclosão de um conflito durante o reinado de Leovigildo e Hermenegildo foi assassinado pelo comando de seu próprio pai. Entretanto, Recaredo, sucedeu ao trono e converteu o reino e a si mesmo no catolicismo.

afirmação de Mário Jorge da Motta Bastos: a Idade Média é um campo vasto e fértil.

Em suma, concluímos que, a obra *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum* é uma fonte documental de cunho eclesiástica, portanto, reveladora do lado mais institucionalizado da Igreja no seu respectivo período, evidenciando possíveis projetos e embates presentes no seio eclesiástico e social. Ao mesmo tempo, este corpus não fica restrito, em seu conteúdo, apenas a matérias meramente religiosas, apresentando uma característica incipiente neste período, que seria a busca de uma intervenção, principalmente, no âmbito político. Neste trabalho, optamos como forma de análise das fontes, por uma observação que evidencie o contexto de elaboração, bem como sua estrutura e recursos retóricos.

Desta maneira, procuramos ressaltar que nestas fontes de natureza jurídico-religiosa as temáticas não se restringiam a tal, apresentavam também uma grande preocupação com as diretrizes jurídicas. Dessa maneira, apesar de tudo, as fontes, os documentos, não se encerram em suas palavras, mas contém uma multiplicidade de discursos presentes, que demonstram lutas intestinas, bem como a existência de vontades alheias aos próprios autores, no caso advindo dos quadros eclesiásticos.

Nesse viés, a bibliografia aqui apresentada abrange tanto um contexto mais amplo, como a Alta Idade Média, quanto contextos mais específicos, como a história da Hispânia Visigoda, incluindo os reinados que vão de Recaredo a Sisenando, e suas relações com o reino e a Igreja. Além disso, aborda o bispo e autor Isidoro de Sevilha, destacando sua conexão com os interesses tanto da Igreja quanto da monarquia visigoda.

Por fim, após a análise de importantes estudos que discutem as questões visigodas e suas estruturas, concluímos que tal espaço temporal possui capacidade para se enquadrar nos Estados Segmentários na Alta Idade Média Ocidental, visto que a *Historia Gothorum* se estabelece entre os principais pontos que determinam um espaço temporal como Estado.

Referências

ANDRADE FILHO, Ruy Oliveira. Sacralidade e Monarquia no Reino de Toledo (Séculos VI-VIII). **História Revista**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 179-192, 2006.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Os Reinos Bárbaros: Estados Segmentários na Alta Idade Média Ocidental. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre** | **BUCEMA**, n. Hors-série n° 2, 2008.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Escravo, servo ou camponês? Relações de produção e luta de classes no contexto da transição da antiguidade à idade média (Hispania—séculos V-VIII). **Politeia-História e Sociedade**, v. 10, n. 1, 2010.

DAFLON, Eduardo Cardoso. **Articulando o Estado**: campesinato e aristocracia na Hispania Visigótica (Séculos VI-VIII). Dissertação (Mestrado em História), programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2016.

ISIDORO DE SEVILHA. **Vandalorum et Suevorum**. Ed. Bilíngue (Latim-Espanhol) de C. Rodriguez Alonso. Leon: Centro de Estudios y Investigación “San Isidoro”, 1975.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

LUCHSINGER, Maria Eugênia Mattos. O retrato do Rex na Historia Gothorum de Isidoro De Sevilha. **Anais...** ANPUH – XXII Simpósio Nacional De História – João Pessoa, 2003.

MICHELETTE, Pâmela Torres. **A concepção de Realeza Católica Visigoda e as ideias políticas de Isidoro de Sevilha**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

MICHELETTE, Pâmela Torres. A visão do bispo visigodo Isidoro de Sevilha em sua obra Sentenças sobre o modelo ideal de Monarca. **Faces da História**, Assis, v. 1, n. 2, p. 90-112, 2014.

MORENO, Eduardo Manzano. Epocas medievales. In: FONTANA, Josep; VILLARES, Ramón (Orgs). **Historia de España**. Barcelona (España): Crítica, 2015. p. 41-90.

PROENÇA, Vinícius da Silva. **O Aumento do Patrimônio Eclesiástico no Reino Visigodo durante o domínio de Sisenando 631-636. Anais...** XIII Encontro Estadual de História. História e Mídias: narrativas em disputa. 2020, p.1-12.

RIBEIRO, Daniel do Valle. O pensamento político de Isidoro de Sevilha. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 15, n. 2, p. 347-356, 1989.

SILVA, Leila Rodrigues da. Episcopado e relações de poder nos *De Ecclesiasticis Officiis e Sententiarum Libri Tres* de Isidoro de Sevilha. **Acta Scientiarum: Education**, v. 36, n. 2, 2014.

SILVA, Leila Rodrigues da. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos (Século V ao VII). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 37, p. 67-84, 2002.

cancioneiro

